

BRUNA SOARES BRUNO

**CAIU NA REDE: A GESTÃO DA PRECARIEDADE DA VIDA NA REDE DE
PROTEÇÃO À INFÂNCIA E À JUVENTUDE**

**UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO – UCDB
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO E DOUTORADO EM PSICOLOGIA
CAMPO GRANDE-MS**

2020

BRUNA SOARES BRUNO

**CAIU NA REDE: A GESTÃO DA PRECARIEDADE DA VIDA NA REDE DE
PROTEÇÃO À INFÂNCIA E À JUVENTUDE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação – Curso de Mestrado em Psicologia da Universidade Católica Dom Bosco, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Psicologia, área de concentração: Psicologia da Saúde, sob a orientação da Professora Dra. Anita Guazzelli Bernardes.

**UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO – UCDB
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO E DOUTORADO EM PSICOLOGIA
CAMPO GRANDE-MS**

2020

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Universidade Católica Dom Bosco
Bibliotecária Mourâmise de Moura Viana - CRB-1 3360

B898c Bruno, Bruna Soares

Caiu na rede: a gestão da precariedade da vida na rede de proteção à infância e à juventude/ Bruna Soares Bruno sob orientação da professora Dra. Anita Guazzelli Bernardes.-- Campo Grande, MS : 2020.

106 p. : il. ;

Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande-MS, 2020

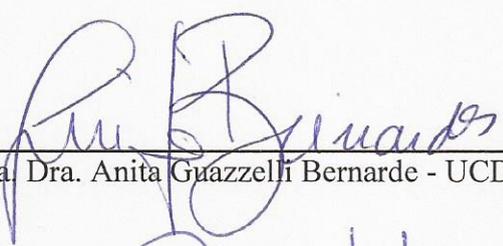
Inclui bibliografias

1. Rede de Proteção à Infância e à Juventude - Campo Grande (MS). 2. Psicologia social. 3. Crianças e adolescentes - Políticas públicas. 4. Psicologia social infantil - Aspectos étnicos. I. Bernardes, Anita Guazzelli.
II. Título.

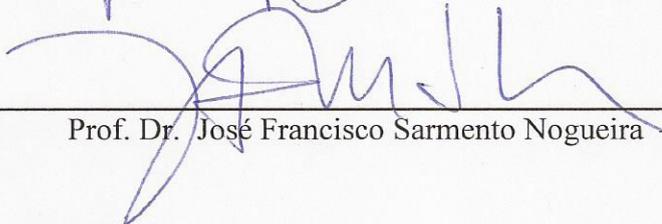
CDD: Ed. 21 -- 301.1

A dissertação apresentada por **BRUNA SOARES BRUNO**, intitulada “**CAIU NA REDE: A GESTÃO DA PRECARIIDADE DA VIDA NA REDE DE PROTEÇÃO À INFÂNCIA E À JUVENTUDE**”, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em PSICOLOGIA à Banca Examinadora da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), foi.....*aprovada*.....

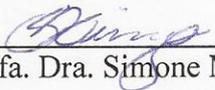
BANCA EXAMINADORA



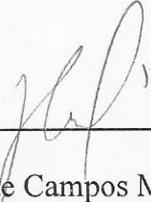
Prof. Dra. Anita Guazzelli Bernarde - UCDB (orientadora)



Prof. Dr. José Francisco Sarmiento Nogueira - UCDB



Prof. Dra. Simone Maria Hüning – UFAL



Prof. Dr. Josemar de Campos Maciel - UCDB

Campo Grande, 18 de fevereiro de 2020.

*A todas as vidas abandonadas, desamparadas e desprotegidas,
cujas trajetórias sepultam mais que a morte.*

AGRADECIMENTOS

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES pela possibilidade de me dedicar exclusivamente ao desenvolvimento desta dissertação.

Ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia - Mestrado e Doutorado Acadêmico da Universidade Católica Dom Bosco - UCDB e a todos os professores (as) e alunos (as) que estiveram comigo durante esta jornada.

À professora Dra. Simone Hüning que, mesmo distante, aceitou contribuir com esta pesquisa.

Aos professores Drs. Josemar Maciel e José Sarmiento que também concordaram em contribuir com este trabalho.

Agradeço às Marias que se fizeram presentes neste caminho que, a princípio, parece tão claro, objetivo e cheio de razão. E somente quando me dispus a explorá-lo é que me surpreendi com suas estradas sinuosas, curvadas, e como se atravessavam umas nas outras, além de carregarem muitos afetos.

E por isso, agradeço imensamente à minha orientadora, Profa. Dra. Anita Bernardes que percebeu, antes de mim, todos os afetos que procuravam vazão, não só no texto, na escrita e nas discussões, mas em minha existência. E, assim, permitiu que os afetos, as afetações, as intensidades tivessem espaço e que viessem à tona, de algum modo, no texto, na pesquisa e na vida, ajudando-me a existir de outros modos, os quais sempre desejei, sem ao menos conhecê-los de perto. Enfim, todo seu acolhimento, paciência, cuidado e ética não possibilitaram somente que a pesquisa fluísse de forma tranquila e harmoniosa, permitiu inclusive que eu me diferenciasse e tivesse espaço para inventar outros modos de existir. E aquela velha frase clichê de que “faltam palavras para expressar” a experiência de ter feito mestrado sob orientação da Prof. Anita, cabe muito bem! E faltam palavras porque se trata de uma experiência da ordem dos afetos.

Agradeço à minha mãe que apesar do desamparo e abandono terem invadido sua vida, sempre me amparou, esteve comigo se doando para que os meus caminhos fossem muito diferentes dos seus. E se hoje me encontro finalizando mais uma etapa da vida profissional/acadêmica, muito devo a essa mulher que me deu a vida, a minha e a sua também.

A todas as mulheres da minha família, especialmente à minha avó materna Maria Aparecida (*in memoriam*), pois me fazem lembrar do que diz a música de Milton Nascimento, ...

é preciso ter força, é preciso ter raça, é preciso ter gana sempre. Quem traz no corpo a marca, Maria Maria. Mistura a dor e a alegria...

A Suy e Gio, minhas irmãs de pais diferentes, obrigada pelo tanto que produzem em minha vida!! Pelo amor que construímos juntas, pelo apoio, pelos afetos, pelo carinho, pela segurança e conforto que é ter vocês sempre comigo. À Suy que em meio a uma reforma inesperada, acolheu-me em sua casa, deu-me abrigo, conforto, colo, cuidado e amor nos últimos dias de escrita desta dissertação, assim como fez comigo em todos os momentos de crise e dor ao longo desta amizade, sempre a Suy comigo em dias de sol, chuva e tempestades. À dona Giovaninha que, a seu modo, diante de travamentos na escrita e desesperos com prazos e produções, sempre esteve ali para dizer a gente vai arrumar um jeito de “fazê”, vamos pensar juntas, “mas o que você está pensando?”. E, incrivelmente, a produção sempre acontecia depois desses momentos, provavelmente porque eu usava sua cadeira para estudar!! (Brincadeira, rs). Enfim, tem muito de vocês nesta pesquisa, neste texto e nesta vida minha. E são infinitas as vezes que eu senti e sinto o amor e o cuidado de vocês, cada uma à sua maneira, e que eu amo muito. Obrigada por existirem, não serei o que faria sem vocês!!

À Ariane, pessoinha mais linda desse mundo! Presente que o mestrado me trouxe. Obrigada por me ajudar a crescer tanto, por me inspirar cuidado e amorosidade a cada encontro, mas também me mostrar tamanha seriedade, comprometimento e determinação. Obrigada por tanta generosidade e carinho, muita gratidão em ter feito percorrido as trajetórias do mestrado contigo. Ps: *Não, não vá embora...vou morrer de saudades!!*

Às meninas da residência (eternas agapinhas e duelinhas) que me apoiaram e estiveram comigo desde o processo seletivo. A força, a determinação e a coragem com que encaram suas lutas diárias me inspiram e me fazem sentir muito orgulho. Obrigada pela parceria de sempre!

Agradeço à Julia e à Giovanna, por me ensinarem que todo mundo tem espaço e que todo mundo pode contribuir com algo. Obrigada por me ajudarem a conceber a diferença e pelas oportunidades de discussões teóricas regadas a muito respeito, afeto e sensatez. Obrigada por produzirem tanto cuidado no mundo.

Agradeço à Profa. Andrea Scisleski, pois só alcancei os espaços da pós-graduação porque os meus caminhos um dia encontraram os seus.

Ao meu pai que, à sua maneira, muito me apoia, preocupa-se com meu cansaço e vibra comigo todas as realizações.

Ao irmão que é o meu ponto de segurança, de parceria, de amizade e de amor. Nas tempestades, eu não preciso de muito, basta tê-lo comigo.

Ao meu cãozinho Theo que, apesar de ter partido tão jovem, muito me ensinou sobre o amor, o cuidado e a confiança.

Aos colegas de laboratório de pesquisa, Tati, Camilla, Vanilson, Vitória, Gabi, Kézia, Amanda e Maria Eduarda que através de suas discussões e inquietações me deram esperanças e conforto de que não estou sozinha no mundo na luta pela vida.

RESUMO

Bruno, B. S. (2019). *Caiu na rede: a gestão da precariedade da vida na rede de proteção à infância e à juventude*. 89 f. (Dissertação de Mestrado em Psicologia), Universidade Católica Dom Bosco - UCDB, Campo Grande, MS.

Esta pesquisa acontece no campo da Rede de Proteção à Infância e à Juventude do Município de Campo Grande/MS. Tem como objetivo problematizar as diferentes formas e estratégias de governo que capturam as vidas que caem na Rede. Diante desse objetivo, formulou-se como questão de pesquisa a problemática de que articulações, amarrações, dispositivos, discursos e racionalidades estão implicados no governo das vidas que caem na Rede de Proteção à Infância e à Juventude? Para onde essas formas de governo estão direcionando as vidas? A pesquisa é apoiada nos conceitos foucaultianos de biopolítica e governo das vidas, assim como nos conceitos de produção de morte, vidas passíveis de luto, condição precária, precariedade da vida e a noção de raça de autores como Achille Mbembe, Judith Butler e Oyèrónkẹ Oyěwùmí. Esses autores permitem pensar, de modo localizado, a noção de governo das vidas. Considera-se que pensar a gestão de vidas que caem na Rede de Proteção, especialmente em um país periférico e que sofrera processos de colonização e racismo, exige que alguns elementos sejam aproximados, como questões com relação à centralidade do corpo na cultura ocidental, a ideia de raça, as produções de morte que envolvem os trajetos de vidas não passíveis de luto. A produção de dados que compõe a pesquisa se deu a partir de memórias e documentos oriundos da experiência do encontro com as vidas na Rede de Proteção à Infância e à Juventude durante estágio extracurricular no período da graduação. Foi por meio das memórias que as vidas encontradas nessa experiência se mantiveram vivas. Considera-se, em termos metodológicos, que trabalhar com as memórias é seguir rastros do passado que permitem o encontro com vidas em suas forças expressivas e intensivas. O procedimento metodológico foi seguir os rastros das memórias em seus percursos nas Políticas Públicas. A articulação desses elementos nos remeteu às trajetórias que a todo tempo cruzam as linhas tênues e indiscerníveis da proteção e do extermínio. Visto que a articulação desses elementos tem produzido trajetórias que, apesar de acontecerem nos campos da Rede de Proteção à Infância e à Juventude, criam condição de possibilidade para percursos marcados por desproteção, insegurança e produção de morte. Enquanto que as trajetórias protegidas e de promoção à vida são destinadas a poucas e raras existências.

Palavras-chave: Rede de proteção à infância e à juventude; gestão de vidas; racismo; produção de morte.

ABSTRAC

Bruno, B. S. (2019). *Fell on the network: the management of the precariousness of life in the childhood and youth protection net*. 89 f. (Master's Degree Dissertation in Psychology), Dom Bosco Catholic University - UCDB, Campo Grande, MS.

The research field of this study is the network of protection for childhood and youth of the Campo Grande-MS city. Aims to discuss the different ways and strategies of government that capture the lives that enter the network. Given this goal, it was formulated as a research question: What are articulations, connections, devices, discourses and rationales involved in the governance of lives that enter the network of protection for childhood and youth? Where these forms of government are directing their lives? The research is supported in Foucault's concept of biopolitics and government of life, as in concepts of death production, grievable lives, precarity, precariousness of life and the notion of race from the authors Achille Mbembe, Judith Butler and Oyèrónkẹ Oyewumi. These authors allow us to think, specifically, the notion of government of lives. It is considered to think the lives management that enter the protection network, especially in a peripheral country and had suffered from colonization and racism processes requires some elements are approximate, as issues related to body centrality in Western culture, idea of race, the death productions involving the paths of ungrivable lives. The data production that compose the research came from memories and documents from the meeting experience with lives on the network of protection for childhood and youth for extracurricular internship at graduation period. It was through the memories that the lives found this experience have been kept alive. It is considered, in methodological terms, to work with the memories is to follow traces of the past that allow the meeting with lives in their expressive and intensive strength. The method was to follow the traces of memories in their courses in Public Policy. The articulation of these elements lead us the paths that all the time crossing the weak lines and indiscernible protection and extermination. Due to the articulation of these elements has produced trajectories that, despite happen in network of protection for childhood and youth, create condition for paths marked by defenselessness, insecurity and death production. While the protected trajectories and life promotion are aimed to few and rare lives. **Key words:** Protection network; lives management; precarious lives; producing death.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Percurso da criança Sara.....	45
Figura 2. Percurso da criança Joana.....	47
Figura 3. Percurso do jovem Anderson.....	48
Figura 4. Percurso do jovem Jhonatan.....	50
Figura 5. Percurso de Dona Marlene.....	51
Figura 6. Percurso de Carlos e Cleide.....	53
Figura 7. Trajetória possível tendo como porta de entrada, o cadastro único.....	90
Figura 8. Trajetória possível tendo como porta de entrada, a UBSF.....	91
Figura 9. Trajetória possível tendo como porta de entrada, a UBSF.....	92

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	12
1 CAIU NA REDE	15
2 UMA REDE DE PROTEÇÃO	30
2.1 Corpos negros resistem	37
2.2 A infância, a juventude e as famílias que caem na Rede	42
2.3 Para as ameaças sociais: Proteção!!	54
2.2.1 A função da Política de Assistência Social: normalizar famílias pobres.....	57
3 AS TRAJETÓRIAS DE VIDAS PASSÍVEIS DE MORTE	63
3.1 No mercado de corpos, para onde vão os corpos negros, doentes, deficientes e indisciplinados?	66
3.2 Os caminhos de Maria: entre a proteção e o extermínio	77
CONSIDERAÇÕES FINAIS	96
REFERÊNCIAS	99

A presente pesquisa envolve histórias de vidas de pessoas reais com as quais cruzei meus caminhos e que caíram na Rede de Proteção à Infância e à Juventude do município de Campo Grande/MS. Essas histórias serão contadas com a ajuda das próprias vidas. Por meio de memórias as vidas estarão presentes no texto e me ajudarão a contar como caem na Rede, como saem e como nem chegam a entrar na Rede de Proteção, explicitando as trajetórias que se tornaram possíveis, e aquelas que se mantiveram impossíveis.

O uso das memórias (memórias-experiência e memórias-inventadas) consiste em uma estratégia metodológica que carrega uma aposta ético-política e epistemológica. Digo aposta ético-política porque estamos falando de vidas, rastros e fragmentos de vidas que habitam zonas de invisibilidades, e epistemológica porque falo desde um de um campo teórico que afirma a inseparabilidade entre sujeito e objeto e permite que os caminhos da pesquisa não aconteçam somente em etapas fragmentadas e separadas. Esse conjunto que compõe minhas estratégias metodológicas dá condição de possibilidade para que a produção de dados desta pesquisa rememore, ou ainda, tenha domínio de emergência junto à experiência do estágio extracurricular que realizei durante a graduação e, desde então, permite que os desacomodamentos aconteçam continuamente e se somem aos outros momentos e processos da pesquisa.

Assim, meu objetivo consiste em problematizar diferentes formas e estratégias de governo que capturam as vidas que caem na Rede à Infância e à Juventude. Pois, enquanto acompanhava as vidas que caíam na Rede, à medida que conhecia suas trajetórias, deparava-me com destinos e caminhos muito diferentes entre si, os percursos que se tornavam possíveis eram muito distintos, algumas vidas passavam pela Rede e se mantinham sob as condições precárias que as envolviam anteriormente, algumas continuavam na invisibilidade, e outras conseguiam superar essas condições e alcançavam melhores condições de existência.

Desse modo, esta pesquisa se faz relevante no sentido de que, problematizando esses percursos e as implicações dessas trajetórias na vida das pessoas com as quais meu encontro foi possível, o que está em jogo é a produção de reflexões ético-políticas de maior cuidado com vidas como essas, visto que se tratam de vidas comumente encontradas pela Psicologia nos serviços que compõem as políticas públicas.

Os operadores conceituais que me auxiliam nesse exercício de problematização da gestão das vidas que caem na Rede consistem nas noções de governo e biopolítica de Michel Foucault, bem como os conceitos de produção de morte, vidas passíveis de luto, condição

precária, precariedade da vida e a noção de raça de autores como Achille Mbembe, Judith Butler e Oyèrónkẹ Oyěwùmí.

Vale destacar que o conceito foucaultiano de governo das vidas esteve presente desde as primeiras interrogações da pesquisa, subsidiando algumas interrogações como: quais vidas são investidas pelas estratégias biopolíticas na Rede de Proteção à Infância e Juventude? Como, por que, e sob quais condições? E, ainda, quais vidas são desinvestidas das estratégias de poder? Quais os tipos de investimento e desinvestimento estão em jogo na gestão das vidas que circulam na Rede de Proteção?

Contudo, o encontro com autores como Mbembe, Oyěwùmí e Butler e alguns autores da filosofia africana e afrodescendente, levaram-me a querer atualizar e pensar de modo localizado a noção de governo das vidas. Considerando que pensar a gestão de vidas que caem na Rede de Proteção em um país periférico e que sofrera processos de colonização e racismo exige que alguns elementos sejam aproximados, como questões com relação à centralidade do corpo na cultura ocidental, à ideia de raça, as produções de morte que envolvem os trajetos de vidas não passíveis de luto.

A pesquisa está estruturada da seguinte forma: primeiro capítulo destinado a implicação com as vidas que caem na Rede de Proteção à Infância e à Juventude, bem como explicações com relação aos recursos e estratégias metodológicas.

O segundo capítulo é destinado à estruturação da Rede de Proteção à Infância e à Juventude, apresentação das trajetórias de algumas categorias (infância, juventude e família) na Rede. Discussão de alguns elementos que compõem a Política de Assistência e atravessam a gestão das vidas na Rede como as noções de risco, vulnerabilidade e racionalidade neoliberal. Bem como a tentativa de explicitar a virada estratégica que realizo de não mais utilizar as categorias de vida como operadores na problematização do governo das vidas na Rede de Proteção.

O terceiro capítulo é direcionado às trajetórias das vidas que caem na Rede de Proteção. Essas vidas são acionadas a me ajudar a contar os percursos que se fizeram possíveis e impossíveis na Rede, explicitando as articulações, conexões, aproximações e exposições que estabelecem enquanto os percursos são desenhados.

Este trabalho tem muita vida!!! Trago essa afirmação por muitas razões. Tem muita vida porque ele trata das histórias de crianças, jovens e famílias que, em algum momento enquanto percorriam os territórios sombrios e estreitos das vulnerabilidades e fragilidades sociais, foram capturadas e caíram na Rede de Proteção à Infância e à Juventude.

Antes, entretanto, de começar a contar quem são essas vidas, suas histórias, seus destinos, para aonde foram e para aonde deixaram de ir, eu preciso dizer - ou talvez eu queira dizer - como se dá a minha implicação com essas vidas que caem na Rede de Proteção. Vale destacar, também, que meu objetivo com a presente pesquisa consiste em problematizar diferentes formas e estratégias de governo que capturam vidas que caem na Rede de Proteção à Infância e à Juventude.

Durante a graduação em Psicologia, eu, mulher branca, fazia estágio extracurricular na Vara da Infância, da Juventude e do Idoso¹ da Comarca de Campo Grande/MS, especificamente no núcleo de adoção. Nesse período também estava no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) o que me levava a circular na Segunda Vara da Infância e da Juventude, destinada a tratar somente dos processos de Medida Socioeducativa.

Apesar de passar a maior parte do tempo nas dependências do Fórum, o estágio e a pesquisa permitiam que eu circulasse em outros pontos da Rede, como nas instituições de acolhimento, Unidades Educacionais de Internação (UNEIS), Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), Promotoria de Justiça e Defensoria Pública e também nas visitas domiciliares.

Quando recorro ao período do estágio, o sentido da experiência que me atravessa é de que eu vivia na Rede. É claro que eu também circulava em outros espaços e, na literalidade, eu só passava as tardes de segunda a sexta na Vara da Infância. Acredito que a impressão de que eu vivia na Rede se dá porque as vidas que ali caíam, inquietavam-me a ponto de serem sempre levadas comigo para outros espaços, acompanhavam-me até em casa e também nos corredores da universidade, contudo, eram nas reuniões de PIBIC que as histórias podiam ser recontadas e não se tornavam apenas processos, relatórios, casos e documentos.

Durante o tempo em que estive na Rede, as incertezas que pairavam sobre os destinos daquelas vidas eram uma das maiores inquietações. Algumas vidas apareciam e desapareciam da Rede com muita fugacidade, outras permaneciam por longos períodos, fazendo das

¹ Essa Vara da Infância era destinada a tratar somente das medidas de proteção conforme mencionadas nos art. 99 e 100 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990.

instituições de acolhimento suas moradas. Para essas vidas era como se houvesse uma pausa na escrita de suas histórias e estivessem aguardando a definição do próximo cenário com os devidos personagens para que a história pudesse ter seguimento.

A tensão e inquietação só aumentavam. Vidas de pessoas reais com as quais cruzei meus caminhos, porém procedentes de águas profundas do mar da invisibilidade e que, por breves passagens ao lume d'água, caíam na Rede, espaço onde as possibilidades de escapar das profundezas e atingir a claridade da superfície não se dão do mesmo modo para todas.

Portanto, vidas que me fazem lembrar de quando Foucault (1992) escreve o texto *A vida dos homens infames*, pois visibiliza vidas de sujeitos concretos, mas que apenas passaram a existir para a história quando tiveram breves contatos com o poder, existências-clarão, cujas desordens sem importância no cotidiano são capturadas por mecanismos do poder. Ou seja, trata-se de uma análise sobre pequenas histórias de sujeitos, sem glória, que justamente por essa condição transitaram entre uma invisibilidade da condição de vida na qual se encontravam com a visibilidade, infame, do contato com o poder. Pessoas que viviam, caminhavam, trabalhavam, comiam, dormiam, enfim, aqueles que seriam nossos vizinhos anônimos, que apenas ganham existência na história de nossas sociedades quando com se encontram com o poder.

Logo entendi que cair na Rede de Proteção à Infância e à Juventude não significa somente passar por atendimentos de serviços públicos que investigam e dão orientações sobre a vida de crianças e jovens. Cair na Rede implica que as vidas que por ali circulam têm suas trajetórias inevitavelmente marcadas.

Algumas vidas faziam parada rápida na Rede, o que não impedia que tivessem seus caminhos fatalmente marcados por poucas, ou quase inexistentes, clarezas. Outras vidas, depois do fugidio encontro com a Rede, teriam ao seu encontro caminhos cintilantes e reluzentes as aguardando, era o caso, em geral, de bebês recém-nascidos que eram adotados por famílias habilitadas e inscritas no Cadastro Nacional de Adoção (CNA).

No que diz respeito às vidas que permaneciam nas instituições de acolhimento, na verdade, estas não tinham suas histórias pausadas, elas passavam a ser inscritas em relatórios, processos, documentos – a cada dia e a cada nova linha que compunha os ‘autos’, a vida e as diversas possibilidades de modos de existência se esvaíam e se transformavam em documentos, o sufocamento último das vidas acontece no arquivamento dos autos.

Aos poucos fui compreendendo que muitas vidas chegavam na Rede e, quando finalmente partiam, estas já haviam sido capturadas há muito tempo pelos arquivos que

contavam suas histórias, no entanto, a partir da versão de muitos saberes (saberes *psi*, saberes jurídicos, saberes da saúde). Na Rede, os processos físicos arquivados e empoeirados, ou pequenos arquivos no gigante banco de dados dos processos digitais, tornavam-se os únicos espaços possíveis para suportar os rastros das vidas que um dia ali circularam.

Quando a pesquisa que possibilitou esta escrita teve início, a ideia era de que eu não gostaria de contar essas histórias ocupando o lugar do saber *psi*, não queria partir da experiência do lugar de estagiária de Psicologia, tampouco agora, do lugar de psicóloga. Por vezes, acreditei que se tratasse de uma dissertação-denúncia, a intenção era que o maior número de pessoas soubesse que muitas coisas aconteciam antes que as vidas fossem transformadas em arquivos.

As coisas mudaram! O ato de denúncia compartilha espaço e se liga a uma própria implicação com a vida e, se eu acreditasse em uma interioridade do sujeito, diria: “as coisas aqui dentro mudaram”. Não é o caso!! Então, acredito que Bergson (1974) me ajude a me explicar melhor, especialmente no que se refere a um movimento de tornar-se outro, de diferenciar-se de si mediante o caminhar da pesquisa e o revirar de memórias, soprando a poeira que a existência e as demandas cotidianas depositam sobre aquilo que nos tensiona, mesmo sem percebermos a todo momento.

Acredito que não faz sentido dizer que as afetações e inquietações passaram de um estado a outro, ou que se transformaram, mudando de fases e grau. É sim, no sentido de que nenhuma afetação e inquietação se inicia ou se encerra, todas se prolongam e coexistem umas nas outras (Bergson, 1974). Portanto, a vontade de denúncia se cola à necessidade de dar vida, ou ainda: fazer emergir as vidas. E assim como Deleuze (2008, p. 171) nos fala “os afetos não são sentimentos, são devires que transbordam aquele que passa por eles”.

O que se difere não são as coisas, tampouco seus estados, mas “o virtual que cada atualização carrega”, “a virtualidade é toda a singularidade em potência que compõe o atual em seu processo de atualização”, a potência de diferir de si mesmo, de continuar a viver e transformar-se ininterruptamente (Azambuja & Guareschi, 2010, p. 21-25; Bergson, 1974).

Assim, quando comecei a conversar com as vidas que circularam na Rede - digo escrever este texto - os afetos pareciam estar voltados para dar vida às vidas, que estivessem vivas no texto e em muitos momentos falassem por si mesmas, assim como Deleuze (2008, p. 176) nos interpela “escreve-se para sempre dar a vida, para liberar a vida aí onde ela está aprisionada, para traçar linhas de fuga”.

Contudo, agora, algumas interrogações surgem por aqui. Será que estamos falando de vidas ou de categorias de vida? Butler (2015) deve me ajudar a pensar sobre isso. Mas ainda vou terminar de contar minha implicação com as ‘vidas’, ou será que estamos falando de apenas vivos? que circulavam na Rede. Depois retomarei à questão.

Em meio ao caminhar da pesquisa, minha implicação e afetação com as vidas ficam mais inteligíveis, afasto-me de tomar a infância, a juventude e a família como categorias distintas sobre as quais incidem práticas de governo de conduta – o que não deixa de ser importante para este trabalho – mas antes de falar da infância, da juventude e da família como categorias, é preciso dialogar com as vidas que as constituem.

É como se estivesse andando por ruas estreitas, repletas de poeira e sujeira, nuvens de fumaça, cinzas espalhadas por todo o lado, lugares cheios de fome, distantes das escolas, dos empregos e da saúde. E de repente, em um tropeço, a densa névoa cinzenta se abre em pequenas janelas no meio de casas, lojas, galpões e surgem muitas vidas, umas acenando, outras distraídas, algumas chorando e carregando a face de angústia, crianças correndo entre poças d’água e valetas nas ruas, jovens atentos e corajosos.

Vidas marcadas por fragilidades sociais, rupturas, desamparo e abandono, vidas que produziram muitas inquietações. Afinal, eu circulei por outros espaços e me deparei com outras vidas que também resistiam em meio a condições de precariedade. Durante um projeto de extensão e programa de residência multiprofissional, trabalhei com pessoas que conviviam com limitações de saúde decorrentes de doenças neurológicas e outros agravos.

O projeto de extensão acontecia na Clínica Escola da universidade em que me formei, e oferecia atendimentos ambulatoriais àqueles que sofriam com diversas limitações no corpo. O programa de residência era realizado em um hospital de retaguarda, instituição filantrópica, cuja maioria dos atendimentos e serviços prestados são financiados pelo Sistema Único de Saúde (SUS). O hospital é referência no atendimento a pessoas com hanseníase e demais patologias anotadas nas listas de doenças infectocontagiosas.

Contudo, apesar de afirmar as lutas das vidas que encontrava no projeto de extensão e na residência, a implicação com as vidas que circulavam na Rede era diferente. Arrisco a dizer que tinham um ‘quê’ de “vida sofrida” – expressão que minha mãe, mulher negra, usava para se referir às vidas que tinham mínimas condições para se manterem vivas, vidas abandonadas, desamparadas, desprotegidas e, muitas vezes, expostas à morte.

Demorei a ligar os pontos e entender que o desamparo e abandono, uma vez vividos por minha mãe - quando ainda era muito pequena, tornando-se órfã de pai, homem branco, e de mãe, mulher negra – atravessou toda sua vida e também, de certo modo, marcara-me e me fazia ser afetada pela desproteção e abandono das vidas que caíam na Rede de Proteção à Infância e à Juventude.

As trajetórias sombrias daqueles condenados a destinos incertos que, por violentas fatalidades – muito embora constituídas por práticas efetivas de desproteção política, econômica e social – mostravam-se profundamente marcados por laços rompidos, desamparo e fragilidades sempre tinham visibilidade e ganhavam luz aos olhos de minha mãe, e nesses momentos ela expressava tamanha empatia àquelas vidas e soltava frases do tipo: “gente que leva uma vida sofrida”; “devem passar necessidades das coisas”; “Que vida difícil”.

A pobreza, o desamparo, os laços quebrados sempre saltaram aos olhos da minha mãe (daquela que me deu a vida). Ela não dizia muito como é que aquelas vidas que encontrávamos em meio a caminhos do cotidiano a afetavam tanto. Eu não entendia muito, talvez nem se ela tentasse explicar, eu conseguiria entender, ainda era muito jovem. De qualquer modo eu sentia junto com ela. E foi assim, por nenhuma coincidência, que fui percorrendo caminhos até cair na Rede de Proteção à Infância e à Juventude.

A frase do livro *Um Rio Chamado Tempo, Uma Casa Chamada Terra* do autor Mia Couto permite ler: “Para alguns, a vida sepulta mais que a morte”. Essa frase deve me ajudar a falar melhor da afetação de minha mãe que, por ter sentido na pele a dor e o incômodo do abandono e do desamparo, sabe o quanto se tratam de condições capazes de suprimir as possibilidades de vidas daqueles que a vivenciam.

Falar de um determinado lugar! Falar de um lugar situado! Aproximar-me dessas afirmações – e que, apesar de se tratarem de orações breves, dizem-nos muita coisa e sobre muitas vidas – permitiu espaços e brechas para que as expressividades de um território existencial² marcado pelo abandono pudessem emergir. E, apesar de cair na Rede a partir de outros pontos e de circular por ali como estagiária de Psicologia, a marca do abandono que de certa maneira me atravessava – e que se manifestava com maior intensidade nas passagens pela

² A noção ‘território existencial’ está apoiada no texto Alvarez, J. & Passos, E. (2015). Cartografar é habitar um território existencial. In E. Passos. *Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade* (pp. 131-149). Porto Alegre: Sulina.

própria Rede – permitiu que minha vida se colasse àquelas vidas, num sentido de coexistir e da relação imanente entre autora, vidas e território existencial.

A medida em que expressividades, intensidades, rastros e memórias de vida vão se fazendo possíveis no decorrer da pesquisa e da escrita deste texto, as fronteiras do empírico ficam borradas e já não é mais possível distinguir entre experiências e expressividades da vida da autora e das vidas encontradas durante todo o caminho da pesquisa.

De modo que, situar o lugar de onde falamos e o lugar da experiência, remete-nos a nos voltarmos para o tipo de conhecimento que será produzido e também de experiência. Como nos fala Barros e Kastrup (2015) a experiência produz conhecimento e o conhecimento produz experiência, em movimento de constante coprodução “sujeito e objeto se fazem juntos, emergem de um plano afetivo” (Barros e Kastrup, 2015, p. 73).

A aproximação com autores e autoras que habitam discussões diversas, especialmente a respeito dos processos de colonialidade, racismo, feminismo e feminismo negro, produziu muitos efeitos no percurso desta pesquisa, sobretudo, quando fazem com que eu me depare com produções que suscitam visibilidades a inúmeras formas de vida. São produções que não falam pelas vidas, não dizem em seus nomes, mas são as próprias vidas, seus fragmentos, seus rastros e suas memórias que se fazem vivas não só na escrita desses autores como também em suas existências.

Tendo essas autoras e autores vivido o que é ser mulher, negra, feminista e pesquisadora³; o que é ser mulher, negra, feminista, africana e pesquisadora; o que é ser negro, africano, filósofo, teórico político, professor e ter vivido parte da juventude durante o período da guerra de independência de seu país; e o que é ser mulher, branca, lésbica, estadunidense de família judia, filósofa e pesquisadora – fez-me encontrar, não somente com outras epistemologias⁴ e outros modos de me relacionar com a produção do conhecimento, como também tornou possível ser afetada por vidas que ganhavam vida na escrita desses autores e autoras. E vidas, rastros de vidas, memórias, narrativas de muitos povos que se colaram à minha vida e me acompanham no ato de pesquisar.

³ Proposta baseada no texto Rocha, A. M. (2015). *Pensar o invisível: as mulheres negras como produtoras de pensamento filosófico*, em que a autora localiza todos os nomes a partir de seu lugar de fala.

⁴ O conceito de epistemologia discutido nesta dissertação está apoiado nas discussões de Foucault (2007) que compreende a *episteme* como um conjunto de saberes pertencentes a uma época e atrelados, portanto, às condições econômicas, políticas, culturais, sociais, dentre outras.

Talvez eu não consiga agora dizer exatamente o que dessas vidas me afetou, ousou acreditar que foi o fato de se tratar de vidas que falam de lugares específicos, muito distantes dos lugares hegemônicos e que além disso conseguem em seus textos dar espaço para as intensidades e as expressividades do que é vivo em seus territórios existenciais.

Achille Mbembe discute diversas problemáticas, inclusive políticas de morte, maquinarias de guerra contemporâneas e questões de racismo, provocando inquietações e afetações ao explicitar com nudeza e aspereza como a violência se inscreve sobre os corpos, mutila-os, fragmenta-os, os destrói, deixando-os expostos ao ar livre, compondo imagens de terror e desolados massacres. As inquietações provocadas pela aspereza do autor revelam que sua escrita acontece a partir de fragmentos de memórias e experiências vividos por Achille Mbembe enquanto crescia diante da luta de seu país por independência.

Achille Mbembe nasceu em 1957 em um país chamado República dos Camarões no continente Africano, que foi colônia da França e da Inglaterra. O processo de guerra pela independência se estendeu até 1982, resultando em mais de 60 mil mortes. Eu, assim como muitos leitores de Achille Mbembe, não presenciei a morte dessas vidas, mas me deparei com elas à medida que avançava na leitura do autor.

Dessa maneira, entendi que a morte, por vezes, denuncia muito mais do que somente a finalização da vida biológica. Entendi que a morte pode se dar em vida, quando muito do que é vital para o sujeito é tomado por destruição, violência, massacre, invisibilidade e vulnerabilidades. E que, para alguns, a vida tem sentido de violência, crueldade, terror e dominação⁵.

Foi por Achille Mbembe que também descobri que a vida não se encerra com a morte do corpo biológico, as vidas que habitavam corpos que foram violados em massacres, processos de dominação, e inclusive em contextos de guerras contemporâneas, passam habitar memórias, narrativas, se fazem existir em outros territórios existenciais.

Oyèrónké Oyewùmí nasceu na Nigéria, onde teve sua primeira formação acadêmica, e desde então tem suas caminhadas marcadas pelo propósito de estender as discussões e produções da filosofia africana, especialmente as produções do feminismo negro africano, pelo resto do mundo, em meio a um movimento de romper com a hegemonia das epistemologias ocidentais. Oyewùmí (1997) discute, ainda, como o sentido da visão tem predomínio nos modos

⁵ Mbembe, A. (2016). Necropolítica. *Arte & Ensaios*, Rio de Janeiro, (32), 122 - 151. Recuperado de: <https://revistas.ufrj.br/index.php/ae/article/viewFile/8993/7169>.

de organização e produção de mundo da cultura ocidental, o que segundo a autora estabelece inclusive modos de compreensão a respeito de organizações e diferenças no campo social.

Desse modo, encontrar com Oyewùmí produziu efeitos que me levaram a buscar outras formas de produzir conhecimento, afastando-me da hegemonia, dominação e predomínio das epistemologias das luzes, e me aproximando de produções do conhecimento situadas e localizadas.

Mbembe, Oyewùmí e Butler me colocam diante de muitas vidas que não falam de lugares hegemônicos, contudo, Butler (2015) faz com que eu me depare com vidas, cujas mortes nem sempre serão enlutadas, e quando uma vida não é passível de luto não se pode considerar seu surgimento, tampouco sua manutenção, como afirma a autora: “está vivo, mas não é uma vida” (p. 22). E assim, Butler (2015) me alerta para situações de desproteção, violência e morte, as quais muitas vidas são expostas, inclusive por ações do próprio Estado.

O que tem a ver todos esses autores com minha pesquisa? Eu diria que em suas linhas escritas tem muita vida inscrita, muita vida que, assim como algumas vidas que caíram na Rede de Proteção, fizeram morada apenas nas zonas de invisibilidade, espaços esses que não raro, são também tomados por práticas de produção de morte como nos alerta Mbembe (2015). Talvez a pergunta seja: que caminhos se tornaram possíveis a partir do encontro com esses autores? Por que o encontro com eles possibilitou diferentes percursos? Além das vidas, fragmentos e memórias de vidas encontrados em seus textos, o que mais fez com que essas leituras se tornassem acontecimentos empíricos em meu processo de pesquisar?

O encontro com Mbembe, Oyewùmí, Butler e alguns autores da filosofia africana e afrodescendente me remetem a uma experiência que tem como efeito certo re-encantamento com meu campo de pesquisa, e encantamento não no sentido romântico do termo, até porque não há nada de romântico no que acontece com as vidas que caem na Rede de Proteção. Digo então, encantamento como aponta Machado (2014, p.1) “aquilo que dá condição de alguma coisa ter sentido de mudança política, de outras construções epistemológicas, é o sustentáculo, é o que desperta e impulsiona o agir, é o que dá sentido”.

Portanto, um movimento/experiência de criar e inventar meu campo de pesquisa, habitar de outro modo esse território, dando vazão aos tensionamentos que o próprio campo tem apresentado e que ganharam/obtiveram maior visibilidade a partir do encontro com Mbembe, Oyewùmí e Butler e alguns autores da filosofia africana e afrodescendente. Se eu estivesse partindo de algumas teorias epistemológicas específicas (hegemônicas) diria que seria outro

modo de olhar o campo/problemática da pesquisa, reafirmando a lógica da cosmovisão, conforme discute Oyèwùmí e que abordarei nas próximas páginas.

No entanto, essa outra maneira de habitar o campo de pesquisa envolve dar espaço a sensações, forças e intensidades produzidas por sentidos que não somente a visão. Assim como criar, inventar e encantar o campo de pesquisa implica a produção de novas propostas de construções epistemológicas e, portanto, outros modos de operar conceitos e uma maneira diferente de fazer a pesquisa. Problematizar o governo das vidas com as vidas, e não a partir primariamente das categorias, implica uma aposta ética e epistemológica de não produzir unicamente na lógica das luzes, implica produzir no escuro e com o escuro.

Machado (2014) afirma que a produção do conhecimento é da ordem do movimento, do acontecimento, da experiência e, por isso, detém infinitas possibilidades e imprevisibilidades. Dá espaço a inconstantes deslocamentos e arranjos entre experiência e conhecer; as experiências vividas atravessam o conhecer, assim como o ato de conhecer atravessa experiências, firmando a inseparabilidade entre viver, conhecer e fazer como nos fala Passos e Eirado (2015).

A experiência de leitura e discussão dos textos de Mbembe, Oyèwùmí e Butler tornaram possível estabelecer certos caminhos e aproximações durante o percurso da pesquisa, inclusive a proposta de operar com o conceito de governo das vidas de outras maneiras, permitindo outros modos de produzir conhecimento. Vale ressaltar, ainda, o modo como esses autores se mostram potentes para produzir no escuro que, apesar da visibilidade galgada no mundo acadêmico, trabalham com vidas tornadas invisíveis e que habitam o escuro⁶.

Mbembe, Oyèwùmí e Butler falam a partir de lugares onde as sombras e o escuro se mantêm prevalentes, onde vozes não são ouvidas, rostos não são vistos, corpos exterminados não são chorados. O escuro é onde a claridade de algumas epistemologias não chega – ou, quando chegam, colonizam – onde subjetividades invisíveis são produzidas e estratégias de produção de morte são operadas, compondo uma relação de imanência, codeterminação e coprodução.

Para me ajudar a explicar a implicação epistemológica e ético-política de trabalhar com as vidas, e não mais com categorias de vida, partirei de uma imagem que há um tempo recebi

⁶ A noção de escuro é apoiada no texto Scisleski, A. C. C., & Hüning, S. M. (2016). Imagens do escuro: reflexões sobre subjetividades invisíveis. *Rev. Polis e Psique*, 6(1), 8-25. Recuperado de <http://seer.ufg.br/index.php/PolisePsique/article/view/61374>

no celular: uma mão segurando um fósforo aceso, acompanhada da frase: “a luz não tem sombra”. A imagem revelava em um fundo branco as sombras somente da mão e do palito de fósforo, a chama de fogo incandescente na ponta do palito não fazia sombra. Lendo o texto de Scisleski e Huning (2016) *Imagens do escuro: reflexões sobre subjetividades invisíveis* e recordando essa imagem, encontro-me com algumas questões. Como a luz não tem sombra? A imagem toda se faz a partir de luz e sombra, as formas que se constituem no enquadre da cena a partir do jogo luz e sombra, mostrando e evidenciando que a luz existe como ausência da sombra, e a sombra existe a partir da ausência da luz, nos sugerindo uma coexistência, uma relação de imanência, efeito e condição de existência.

Outra forma de ver a imagem é considerando que a chama se mantém acesa por conta da sustentação do palito que é mantido pela mão que o segura, e na projeção da claridade se tornam sombras que sustentam a luz, ou mesmo que a própria luz sustenta as sombras. No entanto, minha intenção não é discutir ou provar alguma verdade a respeito. Mas sim chamar atenção para o modo como algumas epistemologias operam, além de afirmar que minha proposta é justamente trabalhar com uma aposta ética e epistemológica de problematizar o governo das vidas na Rede de Proteção à Infância e à Juventude, trazendo as vidas para me ajudar a fazer a pesquisa, em um movimento de afirmação e reexistência⁷ dessas vidas, que tenham vozes neste texto e possam ter espaço para contar seus próprios percursos.

Tomando a própria imagem mencionada, anteriormente para discussão, observamos que são reproduzidas uma imagem e uma frase. A frase carrega uma afirmativa e a imagem a acompanha para mostrar, evidenciar que a afirmativa é verdadeira, portanto, o que é dito na frase pode ser observado, constatado na própria imagem. Compondo então, uma espécie de comprovação, uma sentença que pode ser verificada de imediato pelo ato de olhar a imagem.

Outra questão que se destaca é que essas ações que, em geral, são referidas para compor assertivas que operam na lógica de provar e comprovar uma verdade – tais como captar a imagem, enxergar, ver, observar, mostrar, evidenciar, constatar, chegar a realidade dos fatos, descobrir – remete-me a como certas epistemologias ocidentais modernas operam e quais seus efeitos na produção de mundo e subjetividades, assim como a supremacia do sentido da visão

⁷ Bernadino-Costa, J., Maldonado-Torres, N. & Grosfoguel, R. (2018). Introdução Decolonialidade e pensamento afrodiáspórico. In J. Bernadino-Costa, N. Maldonado-Torres. (Orgs). *Decolonialidade e pensamento afrodiáspórico* (pp. 08 – 26). Belo Horizonte: Autêntica.

com relação aos outros sentidos na produção do conhecimento no Ocidente; Scisleski e Hüning (2016) e Oyěwùmí (1997) me ajudam com essas discussões.

Scisleski e Hüning (2016) mencionam que, no estabelecimento da epistemologia das luzes, aconteceram movimentos e aproximações que permitiram a emergência de algumas racionalidades que marcam o modo como a epistemologia da luminosidade opera. Aproximações entre razão e verdade, produzindo o entendimento de que a verdade absoluta é extraída da racionalidade; a ideia de luz e claridade se achegam à produção do conhecimento, o conhecimento então é tido como fruto da luz do pensamento; entre outros avizinhamentos entre razão, verdade e luminosidade marcam a produção de conhecimento ocidental.

Portanto, temos no pensamento ocidental moderno, um modo de produzir conhecimento fundado na ideia de luzes, racionalidade que reverbera diversos efeitos nos campos de saber, inclusive a consolidação de uma ciência que valida o conhecimento produzido através da prova, da verificação, do método e da estagnação do objeto estudado. A proposta desta pesquisa de problematizar os percursos das vidas que caem na Rede de Proteção à Infância e à Juventude consiste em um movimento de se distanciar de uma produção do conhecimento fundada na ciência da prova. A intenção é propor outros modos de escrita e outros modos de produzir conhecimento que, como afirmam Scisleski e Hüning (2016, p. 8), reconheçam “a potência de se pensar nas sombras”.

Por isso também a escolha de não pensar o governo das vidas que caem na Rede de Proteção a partir das categorias infância, juventude e família, e propor operar com memórias, rastros e fragmentos de vidas. Assim, proponho que as próprias vidas emerjam para me ajudar a contar suas histórias, e também histórias de outras vidas que atravessaram os caminhos da proteção à infância e à juventude. Desse modo, em meio às narrativas, estarão presentes falas/diálogos literais dessas vidas que vivem em minhas memórias e diálogos inventados que me auxiliaram na produção dos caminhos que foram possíveis e impossíveis de serem percorridos, além de vidas com as quais esbarrei em meio a reportagens, produções acadêmicas e trajetos durante a pesquisa. Scisleski e Hüning (2016) mencionam, a respeito da ciência da prova e preponderância do sentido da visão no pensamento ocidental, que

Colocar luz sobre alguma coisa incide não apenas em revelar o que há, mas implica também não só um conhecimento que passa pela via da sensação, como indica uma supremacia da visão sobre os demais sentidos. A necessidade de “enxergar com clareza”

produziu muitas certezas no campo da ciência e postulou a importância das evidências. Nessa lógica, comprovar e provar, partem de um mesmo pressuposto: o que importa é o que a luz nos mostra e nos revela (Scisleski & Hüning, 2016, p. 10).

Oyèwùmí (1997) denomina de ‘cosmovisão’, o modo como o Ocidente se relaciona com o mundo, predominantemente pela visão. É a partir da visão que se constitui o sentido cultural ocidental. A autora alerta sobre os efeitos de uma sociedade que muito valoriza o ‘ver’, reverberando nos modos de produzir conhecimento e subjetividades. Oyèwùmí (1997) discute que um dos efeitos da superestimação da visão no Ocidente se refere aos processos de diferenciação e segregação que se dão no campo social, já que para a autora “o olhar é um convite para diferenciar” e permite condições de possibilidade para distinguir os corpos humanos com relação a sexo e cor da pele (Oyewùmí, 1997, p. 3).

Talvez poderia surgir a dúvida de por que trabalhar com memórias e experiência decorrentes de um estágio anterior? Por que não ir novamente nas instituições e serviços da Rede de Proteção? Eu responderia que trabalhar com as memórias, fragmentos e rastros das vidas encontradas há um tempo tem a ver com uma aposta epistemológica e ético-política. Aposta epistemológica porque estou partindo de um campo teórico que não reconhece a separabilidade entre sujeito e objeto, tampouco reconhece que os caminhos da pesquisa se dão em etapas onde a etapa anterior precisa ser encerrada para começar a etapa seguinte.

A coleta de dados da presente pesquisa, ou melhor a produção de dados⁸, iniciou-se junto à experiência do estágio e desde então tem acontecido continuamente, ao passo que outros momentos e outros processos da pesquisa também acontecem. Conforme mencionam Barros e Kastrup (2015, p.59) “o caminho da pesquisa cartográfica é constituído de passos que se sucedem sem se separar”. Nesse sentido, a produção de dados tem a ver com encontro, com experiência, não se faz na intenção de coletar informações para serem analisadas por um pesquisador que busca ocupar lugar de distanciamento, como se olhasse de cima e como se fosse possível conhecer sem intervir, a partir do ponto de vista restrito da observação neutra, pura e não contaminada.

Portanto, trata-se de propor um outro modo de produzir conhecimento onde a relação verdade, método experimental e invenção não se articulam na direção do dispositivo

⁸ Barros, L. P. & Kastrup, V. (2015). Cartografar é acompanhar processos. In E. Passos. *Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade* (pp. 52 - 75). Porto Alegre: Sulina.

experimental ter como função provar que as invenções dos cientistas não são apenas invenções, são verdadeiras descobertas e também podem ser verificadas e replicáveis (Barros & Kastrup, 2015).

Consiste em um modo de produção do conhecimento onde invenção tem a ver com as infinitas possibilidades de como experimentar o campo pesquisado, de como habitá-lo, um meio de dar vazão para as intensidades e expressividades que o atravessam. Portanto, não há intenção e compromisso em apresentar a verdade de fatos e fenômenos e, apesar de se trabalhar com memórias, também não há intencionalidade em construir uma verdade do passado.

A produção de dados, a experiência e os encontros que compõem essa pesquisa se iniciaram antes mesmo do meu ingresso no mestrado. E foi em meio às memórias que as vidas encontradas nessa experiência se mantiveram vivas. Por meio das memórias, os rastros do passado não se extinguiram, e a experiência do encontro com a vidas na Rede de Proteção à infância e à juventude mantiveram suas forças expressivas e intensivas que, fazendo uso da escrita, dou-lhes os nomes de memórias-experiência e memórias-inventadas.

As memórias-experiência são da ordem do vivido, dizem respeito a experiência de ter habitado o território existencial das vidas que circulavam na Rede de Proteção. Enquanto as memórias-inventadas tem a ver com virtualidades, forças e expressividades do campo da pesquisa, o que pode vir a ser a partir da rememoração, das discussões de textos, do encontro com as políticas de Assistência Social e das produções coletivas durante o fazer desta pesquisa.

Trata-se de uma aposta ético-política porque foram os rastros de vidas que habitaram a invisibilidade e assim como comenta Foucault (1992) no texto *A vida dos homens infames*, vidas que tiveram breves contatos com o poder. E assim como Benjamin (1985) que sobre a figura do narrador o compara com o trapeiro, aquele que anda pelas ruas da cidade e junta o que foi descartado ao longo do dia, com a intenção de ‘não deixar nada se perder’, apesar de não lidar com fabulosos achados e nada que seja importante para a história oficial.

Outra questão é que a memória não se relaciona apenas com passado, mas com um passado que se faz presente e rememorar traz à tona a urgência por transformação e intervenção no presente. E como destaca Benjamin (1985) sobre memória e processo de rememoração se constituem não como um simples ato de transmitir o que é lembrado, mas sim dar abertura para incompletudes, fragmentos, brechas, rastros, tudo aquilo que não fora visto, lido e sentido.

Corroborando com a aposta ético-política de utilizar as memórias como estratégia metodológica, está o movimento de juntar os rastros e os fragmentos de vidas, não pela lógica

da cosmovisão já que no escuro a luz não incide sobre essas vidas para que tenham qualquer tipo de visibilidade. E sim por meio da cosmopercepção – um modo de se relacionar com o mundo por meio de outros sentidos que não somente a visão – que as vidas reexistirão, serão reafirmadas e vivificadas.

Nesse sentido, problematizar os percursos que se fazem possíveis na Rede, a partir das categorias, seria operar somente com os fragmentos das vidas sobre os quais as luzes incidem. E trabalhar com as vidas, convidá-las para ajudar a contar seus percursos e singularidades, é produzir no escuro que as envolve, é também lutar pela suas reexistências, mesmo que não sejam mais existências de corpos presentes, mas como Machado (2014) nos ajuda a arriscar: reexistência por meio da ancestralidade, a qual possibilita que experiências e existências sejam perpetuadas e atualizadas.

Na intenção de elucidar esses movimentos e experiências se faz importante destacar que o conceito foucaultiano de gestão das vidas esteve presente desde as primeiras interrogações desta pesquisa, e que em meio a trajetórias, encontros e desencontros se tornam possíveis diferentes possibilidades de articulá-lo na pesquisa. Desse modo, tentarei explicar nas próximas linhas como estava pensando o governo das vidas que caem na Rede de Proteção à Infância e à Juventude antes do encontro com autores como Mbembe, Oyěwùmí e Butler e alguns autores da filosofia africana e afrodescendente e, posteriormente, as possíveis aproximações que me levam pretensiosamente a querer atualizar e pensar de modo localizado, a noção de governo das vidas.

Inicialmente, minha questão voltava-se a “que vidas são investidas pelas estratégias biopolíticas na Rede de Proteção à Infância e à Juventude? Como, por que e sob quais condições? E que vidas são desinvestidas das estratégias de poder? Quais os tipos de investimento e desinvestimento estão em jogo na gestão das vidas que circulam na Rede de Proteção?

Essa questão inicial se apoiou nas discussões foucaultianas sobre o modo como a vida é tomada pelo poder e seus processos próprios estão no campo político e atravessados pelas relações de saber e poder, mais especificamente um biopoder, que envolveria estratégias anátomo-políticas e biopolíticas.

O conceito de biopolítica trabalhado por Foucault (2008b) me ajuda a problematizar as diferentes estratégias de governo da vida, os diferentes investimentos que capturam algumas vidas em detrimentos de outras, de modo que algumas caíam na Rede de Saúde, de Proteção Social e/ou da Mulher. Contudo, quando encontro Mbembe (2015) certos tensionamentos me parecem inevitáveis, pois, quando Foucault (2008b) discute a noção de biopolítica, o autor faz menção a investimentos e fomentos na vida, portanto, uma série de estratégias de regulação da população como taxas de natalidade, longevidade, mortalidade e controle de epidemias, todas operadas sob o princípio de promover a vida.

Além disso, as análises foucaultianas sobre a temática do racismo não focalizam propriamente a questão da raça, que será fundamental para compreendermos os efeitos do colonialismo e da colonialidade naquilo que se compreende como Sul Global. Isso implica que para compreender os caminhos na Rede de Proteção, seria importante situar essa Rede. A Rede não é uma estratégia deslocada, ela é situada em um plano geográfico, histórico, político e sobretudo, existencial. Nas análises de Michel Foucault a vida estava em jogo sem considerar os efeitos de uma política sobre a vida quando no caso de localizações colonizadas.

O biopoder sustenta uma política da vida, em que algumas populações podem ser desinvestidas e expostas à desproteção, correndo, assim, mais risco de morte. Enquanto que o necropoder produz territórios, habitados por populações cujo direito de lhes tirar a vida é autorizado e consagrado, não se trata somente de um risco aumentado de morte, diz respeito a maquinarias de produzir morte e exterminar corpos que organizará as trajetórias e a emergência de certas redes, inclusive as de proteção.

Tanto o biopoder quanto o necropoder incidem sobre a população, contudo, o necropoder estabelece uma política de morte. E assim como o biopoder atinge a população por

meio das estratégias biopolíticas, o necropoder produz submissão da vida ao poder de morte por meio da necropolítica. O necropoder se constitui enquanto articulação e ligação do poder disciplinar, biopolítica e necropolítica (Mbembe, 2015).

Quando falamos de poder sobre a vida estamos falando também de investimentos diários na vida da população, da ordem do cotidiano, de ações microcapilares, das minúcias, como dizia o autor da microfísica do poder (Foucault, 1979), como as estratégias de saúde, saúde da mulher, do homem, da criança, da família e todas as prescrições que carregam consigo, como devemos cuidar de nossos corpos, da nossa alimentação, como devemos nos relacionar sexualmente, como as nossas crianças devem ser tratadas, medicadas e cuidadas, enfim uma série de investimentos que são da ordem do cotidiano. Portanto, inúmeros investimentos na vida da população que se dão diariamente.

Entretanto, Mbembe (2015) traça um outro plano de análise para essas vidas de pessoas concretas que podemos acompanhar quando caem na Rede de Proteção: homens, mulheres, jovens, crianças, idosos passam a ter cores, etnias. Suas histórias de vida e suas condições de existências são constituídas não por figuras ocidentais europeias, mas por cores/traços que aparecem nos corpos que diferem dessas mesmas figuras. Essas cores/traços não apenas marcam diferenças, mas são investidos como diferenças que justificam um poder de morte, de fazer morrer.

Dessa forma, o conceito de necropolítica me ajuda a questionar a respeito dos investimentos de morte que são cotidianos para algumas vidas. Não estou me referindo aqui à lógica de deixar morrer, que permite desinvestimentos, abandono e desproteção a determinadas populações, estou me referindo a investimentos na produção de morte que vão desde investimentos sutis e micropolíticos às maquinarias de morte que envolvem centenas de vidas.

Refiro-me, ao contexto em que me deparo com vidas que diariamente são expostas a investimentos de morte e extermínio, já não me parece ser possível tratar de investimentos ou desinvestimentos na vida, sob a lógica de *fazer viver e deixar morrer*. Estou me referindo a minúcias do cotidiano como dificuldades em acessar serviços de saúde e educação ou acessar um serviço de saúde como o CAPS, e precisar de auxílio com a passagem de transporte coletivo para comparecer aos atendimentos e se deparar com a indisponibilidade de passagens fornecidas pela instituição. Como também situações de violência e discriminação racial, em serviço público, enquadres da polícia por ter a pele parda/preta, ter a vida subjugada em decorrência de tom de pele, ou propriamente o descaso com que o Estado trata instituições e projetos que atuam

em comunidades da periferia, cujas crianças tem a merenda escolar como refeição principal e durante as férias as famílias se veem em situações de não conseguir suprir a fome de seus filhos, até condições em que centenas de presos encarcerados e expostos a doenças contagiosas por falta de estratégias de controle de contaminação dentro dos presídios.

Portanto, ao adentrarmos nas discussões de gestão de vidas brasileiras nos deparamos inevitavelmente com a sobreposição de investimentos de vida e investimentos de morte, pois, há alguns marcadores que definem quais vidas serão protegidas e fomentadas e aquelas que serão suprimidas.

Luna (2009) em seu capítulo “Fazer viver e deixar morrer: a má-fé da Saúde Pública no Brasil” afirma que no Brasil existe o fenômeno de “doenças da pobreza” que se alastram entre as populações mais pobres, em geral, por falta de informações sobre contaminação, prevenção, vacinação, além das dificuldades para acessar serviços e atendimentos de saúde e também recursos diagnósticos e terapêuticos que se mostram mais precários. Dentre as doenças que fragilizam especialmente a pobreza⁹, a autora destaca a tuberculose que, aliás vem apresentando grande incidência entre a população carcerária.

Bom, tratando de “doenças da pobreza” e população carcerária, logo chegamos num ponto da história do Brasil que muitos desejaram e ainda desejam negar e mascarar: as condições de violência, desumanização e racismo que se voltaram contra a população negra desde os períodos de colonização, escravidão, pós-abolição e contemporâneo/atual. Pois ao falar da história do Brasil inevitavelmente chegamos à relação de intimidade e proximidade entre negros e pobreza/condições precárias e não porque existe alguma relação natural e biológica como alguns higienistas gostavam de argumentar, mas sim, em virtude dos percursos sociais e históricos que essa população foi exposta.

Portanto, não por coincidência, muito menos por causas naturais e biológicas, temos uma realidade no país em que a população carcerária é, majoritariamente, negra e, além disso, é exposta a doenças contagiosas dentro das instituições prisionais, pois o Estado cerceia a liberdade desses sujeitos, acomoda-os em celas de sete metros quadrados, em sua maioria, superlotadas, e não lança mão de estratégias para evitar a propagação de doenças contagiosas/infecciosas. Nesse caso, de acordo com o conceito de necropolítica, não se trata apenas de um deixar morrer, há, sim, um investimento na morte, não apenas pelas condições de

⁹ Entendo pobreza como condições que se estabelecem a partir da falta ou acesso precário/limitado a bens e serviços, como saúde, educação, lazer, mercado de trabalho, moradia, saneamento básico.

confinamento dessas vidas, mas dos mecanismos de produção de morte que se organizam dentro desses espaços. Portanto, uma biopolítica agiria como uma rede de proteção para que o que está fora desses confinamentos, mas as tecnologias que estão dentro são investimentos em morte e extermínio, ou seja, necropolíticas.

Uma situação semelhante tem acontecido no presídio de Boa Vista, onde vários presos se encontram com uma patologia que, segundo os noticiários, provoca necrose, coceira e erupções na pele. A matéria anunciava “presos estão sendo comidos vivos” (Em Tempo, 2020, “Chamada”)em presídio em Roraima.

Seria desnecessário comentar que as imagens desses sujeitos acometidos pela patologia, carregavam fotos de homens negros, cujos rostos não foram mostrados e seus nomes também não foram mencionados. A imagem mostra apenas corpos negros, mortos-vivos, cujo algum rastro de vida política, digna e humana já fora aniquilado há tempos e ainda assim, resiste, sobrevive um corpo negro que agora definha diariamente por uma doença desconhecida, mas que age com crueldade sobre seu corpo.

De qualquer forma, as fotos se fazem dispensáveis diante da afirmação carregada nos títulos das matérias, visto que imaginar ou pensar na possibilidade de que um sujeito ser atacado por uma patologia que provoque a sensação/impressão de estar sendo “comido vivo” já é o bastante para provocar afetações que me tomam de muitas maneiras, arrepios, angústia e desespero. Não consigo pensar em outra coisa que não na corporificação do necropoder. Além disso, permite-me retroceder nos percursos que levam essas vidas para os encontros com a morte: esses sujeitos se encontraram, provavelmente, com redes de proteção/segurança; suas vidas provavelmente tiveram breves contatos com o poder que encaminhou trajetórias, percursos, até caírem em um espaço de não existência.

É nesse momento que me deparo com as limitações de pensar e discutir as estratégias de governo das vidas, somente apoiadas nas argumentações de Michel Foucault, por se tratar de um país latino-americano que sofrera com processos de colonização e escravidão. Os diagramas de poder que se constituem nesses contextos são inevitavelmente atravessados por esses processos.

Portanto, tratar de gestão das vidas no Brasil implica sentir no corpo os arrepios provocados pela sobreposição do biopoder e necropoder que assombram sua população, pois, ao passo que há uma gama de estratégias biopolíticas de fomento à vida - como campanhas de saúde, previdência social, segurança e cuidados com algumas juventudes – deparamo-nos

também com casos diários de vítimas de bala perdida, prioritariamente, casos que acontecem nas periferias de grandes centros do país, situações que aumentam significativamente conforme apontam dados do Atlas da Violência (2019). Como foi com a vida da menina Ághata (8 anos, negra e moradora de uma comunidade na periferia do Rio de Janeiro) estava em uma van acompanhada por sua mãe e em um instante de intervenção policial, teve sua vida interrompida.

A bala que atingiu o corpo da criança Ághata foi disparada de um fuzil carregado por um policial militar. Não é incomum que as mortes provocadas por policiais em comunidades da periferia sejam justificadas sob o argumento de confronto com ‘criminosos’ e abra precedentes para o excludente de ilicitude, mas como argumentar que houvera um confronto com uma menina de 8 anos que passeava com a mãe?

Assim, o conceito de necropoder me ajuda nas discussões a respeito do governo das vidas no contexto brasileiro. Noguera (2018) em seu texto *Dos condenados da terra à necropolítica: Diálogos filosóficos entre Frantz Fanon e Achille Mbembe* onde trata das interlocuções entre Mbembe, Foucault e Fanon, menciona que a racionalidade do necropoder carrega consigo uma dimensão não discutida por Foucault quando tratou do biopoder, são as marcas do colonialismo que determinam que o colonizado tem seu lugar delimitado, lugar nenhum, lugar de nada e o colonizador vai sempre lembrá-lo disso.

Nas palavras de Fanon (2005)

A cidade do colonizado, ou pelo menos a cidade indígena, a cidade negra, a *médina*, a reserva, é um lugar mal afamado, povoado de homens mal afamados. Aí, se nasce não importa onde, não importa como. Morre-se não importa onde, não importa de quê. É um mundo sem intervalos, onde os homens estão uns sobre os outros, as casas umas sobre as outras. A cidade do colonizado é uma cidade faminta, faminta de pão, de carne, de sapatos, de carvão, de luz. A cidade do colonizado é uma cidade acorçada, uma cidade ajoelhada, uma cidade acuada. É uma cidade de negros, uma cidade de árabes. O olhar que o colonizado lança para a cidade do colono é um olhar de luxúria, um olhar de inveja. Sonhos de posse. (...) O colono sabe disto (...) “Eles querem tomar o nosso lugar” (Fanon, 2005, p. 28-29).

Nogueira (2018, p. 67) alerta que “o colono, ou, aqui, os ex-colonos, os brancos, os cidadãos da “metrópole” farão de tudo para manter os colonizados, ou melhor, ex-colonizados no devido lugar.

Ora, qual a cor da pele de Ághata mesmo? Qual a cor da pele de jovens que são maioria enquanto vítimas da violência letal no Brasil? Qual a cor da maioria da população carcerária brasileira? Qual a cor da pele de crianças e jovens que estão acolhidas em instituições de acolhimento?

Não é de hoje que o Brasil vem produzindo estratégias de violência e extermínio da população negra. A bala perdida tem alvo e não é a pele alva, a pobreza e a desproteção têm cor. A morte tem cor no Brasil e não está fora dos cálculos do poder. E por isso não dá para falar de gestão das vidas de modo situado e localizado, somente a partir de Michel Foucault e de seus conceitos de biopolítica, biopoder e governo de vidas.

Na última aula do curso *Em Defesa da Sociedade*, o autor afirma que a morte está fora dos cálculos do biopoder, “é o limite, a extremidade do poder” que só tem controle e domínio sobre as estatísticas e os dados, portanto, sobre a mortalidade, porque a morte “está do lado de fora, em relação ao poder”. O autor inclui a morte dentro da racionalidade de fomento à vida por meio do Racismo de Estado (Foucault, 2005, p. 296).

A ideia de Racismo de Estado, discutida pelo autor em seu livro *Em Defesa da Sociedade*, é tomada como um modo de produzir morte em meio às tecnologias de governo das vidas, maneira de se estabelecer tecnologias de suprimir a vida mediante à lógica de *fazer viver e deixar morrer* sob a qual se estabelece as práticas da arte de governar. O autor questiona: “Como esse poder que tem essencialmente o objetivo de fazer viver pode deixar morrer? Como exercer o poder da morte, [...] num sistema político centrado no biopoder?” (Foucault, 2005, p. 303-304).

Trazer a noção de Racismo de Estado se faz importante para discutir a gestão das vidas em meio a controvérsias de investimento biopolítico e investimentos de morte que se fazem presentes em contextos brasileiros. E a noção de Racismo de Estado nos coloca diante da problemática da morte em meio às lógicas de fomento da vida.

O Racismo de Estado se constitui como um dispositivo capaz de assegurar quais populações serão expostas à morte, a partir da ideia de raça que merece viver e a raça que ameaça o restante da sociedade. Entretanto, Mbembe (2015) critica que a ideia de Racismo de Estado insere a morte nos cálculos do poder como a morte em prol de outras vidas e assim não

inclui produções de morte que se dão pela morte, a morte pela morte, não em razão da sobrevivência de outras vidas. Dessa forma, de acordo com o autor não se pode discutir o nazismo e o genocídio da população negra a partir dos mesmos pontos, tratam-se de distintas produções de morte, em função de razões e objetivos distintos, lançando mão de estratégias também distintas, pois como menciona Mbembe (2015) os acontecimentos políticos contemporâneos não se encaixam na lógica do *deixar morrer*.

Além de estar partindo da noção de governo, tal qual Michel Foucault discute em suas obras, também estava pensando a problemática da gestão das vidas na Rede de Proteção à Infância e à Juventude por meio de categorias: a infância, a juventude e a família, interrogando como aconteciam diferentes modos de governo dessas categorias de vida. Tendo em consideração a experiência do estágio e estudo de documentos públicos municipais e estaduais que tratam da constituição e estruturação da Rede de Proteção, parecia-me que haviam dispositivos distintos para governar essas populações, ou seja, um modo de capturar e gerir a infância, um modo de capturar e gerir a juventude e outro modo de capturar e gerir a família.

2.1 Corpos negros resistem

Esse percurso entre o biopoder e o necropoder, a partir da minha trajetória de pesquisa com a Rede de Proteção, levam-me ao encontro de uma outra questão trazida por Michel Foucault em seus textos, que se refere à organização da economia política. Ou seja, de uma racionalidade que apoia esses modos de gestão da vida.

Isso é apontado porque, considerando as discussões apresentadas por Foucault (2008b) com relação à lógica neoliberal, deparo-me com arranjos da Rede de Proteção à Infância e à Juventude que se apoiam na racionalidade neoliberal, dando condição de possibilidade para regimes de verdade que estabelecem que as famílias pobres precisam se “desenvolver mais e melhor”, o famoso argumento “a família não tem condições”, têm obrigação de se tornarem autônomas para retomar o cuidado dos filhos, precisam se sustentar e autogerir. Ou até mesmo quando iniciam a preparação profissional de jovens que não foram adotados, para o mercado de trabalho. Sem contar os programas das Políticas de Assistência que se estabelecem sob a justificativa de “melhorar as capacidades e habilidades dos indivíduos”. Portanto, são diversos os arranjos e estratégias apoiados na lógica neoliberal, e que compõem o campo da Proteção Social (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2004).

Tomando as inferências de Foucault (2008b) a respeito do neoliberalismo e o governo das vidas e como os efeitos dessa racionalidade se aproximam das vidas que caem na Rede, deparamo-nos com a necessidade/relevância de incluir nas discussões os atravessamentos da lógica neoliberal com a população negra já que é ela, em sua maioria, constantemente capturada pelas Redes de Proteção.

Oliveira et. al (2019) mencionam como mulheres negras são responsabilizadas a administrar condições precárias produzidas pelo próprio Estado liberal, enquanto a relação deste com os homens negros é marcada por um projeto de extermínio dos seus corpos, já que o Estado liberal falha em administrá-los e regulá-los, então sustenta máquinas de produzir mortes desses sujeitos. Sendo esse segmento da população a maior vítima por intervenções policiais em comunidades e periferias, além de acessos escassos ou deficientes à saúde, à educação, ao mercado de trabalho formal, portanto, corpos cercados de impedimentos à possibilidade de mobilidade social.

Mbembe (2018) em uma entrevista concedida ao jornal norueguês chamado Klassekampen, quando interrogado se existem estruturas coloniais ou pós-coloniais operando dentro do projeto liberal, responde que a estrutura da economia não precisa de todos. A economia não tem interesse em alguns corpos, em suas energias, em suas inteligências e em seu tempo. Mbembe (2018) afirma que muitos corpos já ficam e continuarão ficando fora dos cálculos, das atribuições e mensurações de valor da economia.

Nas palavras do autor “hoje em dia o projeto consiste em tornar supérfluo o maior número de pessoas possível. A novidade é a produção massiva de corpos descartáveis, uma humanidade residual que é vista como descartável”. O autor destaca também que nessa produção de população residual, “o capitalismo contemporâneo depende ainda de subsídios raciais” (Mbembe, 2018).

No Brasil, a população residual para qual não existe espaço na economia são jovens negros como aponta o Atlas da Violência (2019), o qual destaca que a maior população vítima da violência letal no país é constituída por jovens negros, de 15 a 29 anos. O documento também denuncia a escassez de investimentos na juventude. De acordo com o Atlas (2019) a falta de oportunidades, especialmente no ano de 2017, levou 23% de jovens brasileiros a não conseguirem estudar nem trabalhar, fato que estaria relacionado à falta de acessos e aos consequentes índices de violência que envolvem esse segmento da população.

Portanto, temos alguns elementos que rodeiam a juventude no Brasil, cujos efeitos recaem em maiores proporções, não por coincidência, sobre jovens negros. Trata-se da falta de acesso à educação e ao mercado de trabalho somado a altas taxas de violência, o que nos remete em como a racionalidade neoliberal está envolvida nesse projeto de extermínio da população negra no Brasil, direcionando responsabilidades e lugares para as mulheres negras, às quais são destinadas as funções de cuidar dos filhos, de sua educação, saúde e da casa, tentando sobreviver em meio a condições precárias e contando com a ajuda das políticas de Assistência, conforme aponta a pesquisa de Oliveira et al (2019) a qual afirma que as mulheres negras são maioria na condição de usuárias da política. Enquanto homens jovens negros de baixa escolaridade e não incluídos no mercado de trabalho são maioria enquanto vítimas da letalidade policial e das taxas de violência.

Desse modo, a lógica neoliberal permanece operando e corroborando com o mito da democracia racial, contribuindo para que o genocídio da população negra seja mascarado pela ideia de um país sem racismo, e cujas desigualdades são tributos de interesses e escolhas pessoais.

As discussões de Carneiro (2011) e Oliveira et al (2019) nos alertam para o movimento de que a medida que o mito da democracia racial permite que discursos de que o Brasil não é um país racista sejam reproduzidos e cultivados, a lógica neoliberal se encarrega de empurrar determinados corpos para determinados lugares. E, no contexto brasileiro, os lugares da maioria da população negra estão reservados em meio a pobreza e condições precárias de vida, sob caminhos da desproteção e propriamente de frente com o extermínio de seus corpos. E para minha pesquisa isso torna-se relevante na medida em que alguns desses caminhos são traçados pela própria Rede de Proteção. A Rede de Proteção, assim, entraria como parte desses jogos que se apoiam em uma racionalidade neoliberal.

Alguns dados nos mostram exatamente os lugares que são reservados para a população negra e como o mito da democracia racial corrobora com a invisibilidade de tais situações. A participação de afrodescendentes na economia nacional se resume a 20% do Produto Interno Bruto - PIB, enquanto são mais da metade da população do país. O desemprego também apresenta maiores índices entre esse segmento, além das disparidades salariais quando comparados com descendentes de europeus (Conselho de Direitos Humanos da ONU, 2014).

Butler (2018b) discute que a racionalidade neoliberal opera de modo que responsabiliza algumas populações pelas condições precárias a que são expostas, como aqueles que não foram capazes de se sustentar, de autogerir, e não conseguiram superar tais condições.

Amaral e Vargas (2019) apontam que no contexto brasileiro, o Sistema Penal também opera dentro da máquina neoliberal de produção de morte de algumas populações à medida que assume a função de capturar a vida e a liberdade daqueles que não entram na lógica da concorrência de “todos-contra-todos”, daqueles que não consomem e não produzem conforme o mercado espera. E não por coincidência, no Brasil, a maioria da população descartável e matável tem cor, é negra.

Assim como o Sistema Penal opera como mais uma engrenagem da máquina neoliberal de produção de mortes de negros no Brasil, algumas questões que envolvem o mercado de trabalho também devem ser levadas em consideração quando se trata dos lugares para onde as vidas negras estão sendo direcionadas. Trago essas questões, pois o governo das vidas, que toma forma com a Rede de Proteção também auxiliará os percursos daquilo que contará para a Rede e daquilo que desaparecerá com a Rede.

Chadarevian (2009) afirma que quando se trata da política econômica neoliberal no Brasil as questões de desigualdades raciais no mercado de trabalho também devem ser discutidas. De acordo com o autor, o Estado mantém uma postura de não-intervenção com relação à problemática, ademais alguns grupos de economistas conservadores defendem que “a lógica da discriminação tem raízes extra-mercado, influenciada por fatores subjetivos tais como a preferência individual por trabalhadores brancos ou negros” (p. 4). Enquanto que outros autores entendem que o problema envolve limitações e entraves que o próprio mercado produz, inviabilizando a mobilidade social daqueles que não são brancos.

Alguns estudos mencionados por Chadarevian (2009) insistem em argumentar que a desigualdade racial não é a principal razão da diferença salarial entre negros e brancos, afirmando que as diferenças existem, especialmente, em virtude das disparidades do nível de educação que são compreendidas não como falta de acessos e recursos possíveis e que se fazem condicionantes à mobilidade social, mas sim como falta de investimento individual sob a lógica do capital humano, de sujeitos que não investiram em educação e determinadas qualificações profissionais, sendo assim a deficiência desses investimentos interferem em capacidades produtivas e possibilidades de acessar o mercado de trabalho, de modo a contribuir com a manutenção das desigualdades no mercado, inclusive as desigualdades raciais.

Essas explicações/argumentações vão ao encontro com as discussões de Butler (2018b) a respeito da lógica neoliberal quando a autora menciona a responsabilização que recai sobre os sujeitos que vivem em condições precárias. Diante da conversa com Maria, mulher negra que acompanhei durante meu estágio acadêmico, ela questiona como outras mulheres que foram atendidas pela Rede (de Proteção Social e da Mulher) conseguiram inclusive emprego durante os atendimentos e acompanhamentos do caso. Ela demonstra interesse em ingressar no mercado de trabalho, em ter uma renda, sair da casa do pai que a agride. Mas o mercado de trabalho teria espaço para ela? Teria estratégias para acolhê-la? Assim como teve com as outras Marias. Haveria lugar para uma mulher negra com a perna amputada e com problemas de saúde (diabetes e uso abusivo de bebida alcóolica)?

Diante dessas interrogações, parece-me que justificar as desigualdades raciais no mercado de trabalho a partir de escolhas individuais, além de acionar a lógica de capital humano e responsabilizar os sujeitos por suas condições precárias, mostra-se um tanto controversa. Como responsabilizar o sujeito por não conseguir ser incluído em um campo, cujas estratégias se fazem justamente no movimento de não permitir a entrada desse sujeito, de mantê-lo fora, à margem da economia?

Como falar de interesses, escolhas pessoais, capacidades de se sustentar, investimentos em capital humano quando estamos tratando de um país cujos índices de desigualdade e pobreza estrutural, situação de fome nos obrigam a calcular e questionar se as pessoas têm acesso ao mínimo de calorias diárias para conseguirem desenvolver suas capacidades cognitivas, de modo que consigam se dedicar a outras atividades e não somente à luta para sobreviver?

Parece-me que a lógica neoliberal atualiza o projeto genocida da população negra no Brasil. Projeto esse que vem sendo desenvolvido desde os períodos colonial e pós-abolição, quando os escravos foram libertos e não foram inseridos na sociedade. Além de tentativas de extinção da população negra por meio das estratégias de embranquecimento da população.

A ação conservadora ganha corpo com o desprezo no mercado formal da mão de obra negra recém liberta, que entrou no século XX gozando de uma liberdade cativa: aprisionada aos grilhões da pobreza, passando ao largo do acesso ao ensino básico, ou de outros mecanismos de mobilidade social, como o acesso ao crédito, à terra ou mesmo à proteção legal. E embora, tanto as teses sexistas quanto as eugênicas do racismo “científico” tenham sido comprovadamente contestadas em termos biológicos, a realidade social se moldou a partir destes pressupostos (Costa, 2017, p. 228).

As constantes atualizações do projeto genocida da população negra fazem com que tenhamos que nos deparar diariamente com a realidade de que não há lugares no mercado de trabalho para esses sujeitos, lugares de acesso a serviços públicos, lugares de visibilidade. Os espaços que se fazem possíveis para essa população são lugares distantes dos privilégios, lugares-nenhum, ou melhor, lugares de morte. Essas questões se tornam fundamentais para a problematização das diferentes formas de investimento da Rede de Proteção no meu percurso com ela. A problematização, conforme indiquei no início, assume contornos que de princípio não apareciam. Inicialmente, apareciam as categorias família, juventude, criança. Categorias inicialmente apoiadas em uma inspiração biopolítica foucaultiana. Com os encontros com autores que trazem considerações localizadas, especialmente pelos efeitos do colonialismo e da colonialidade, o neoliberalismo e os modos de gestão da vida tomam uma forma situada. Essa condição situada faz os contornos das peles, das cores dos corpos, das marcas dos corpos marcarem de modos específicos as trajetórias na Rede de Proteção.

Alguns jovens em um *podcast* denominado *Mamilos* discutem sobre afrofuturismo¹⁰, destacando como os negros não aparecem em histórias de ficção científica, especialmente aquelas que fazem projeções de como será a vida da humanidade no futuro. Nas histórias, a população negra não aparece habitando o futuro.

Contudo, apesar do projeto genocida, dos processos de colonização e escravidão, as vidas negras resistem, vivem, sobrevivem e persistem. De acordo com dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, a população negra é maioria no Brasil, somando 51%, e assim como as vidas negras que caem na Rede de Proteção à Infância e à Juventude também insistem em viver, de teimosia sobrevivem.

2.2 A infância, a juventude e as famílias que caem na Rede

Uma das questões que me fez pensar que existiam diferentes modos de governo dessas categorias de vida no campo da Rede de Proteção à Infância e à Juventude foi a maneira como

¹⁰ “Afrofuturismo é uma forma de imaginar um futuro onde negros sobreviveram à violência policial, à falta de oportunidades de estudos, aos salários menores e ao racismo institucional como um todo. É um futuro em que negros existem, mas não como escravos ou ainda na luta pela sobrevivência, mas como criadores de sociedades marcadas pelo alto desenvolvimento tecnológico e pela cultura e estética africana” (Podcast *Mamilos*, acesso em 16 de dezembro de 2019).

a própria Rede se estrutura no município de Campo Grande/MS. Antes de abordar como isso acontece, é importante destacar como a Rede se organiza, de modo geral, partindo de serviços, programas e projetos, desenvolvidos por organizações governamentais e não governamentais da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, envolvendo as áreas de saúde, educação, assistência social, cultura, lazer, esporte, justiça e segurança pública (Lei nº 8.069, 1990).

De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Lei nº 8.069, 1990), as linhas de ação que compõem a Rede de Proteção são: políticas sociais básicas; políticas e programas de assistência social; serviços especiais de prevenção e atendimento médico e psicossocial às vítimas de negligência, maus-tratos, exploração, abuso, crueldade e opressão; proteção jurídico-social por entidades de defesa dos direitos da criança e do jovem; políticas e programas destinados a prevenir ou abreviar o período de afastamento do convívio familiar e a garantir o efetivo exercício do direito à convivência familiar de crianças e jovens e campanhas de estímulo ao acolhimento sob forma de guarda de crianças e jovens afastados do convívio familiar e à adoção, especificamente inter-racial, de crianças maiores ou jovens, com necessidades específicas de saúde, com deficiências e de grupo de irmãos.

No município de Campo Grande/MS, entre as instituições e serviços que efetivam a rede de proteção, estão: Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), Vara da Infância e da Juventude, delegacias especializadas, conselhos tutelares, instituições de acolhimento, Unidades Educacionais de Internação (UNEI), escolas, unidades de saúde, Centro de Atenção Psicossocial Infantil (CAPSi), Coordenadoria da Infância e Juventude, e grupos de apoio à adoção, Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA).

Conforme consultado em documentos municipais e estaduais, no que diz respeito à organização estrutural desses serviços é observado que alguns são vinculados à Secretaria Municipal de Assistência Social (SAS) e à Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Assistência Social e Trabalho (SEDHAST), enquanto outros são vinculados à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (SEJUSP) (Decreto nº 13.148, 2017)

Especificamente, os serviços que atendem indivíduos que infringiram a lei estão vinculados à Secretaria de Segurança Pública, o que já nos sugere que há distinções de como algumas categorias da população irão circular nesses espaços. E as crianças e os jovens que

estão sob medida de proteção são vinculados especificamente às Secretarias de Assistência Social.

Outra separação é referente à organização das varas da infância e juventude na Comarca de Campo Grande/MS. Uma vara é destinada a atender os casos de medidas de proteção, e a outra é responsável em dar encaminhamento aos casos de medidas socioeducativas.

A estruturação dos serviços que compõem a Rede de Proteção à Infância e à Juventude nos aponta para a existência de diferentes modos de governo sobre essas vidas, apesar de se tratar de uma população de sujeitos da Proteção Integral. A própria estrutura da Rede de Proteção nos leva a alguns questionamentos e indica alguns sinais de que a proteção não é a mesma para todos que por ali irão circular.

Outra questão que me levava a inferir que havia diferentes governos para as categorias de vida na Rede de Proteção, era o modo como algumas crianças caíam na própria Rede e em pouco tempo escapavam de seus nós e amarrações e eram adotadas por famílias que tinham sido aprovadas no processo de habilitação¹¹. Enquanto que outras crianças continuavam acolhidas, durante anos, nas instituições de acolhimento, não retornavam para suas famílias, até porque não era incomum essas famílias ‘biológicas’ serem consideradas inaptas para continuarem assumindo os cuidados de seus filhos, uma vez que os saberes técnicos da Rede diziam que elas não tinham condições de realizar tal função e que violavam os direitos de suas crianças.

Portanto, a Rede vai se armando, se montando, produzindo arranjos e conexões de modo que alguns trajetos se fazem possíveis em detrimento de outros. E foi assim que Sara, criança negra de cabelos lisos¹², caiu na Rede de Proteção à Infância e à Juventude quando a equipe do Conselho Tutelar entendeu que sua mãe não estava garantindo seus direitos fundamentais, em virtude do uso de substâncias psicoativas, fator que, de acordo com avaliações e inferências da equipe, estava contribuindo para que a criança Sara fosse exposta à situação de maus tratos e negligências.

¹¹ As pessoas que querem adotar precisam iniciar uma ação judicial denominada ‘habilitação de pretendentes à adoção’, a qual dentre outros requisitos, exige que os pretendentes sejam submetidos a avaliações psicossociais e terão sua solicitação deferida somente se os laudos dos técnicos afirmarem que têm condições de adotar, sendo assim considerados aptos.

¹² Os tipos de cabelo estão sendo destacados junto com as cores de pele porque durante o período de estágio na Rede, chamava-me a atenção que os cabelos, especialmente, os das meninas entravam numa certa avaliação subjetiva de beleza, em que os cabelos crespos sempre estavam em desvantagem.

A equipe do Conselho Tutelar encaminhou o caso para Vara da Infância, da Juventude e do Idoso que determinou a realização de acolhimento institucional¹³ de Sara, sendo direcionada para uma casa de acolhimento provisório e, posteriormente, foi transferida para uma instituição de acolhimento com perspectiva de média ou longa duração. No caso de Sara, não houve sucesso nas tentativas de reintegração familiar junto aos pais, tampouco com a família extensa, o Ministério Público então provocou ação de destituição do poder familiar. O que desencadeou grande agitação na equipe técnica, levando-a a procurar famílias que desejavam adotar uma criança como Sara.

Sara apresentava pontos que deixavam os técnicos otimistas em conseguir uma família nova: ela só tinha 7 anos de idade e, de acordo com a psicóloga, mulher branca de classe média, mostrava-se disponível à colocação em família substituta, além de ser educada, tranquila, nunca tivera problemas na instituição de acolhimento, tinha boas notas na escola. Todos esses elementos são avaliados como positivos e favoráveis ao processo de adoção, de acordo com a equipe psicossocial do juizado. E não demora muito, Sara é adotada por um casal (homem é branco e a mulher negra). Na imagem que segue, podemos visualizar como se dá o percurso da criança ao cair na Rede de Proteção.

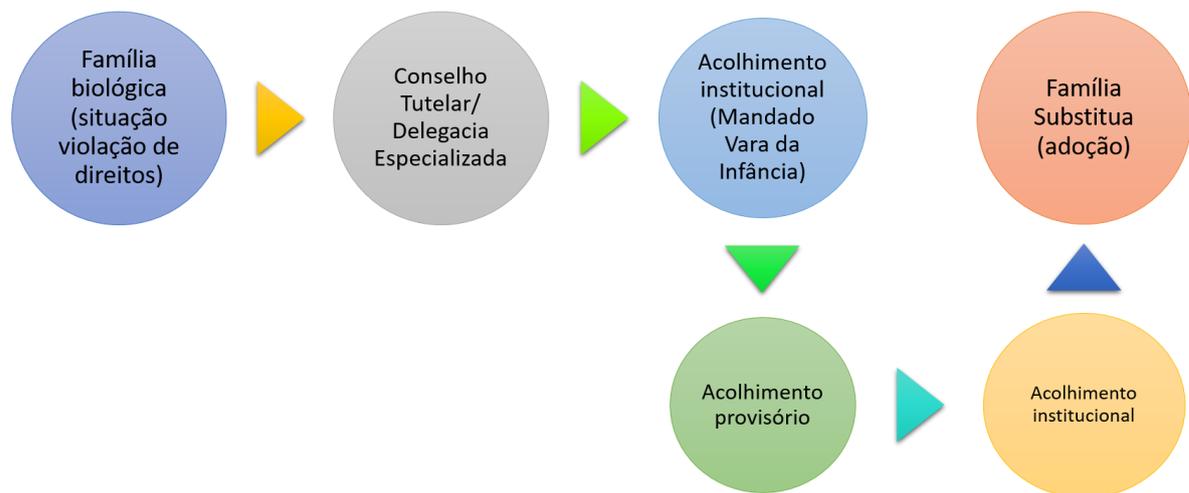


Figura 1. Percurso da criança Sara

Fonte: Elaborado pela autora.

¹³Consiste em uma medida protetiva estabelecida pela Lei Federal nº 8069/1990 (ECA), sendo utilizada em casos de violação dos direitos fundamentais da criança e do adolescente, onde as quais são retiradas do convívio familiar e acolhidas em casas-lares, sob tutela do Estado.

Semelhante à história de Sara, Joana, criança negra e cabelos crespos, caiu na Rede porque seus pais faziam uso de substâncias psicoativas, e segundo a equipe do Conselho Tutelar esse tipo de prática fazia com que eles expusessem os filhos em situação de rua e negligência de cuidados. O Conselho Tutelar encaminhou o caso ao juizado da Infância e Juventude que determinou acolhimento institucional de Joana e de seus irmãos. Inicialmente, o grupo de irmãos foi acolhido em uma instituição de acolhimento provisório e, posteriormente, seguiram para casa lar, instituição com perspectiva de internação de média ou longa duração.

No processo de reintegração familiar, a avó materna, mulher negra foi a única da família extensa identificada como capaz de assumir os cuidados das crianças, contudo, ela afirmou não ter condições de reintegrar os netos. Tempos depois, mudou de ideia e decidiu pleitear a guarda das crianças, destacando que só tinha condições de assumir os cuidados dos gêmeos que têm menos de 1 ano de idade e a pele negra. De acordo com a avó, ela e o esposo por serem idosos, não teriam condições de ficar com Joana e seu irmão, ressaltando que os dois irmãos estariam mais ‘crescidos’ e também mais ‘respondeões e mal-educados’.

Joana e seu irmão ficaram em abrigos distintos, por conta das diferenças de sexo e idade. Após abertura da ação de destituição do poder familiar, a equipe técnica do juizado entendia que por ser menina e ter apenas 8 anos de idade, Joana teria chances de ser adotada. No entanto, é justamente nesse ponto que a trajetória de Joana se distancia da de Sara. As tentativas de colocação em família substituta não foram bem-sucedidas e as equipes psicossociais do juizado e da casa de acolhimento começaram a fazer inferências sobre o comportamento de Joana, afirmando que se tratava de questões como agressividade, impulsividade, embotamento afetivo, a encaminharam para atendimento individual com psicólogo a fim de que essas questões fossem ‘tratadas’, e que finalmente a adoção de Joana pudesse acontecer.

Contudo, a adoção não aconteceu e a responsabilidade do insucesso recaiu sobre Joana, apoiada na ideia de uma infância normalizada, na qual a criança em questão não se enquadrava, e então foi tomada como a infância problemática que não se comportou como deveria, que arrumava confusões na escola, que dava trabalho para os cuidadores e apresentava agressividade em excesso. E assim, o percurso de Joana na Rede aconteceu da seguinte forma:

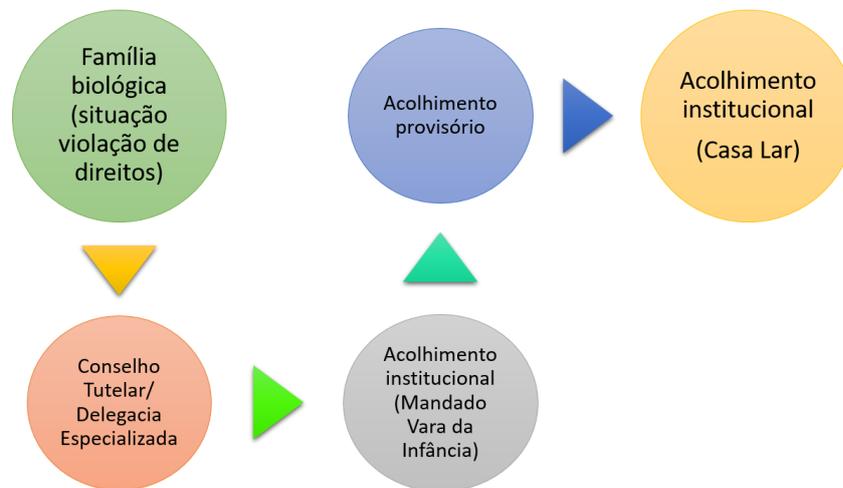


Figura 2. Percurso da criança Joana

Fonte: Elaborado pela autora.

Aos jovens que se encontravam em situação de acolhimento institucional, as possibilidades de adoção são muito pequenas, especialmente em casos de jovens do sexo masculino, já que as meninas são mais escolhidas em processos de adoção. Portanto, os caminhos que se faziam possíveis à juventude era o da profissionalização e tentativa de inserção no mercado de trabalho ou retornar para família biológica, do qual fora afastada anos antes, em decorrência de situação de violação de seus direitos fundamentais.

Era o caso do irmão de Joana, Anderson, jovem negro e cabelos crespos. Diferentemente da irmã que foi preparada pelas equipes psicossociais para tentativas de adoção, o jovem foi inserido em cursos de capacitação, e já se pensava em solicitar vagas para o mesmo em programas como menor aprendiz ou instituto mirim. Nos caminhos desse jovem, não se tornou possível a reintegração familiar, tampouco, a colocação em família substituta. O município de Campo Grande não dispõe da Casa de Passagem, instituição destinada aos jovens que completam 18 anos no acolhimento e assim precisam ser desvinculados do acolhimento quando atingem a maioridade. Desenhando a seguinte trajetória na Rede:

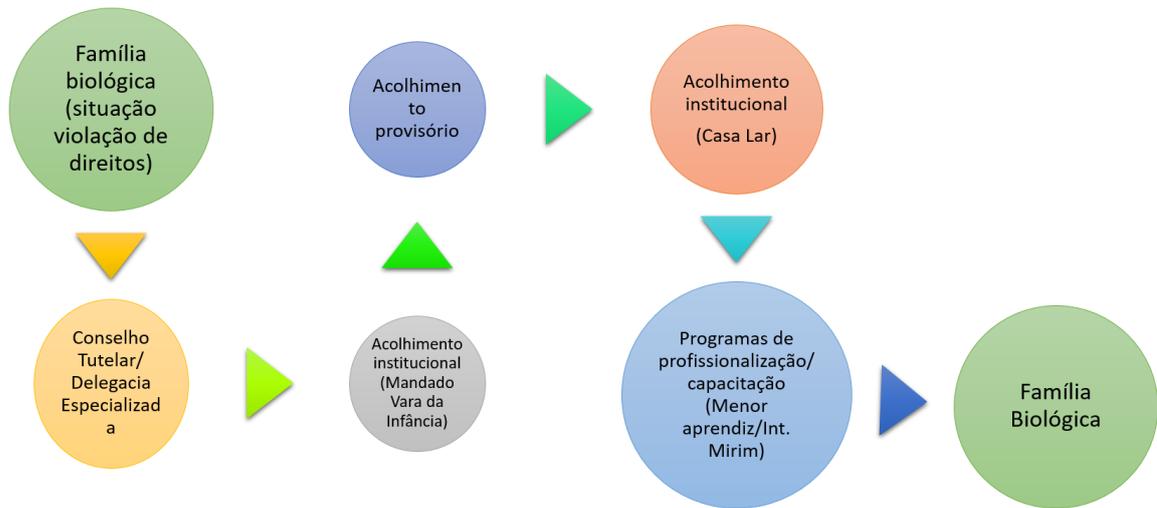


Figura 3. Percurso do jovem Anderson

Fonte: Elaborado pela autora.

Havia, ainda, aqueles jovens que, apesar de terem caído na Rede pela via das medidas protetivas, não por ordem do acaso acabavam se aproximando e por vezes, caindo nas instituições destinadas às medidas socioeducativas. Esse movimento era atravessado por diferentes acontecimentos, dentre os quais se destacam dois: o marco inicial da adolescência, estabelecido pelo ECA que entende que ao completar 12 anos, o sujeito antes criança passa a ser considerado adolescente e, portanto, ao cometer alguma infração, haverá respaldo legal para o dirigir às medidas socioeducativas¹⁴.

Além da passagem para os 12 anos que marca o início da adolescência segundo o ECA, o comportamento e a “ficha/histórico” do jovem na instituição de acolhimento também passa a operar no movimento do jovem sair da medida protetiva e cair nas medidas socioeducativas. Ou seja, aqueles jovens que se encontram em acolhimento institucional e começam a apresentar comportamentos tomados como indisciplinados, violentos, agressivos, desafiadores, ‘perigosos’, e se os eventos se repetem por várias vezes, e há registros desses eventos em algum tipo de livro ou ata da instituição, paulatinamente, alguns elementos vão se aproximando e colando junto ao jovem, como ‘má conduta’, histórico ruim, sujeito reincidente.

A codeterminação e coexistência entre esses dois acontecimentos são importantes, e dá condição de possibilidade para que percursos como o de Jhonatan, jovem negro parda e cabelos

¹⁴ O ECA estabelece que a criança que cometer qualquer tipo de ato infracional será submetida a medidas protetivas previstas no art. 101 como encaminhamento aos pais ou responsável, mediante termo de responsabilidade; orientação, apoio e acompanhamento temporários, dentre outras, e sob nenhuma hipótese será direcionada às medidas socioeducativas, antes de completar 12 anos (Lei nº 8.069, 1990).

lisos, se tornem possíveis, pois somente a condição de adolescente sem o peso de comportamentos e histórico ‘indisciplinado’ e agressivo não dirige o jovem às medidas socioeducativas, bem como somente esses comportamentos e o ‘histórico ruim’, sem os 12 anos completos também não viabiliza esse trajeto.

Jhonatan é um jovem de 13 anos, seus irmãos já foram adotados, enquanto ele completa dois anos de institucionalização. Sua história se encontra com a Rede de Proteção à Infância e à Juventude porque seu pai os agredia fisicamente. A mãe de Jhonatan, por vezes, também levava uns ‘bofetões’, mas mantinha a convivência do pai com os filhos. O conselho Tutelar orientou a mãe do jovem a afastar o agressor dos filhos, durante acompanhamento e orientações do Conselho Tutelar, mas nada foi feito. Os pais de Jhonatan também tinham a pele negra.

Houve, ainda, suspeita de que o pai de Jhonatan estaria cometendo abuso sexual contra uma das filhas mais novas e então, o caso foi encaminhado para o juizado da Infância e Juventude, solicitando acolhimento institucional do grupo de irmãos. Durante o período de acolhimento, Jhonatan teve alguns padrinhos afetivos¹⁵, contudo, não se concretizou uma adoção. Quando completou 13 anos, o jovem começou a apresentar alguns problemas de comportamento na escola: se envolvia em brigas, pulava o muro da escola para matar aulas, no abrigo batia nos colegas menores, até que um dia se envolveu em uma confusão com outro jovem, e acabaram quebrando uma das janelas da instituição.

A coordenadora da Casa Lar, mulher branca de classe média, realizou boletim de ocorrência na Delegacia Especializada de Proteção à Criança e ao Adolescente (DEPCA) e pronto, estava instaurada a investigação de ato infracional sob autoria do jovem. Jhonatan acabara de marcar sua passagem das medidas protetivas para as socioeducativas, e com uma observação muito importante, o jovem estava na Rede e sob tutela do Estado para ser protegido. A trajetória de Jhonatan na Rede de Proteção à Infância e à Juventude desenha os seguintes percursos:

¹⁵ Trata-se de um projeto criado pela Vara da Infância, da Juventude e do Idoso, que tem como objetivo aproximar a sociedade da realidade de crianças e jovens que se encontram em acolhimento institucional. Apresenta várias modalidades dentre elas, o apadrinhamento afetivo, em que os padrinhos iniciam uma aproximação gradativa com a criança/jovem a ser apadrinhado, sendo uma estratégia para adoção de jovens ou de crianças maiores.

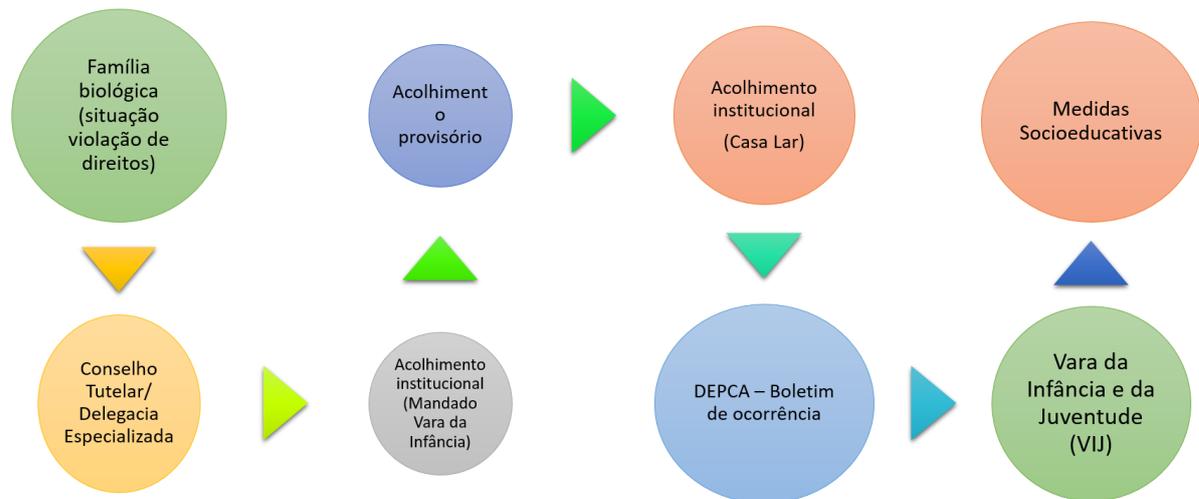


Figura 4. Percurso do jovem Jhonatan

Fonte: Elaborado pela autora.

Havia ainda famílias que, apesar de terem suas crianças e jovens institucionalizados, conseguiam reaver a guarda das crianças e jovens. Em geral, eram famílias que no processo de reintegração familiar conseguiam provar ao juizado características e elementos que constituem a ideia de família capaz e apta a proteger seus filhos.

Dona Marlene, mulher negra, era avó paterna de um grupo de quatro irmãos (todos de pele negra), as crianças haviam sido institucionalizadas porque a vizinhança realizou denúncia junto ao conselho tutelar de que a mãe, branca, estaria expondo os filhos à situação de rua, levando-os para pontos de venda de drogas ilícitas. O pai, homem negro, do grupo de irmãos residia em outra cidade e também fazia uso de substâncias psicoativas. A avó se mudou para Campo Grande e reintegrou os netos, o mais novo tinha 3 anos de idade e o mais velho, 10 anos.

Dona Marlene se mudara para uma casa da família, portanto, não pagava aluguel, mas até o momento não possuía renda fixa, tampouco emprego, pois chegara recentemente e não havia conseguido vagas nas escolas para os netos no mesmo período, havendo então sempre alguma criança em casa, fazendo com que Dona Marlene ficasse o dia todo na residência. Estava sobrevivendo de doações da vizinhança e ajuda financeira dos filhos e dos irmãos.

Diante da situação de Dona Marlene, a equipe psicossocial tinha receio de a avó não dar conta de garantir os direitos fundamentais dos quatro netos, para isso estavam realizando acompanhamento sistemático do processo de reintegração familiar, bem como tentando articulações com outros serviços da Rede para que a mesma tivesse acesso a alguns programas como bolsa escola e/ou bolsa família, inserir as crianças em programas como o PETI no

CREAS, em período de contra turno escolar. Além das tentativas de inserção de Dona Marlene no mercado de trabalho.

A preocupação/dúvida maior da equipe era se a avó conseguiria atender às necessidades dos netos, em virtude das condições de vida precárias de que dispunha: não possuía renda mensal fixa, era a cuidadora principal das crianças ao mesmo tempo que também era a potencial provedora da casa, além de dificuldades de acesso a serviços de saúde e transporte. A equipe até cogitou em não dar parecer favorável à reintegração dos netos junto a avó paterna, contudo, decidiram acentuar os apoios fornecidos por outros serviços da Rede, e a equipe do CREAS mais próximo à residência da família foi acionada para que realizasse visitas domiciliares frequentes. E assim, Dona Marlene conseguiu reintegrar os quatro netos, a partir das seguintes trajetórias:



Figura 5. Percurso de Dona Marlene

Fonte: Elaborado pela autora.

É curioso que enquanto algumas famílias perdiam o poder familiar com relação a seus filhos e voltavam para casa ‘de mãos vazias’, em virtude de terem sido avaliadas e diagnosticadas pelas equipes psicossociais como ‘sem condições’, incapazes de atender os direitos fundamentais da criança e do adolescente conforme estabelece o ECA. Outras famílias ainda durante o processo de reintegração familiar recebiam acompanhamento de equipes técnicas da Secretária Municipal de Assistência Social (SAS) que tinha como função dar apoio e suporte para que a família conseguisse se organizar e ‘consertar’ erros ou faltas e finalmente pudesse reintegrar suas crianças e/ou jovens, como aconteceu com Dona Marlene.

Essas equipes também desempenhavam o papel de vigiar, avaliar e verificar se realmente os sujeitos estavam cumprindo as exigências feitas pelo juizado. Por vezes, a Rede realizava encaminhamento para algum membro da família ser internado em Comunidades Terapêuticas ou ingressar em qualquer outro tipo de tratamento médico, ou psicológico, voltado à dependência química. Em geral, eram as mães das crianças/jovens que eram encaminhadas para fazer tratamento nesses lugares e assim ‘conseguir cuidar direito’ de seus filhos.

Contudo, outras famílias, uma vez capturadas pela Rede, conseguiam escapar de suas amarrações, porém o faziam sem suas crianças e/ou jovens, em geral, tratavam-se de famílias que não conseguiam se enquadrar dentro de um modelo de ‘família que protege e cuida’, nesses casos a intervenção da Rede junto a essas famílias operava em retirar seus filhos, verificar se havia condições de acolhê-los novamente, caso as avaliações dos técnicos, assistentes sociais e psicólogos, fossem negativas e reafirmassem que não tinham condições em garantir os direitos fundamentais das crianças e jovens, essas famílias eram arremessadas da Rede, voltavam para suas vidas sem qualquer tipo de investimento.

Portanto, essas famílias continuavam tendo problemas como desemprego, uso de substâncias psicoativas, não acesso a serviços das políticas públicas, continuavam vivenciando situação de pobreza extrema e diferentes tipos de violência, inclusive oriundas do núcleo familiar. Ao passo que as crianças e jovens permaneciam sob cuidado da Rede, para que fossem protegidas e investidas.

A história de Cleide e Carlos, ambos de pele negra, com a Rede de Proteção à Infância e à Juventude começou quando Carlos é acusado de cometer agressões físicas contra seus dois filhos. A escola, diante da possibilidade de ocorrência de violência física sofrida pelas crianças, acionou o conselho tutelar.

Após algumas intervenções, o Conselho Tutelar encaminha ao juizado que determina acolhimento institucional das crianças. Durante o processo de reintegração familiar, o pai do grupo de irmãos negava as acusações com relação à violência física, e a esposa, apesar de ter prestado queixas contra o marido, afirmava acreditar que ele mudaria e não mais machucaria as crianças.

Assim como a equipe do Conselho Tutelar, as equipes do juizado e da instituição de acolhimento solicitavam que a mãe das crianças afastasse o pai da convivência com os filhos, conforme preconiza o ECA em seu art. 130, afirmando que diante da hipótese de situação de

maus-tratos, violência ou abuso sexual perpetrados pelos pais ou responsável, o juizado poderá determinar, o afastamento do agressor da moradia comum com as vítimas (Lei nº 8.069, 1990).

A mãe das crianças não acatou as orientações, negociando e reiterando que o esposo mudaria suas condutas; havia ainda outra questão que atravessava a história da família: o pai do grupo de irmãos fazia uso de bebida alcoólica, e as equipes técnicas entendiam que se tratava de um uso excessivo e que estava diretamente relacionado com as ocorrências de agressões físicas contra os filhos. De acordo com a equipe, a casa onde a família residia era de madeira e apresentava condições precárias de estruturação física, havendo riscos de desabamento de algumas peças/cômodos. Os laudos que compunham o processo de reintegração familiar, afirmavam que não havia sido identificado ninguém da família extensa que tivesse condições ou que demonstrasse interesse em reintegrar os irmãos. Apesar de o pai negar as acusações sobre agressão física, os técnicos afirmavam/argumentavam sobre os efeitos negativos produzidos pelas situações de violência física no ‘desenvolvimento das crianças’.

Após esgotadas as possibilidades de reintegração familiar dos filhos junto à Cleide e Carlos, o Ministério Público provocou ação de destituição do poder familiar, as crianças foram encaminhadas para preparação à adoção, enquanto Carlos e Cleide voltaram para suas vidas de antes. O casal continuou residindo na casa que corria risco de desabar, continuaram com seus problemas de acesso à saúde, ao mercado de trabalho formal, as situações de violência também se mantinham. E, dessa forma, deu-se a trajetória da família de Carlos e Cleide na Rede de Proteção à Infância e à Juventude.

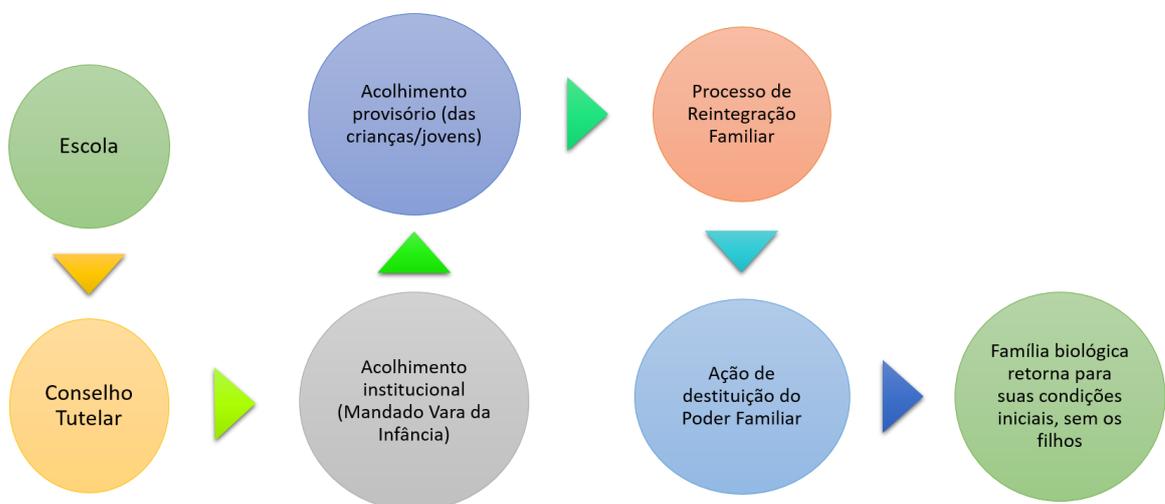


Figura 6. Percurso de Carlos e Cleide
Fonte: Elaborado pela autora.

Vale destacar que a presente pesquisa não tem a intenção de negar/minimizar a importância e a necessidade de intervenções em situações de violação dos direitos da criança e dos jovens, como as medidas protetivas de acolhimento institucional, processo de reintegração familiar, ação de destituição do poder familiar e colocação em família substituta. Mas de problematizar os percursos que se fazem possíveis na vida dos sujeitos que caem na teia da Rede de Proteção, o que implica em analisar as articulações, conexões, amarrações e aproximações que se estabelecem para que diferentes trajetórias sejam desenhadas.

Caminhando por esses percursos, alguns discursos, dispositivos, racionalidades e estratégias emergem como importantes elementos a serem problematizados, especialmente com relação ao discurso da proteção e da racionalidade neoliberal, pois são elementos que se mantêm nos caminhos da pesquisa, apesar de algumas viradas, em especial, ao modo de operar com o governo das vidas.

Quando se fala em Rede Proteção à Infância e à Juventude é inevitável não nos depararmos com as Políticas de Assistência Social, pois trata-se de uma das principais linhas de ação que constituem a Rede, ou seja, boa parte das ações e serviços acontece por meio dos serviços da política de Assistência.

2.3 Para as ameaças sociais: Proteção!!

A Constituição Federal de 1988 dispõe sobre a Assistência Social como direito de todo cidadão e dever do Estado, e juntamente com a Previdência Social e a Saúde, constitui a base da Seguridade Social (Cruz, Rodrigues, Santos, 2014). A partir da promulgação da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) em 1993, posteriormente em 2004 com a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e 2005 com a aprovação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), as políticas de Assistência no Brasil adquirem a roupagem da garantia de direitos, apresentando unificação de suas ações a nível nacional, descentralização político-administrativa e participação da comunidade.

Tendo por base a leitura de alguns documentos da Política de Assistência Social, de início, já nos encontramos com alguns questionamentos como a ideia de proteção social, sob a qual se apoia toda política. A medida que a leitura do texto avança, me pergunto: “Proteção de

quem? Quem deve proteger e por quê? Como a prerrogativa de proteger emerge em meio as políticas públicas? ” Especialmente para algumas populações”.

Bicalho (2014) ao destacar as condições de possibilidade para emergência da ideia da proteção em meio às políticas sociais, afirma que em nome da proteção muito acontece na vida dos sujeitos, muitas estratégias de gestão das vidas são operadas tendo como apoio a legitimação de discursos (regimes de verdade) que afirmam a proteção como intervenção necessária, especialmente pelo Estado por meio das políticas públicas. O autor discute também que a ideia de proteção está vinculada com a produção de medo e insegurança e de diferentes modos de existência.

Bicalho (2014) questiona como a Proteção (o discurso de proteger) vem ganhando forma em meio a produções de verdade que, por sua vez, dão espaço para que distintas práticas de exclusão e segregação de alguns sujeitos sejam legitimadas. O autor aponta alguns deslocamentos que, paulatinamente, pintam populações que são vítimas de altas taxas de homicídio e violência em populações de indivíduos perigosos e criminosos, sendo então considerados responsáveis pelo sentimento de medo e insegurança da população de ‘bem’, como acontece com a proposta da redução da maioria penal. Ou seja, jovens negros que constantemente morrem sendo vítimas de violência no Brasil (conforme apontam uma série de documentos oficiais como Atlas da Violência e Anuário de Segurança Pública) são categorizados e identificados como principais sujeitos passíveis de matar, portanto, autores do cenário violento e responsáveis pela sensação de medo que aflige aqueles que precisam de proteção em meio a periculosidade.

Bicalho (2014) discute as condições de possibilidade para a emergência das práticas de Proteção¹⁶. O autor nos remete a Lobo (2008) que menciona a contribuição de teorias científicas para a atribuição da origem das classes perigosas a estados de degradação física e moral, oriundos da falta de consciência e moralidade. Bem como refere a produção de subjetividades onde facilmente se estreita a relação do sujeito pobre a sujeito criminoso, e também daqueles que possuem condutas consideradas imorais e foras da norma.

¹⁶ Entendo como práticas de Proteção, todas as ações e intervenções realizadas no âmbito das políticas públicas e que tem sua execução justificada na ideia de suprir as necessidades daqueles que se encontram em situação de risco e/ou vulnerabilidade social.

Portanto, Bicalho (2014) aponta como, na história brasileira, algumas classes são engendradas em regimes de verdade, em que as aproximações pobreza + criminalidade, pobreza + perigo, periferia + crime, anormal + risco, pobreza + imoralidade vão sendo tomadas como se fossem relações da ordem do natural e da obviedade.

O autor afirma que são assentados resíduos em nossa subjetividade a respeito de determinadas populações que constituem as classes pobres das cidades, legitimando a compreensão de que a condição de pobreza, e demais aspectos envolvidos, tratam-se de características inatas e da essência dessas populações, desencadeando então, expulsão e exclusão desses segmentos para longe dos centros (Bicalho, 2014).

Inicialmente são os negros, mulatos, mestiços e, posteriormente, todos aqueles que, habitando os chamados ‘territórios dos pobres’, passam a ser classificados como diferentes, carentes, incapazes e potencialmente perigosos, os quais representam ameaças para as classes dominantes, levando, portanto, a medidas de controle ou eliminação (Bicalho, 2014, p. 35).

Acima notamos que Bicalho (2014) discute como a lógica da proteção emerge, portanto, evidenciando a necessidade de produções de subjetividades ‘desviadas, ‘tortas’, fora da norma e que, de algum modo, a existência desses segmentos explicitam a necessidade de proteção de outras parcelas da população, de proteger de riscos e perigos eminentes. Portanto, o risco (social), no campo das políticas públicas, aproxima-se das noções de perigo e segurança para se estabelecer, e legitimar a necessidade de uma proteção social.

Parece-me, então, que há pelo menos duas vias de entrada para constituição do discurso da proteção em meio as políticas públicas: a proteção para aqueles que são ameaçados pelos sujeitos perigosos; e a proteção para aqueles que precisam ser protegidos de si mesmos, das suas falhas, das suas faltas e incapacidades.

Hüning (2003), sobre as intervenções de psicólogos e assistentes sociais nos serviços das políticas de Assistência, afirma que “em nossas práticas cotidianas, em programas e políticas sociais, com frequência o em risco e o de risco confundem-se, e o caráter normativo do risco aproxima a condição dessas pessoas à imagem de ameaça social” (Hüning, 2003, p. 136).

2.2.1 A função da Política de Assistência Social: normalizar famílias pobres

Dadas as discussões de Bicalho (2014) a respeito da proteção daqueles considerados sujeitos do perigo e do medo, aproximamo-nos agora de algumas respostas sutis que logo começam a aparecer nos textos das Políticas de Assistência Social, momentos em que a proteção vai se constituindo enquanto intervenção necessária do Estado, ao passo que as noções de risco e vulnerabilidade ganham forma e espaço, ou seja, de uma proteção que vai se fazendo necessária para aqueles que serão protegidos de si mesmos.

A Assistência Social se constitui enquanto política de proteção social que tem como objetivo primeiro suprir as necessidades daqueles que se encontram em situações de risco e/ou vulnerabilidade social, mas questionamos: que risco é esse de que tanto falam as Políticas de Assistência? O que quer dizer estar em situação de risco? Como as noções/ideias de risco e vulnerabilidade aparecem na política e como se aproximam da proteção?

As noções de risco e vulnerabilidade, assim como outros elementos, também se encontram em meio às estratégias de gestão das vidas, estabelecem-se como elementos que terão peso nos cálculos do governo das vidas, já que as intervenções, ou talvez não-intervenções, das políticas voltadas para as vidas serão fundadas nas noções de risco e/ou vulnerabilidade, entre aqueles que se encontram sob maiores ou menores riscos, e vulnerabilidades agravadas ou ponderadas. É claro que outros elementos também entrarão em questão nas racionalidades/lógicas que desenham os caminhos das vidas que se encontram com a rede de proteção/políticas de assistência.

De acordo com Hüning e Scisleski (2018, p. 134) “a noção de risco remete à possibilidade de cálculo, controle e gerenciamento do futuro pela análise objetiva de certos fenômenos. Vincula-se, portanto, a uma expectativa de gestão daquilo que é indesejável”. As autoras afirmam, ainda, que a noção de risco, inicialmente, desenvolve-se no campo econômico e se estende para a epidemiologia. Conforme explicam, o risco indica que algo pode acontecer como também pode não acontecer, como enfatizam: a previsão é sempre possível, a garantia nunca. Pode-se calcular os riscos de um evento ocorrer, mas não é possível garantir que ele vá acontecer.

De acordo com Castel (1987) o uso da noção de risco, na gestão de políticas públicas, aproxima-se da ideia de perigo, o risco passa ser operador da periculosidade, e é por meio dos

cálculos de risco que aquele que é tido como perigoso é tomado, na intervenção, como se de fato já existisse.

Segundo Castel (1987) o trabalho a partir da noção de risco não se dá exatamente sobre o indivíduo, parte de análises e indicadores estatísticos, suscitando uma economia dos riscos. Visto que conforme destaca Foucault (2008b) os riscos não são os mesmos para todos os sujeitos, haverá análises distintas de riscos de acordo com idade, condições de vida, sexo, renda, trabalho, herança genética e diversos outros fatores.

Tavares, Guidoni e Capelini (2013) afirmam que o risco tem a ver com uma relação de fatores que podem desembocar em comportamentos e acontecimentos indesejáveis (fora da norma), e, dessa forma, pressupõe vigilância contínua, pois está relacionado a virtualidades, o que pode vir a acontecer.

De acordo com Siqueira e Lino (2013) o conceito de risco opera sob uma lógica em que o sujeito é tido como ponto de partida do perigo, do futuro indesejável, de uma certa virtualidade negativa e que pode e deve ser controlada e vigiada. “À compreensão de sua constituição centrada no indivíduo, corresponderão estratégias de intervenção normativas e individualizadas: contenção, adequação ou correção de algum aspecto ou situação – não necessariamente presentes, mas antecipadas do futuro – que incidem sobre indivíduos em situação de risco social” (Siqueira & Lino, 2013, p. 137).

Enquanto que a noção de vulnerabilidade localiza as condições em que o sujeito vive como efeitos de condições históricas e sociais, portanto, as intervenções não poderão ser voltadas apenas para vigilância e controle do indivíduo, terão que voltar-se também para as condições de constituição do sujeito, tanto presente quanto passado histórico (Siqueira & Lino, 2013). Siqueira e Lino (2013) mencionam que o conceito de vulnerabilidade amarra as noções de risco, perigo e território:

A ideia de vulnerabilidade aponta na direção de uma inabilidade de certa população para lidar com o risco ou adaptar-se à situação por ele gerada. Assim, a vulnerabilidade seria uma situação em que o risco está dado e a população vulnerável sofre os efeitos por não saber combater os perigos que lhe dizem respeito (Siqueira & Lino, 2013, p. 138).

Dessa forma, a necessidade de as políticas protegerem determinadas populações enquadradas como vulneráveis emerge à medida que se constitui a ideia de falência e

incapacidade das mesmas em lidar com os perigos a que são expostas. Remetendo-nos que a proteção também se estabelece no campo das Políticas de Assistência como elemento que está em jogo no governo das vidas.

Outra questão que se mostra relevante com relação à Política de Assistência Social é referente ao atravessamento da racionalidade neoliberal. À medida que a Política de Assistência produz as situações de risco e vulnerabilidade para serem supridas pela proteção social, também produz modelos econômicos e sociais os quais devem ser alcançados por meio de habilidades, capacidades e autonomia dos sujeitos. A política emerge, também, com a proposta de fazer com que os indivíduos ‘se desenvolvam’ para atingir certos modelos econômicos e sociais.

Foucault (2008b) aponta como as questões econômicas e sociais se encontram em uma racionalidade de governo. De modo que a análise econômica se estende a fenômenos, especialmente não econômicos e, diante disso, as relações sociais e os comportamentos individuais são envolvidos em uma grade de inteligibilidade econômica, caracterizando/demonstrando a lógica do neoliberalismo.

O que fica mais claro quando Foucault (2008b) afirma que a partir da lógica neoliberal é possível pensar na figura do *homo oeconomicus*, agora como ‘empreendedor de si mesmo’, como aquele que possui um capital – o capital humano – e que, ao mesmo tempo, não consegue se separar deste. O indivíduo, por meio de seu trabalho, é capaz de produzir renda (que, por sua vez, é extraída de um capital), no caso o capital humano, uma espécie de ‘competência-máquina’ indissociável do indivíduo humano (Foucault, 2008b, p.311).

O modo de governo da vida engendrado a partir de uma racionalidade neoliberal nos remete a pensar a respeito de como as Políticas de Assistência têm se relacionado com as populações que demandam seus serviços. Especificamente, quando se tem a família como objeto central de intervenções, cujas ações das políticas são voltadas para tornar capazes e autônomas aquelas que apresentam dificuldades e falhas em conduzir seus membros conforme determinados modos de existir.

O argumento que algumas vezes é mencionado sobre famílias e indivíduos que usam os serviços das Políticas de Assistência em “não dar o peixe, mas ensinar a pescar” denuncia a lógica de que as políticas intervêm para que as famílias pobres adotem determinados modos de existir que possibilitem com que as próprias famílias mantenham sua sobrevivência em sociedade, um imperativo para auto sustentação e auto-gestão. Essa operação, por sua vez, está engendrada em uma lógica de mercado que demarca o valor e a utilidade daqueles sobre os

quais os mecanismos de poder incidem. Conforme destacam Rodrigues, Guareschi e Cruz (2013) a família deve ter a função de produzir um certo tipo de indivíduo que seja produtivo e útil à perspectiva de governo, o homem empreendedor de si mesmo.

Não é incomum que as famílias que caem em algum serviço das Políticas de Assistência, sejam aproximadas e coladas às ideias de “não têm condições”, “precisam se desenvolver melhor”, “conseguir um emprego”, “se mudar para uma casa melhor e mais segura”. Isto é, uma série de argumentos que indicam prescrições a serem atendidas por esses sujeitos, além de evidenciar um modelo de família neoliberal não comportado por essas famílias pobres. Digo “modelo de família neoliberal” no sentido de esta atender ao imperativo de ser “capaz de proteger seus membros, sustenta-los e geri-los”, de acordo com uma série de condutas que vão de encontro às afirmações acima destacadas por Rodrigues, Guareschi e Cruz (2013).

A questão do comportamento dos indivíduos será engatilhada na análise econômica por meio do interesse do capital humano, pelo modo como esse indivíduo se constitui. Desse modo, as relações sociais e o comportamento dos indivíduos entram no campo da análise econômica. Essas análises extrapolam os aspectos relacionados à formação educacional e profissional, incidem, isto sim, sobre o modo como esses indivíduos são/foram tratados, cuidados, ensinados e atendidos por suas famílias enquanto crianças (Foucault, 2008b).

O que nos remete a algumas ações da própria Política de Assistência, especialmente as inferências dos técnicos (psicólogos e assistentes sociais) a respeito de como as famílias devem cuidar de suas crianças, como devem educá-las, como devem estabelecer as relações dentro de casa, das relações que se estabelecem no cotidiano, se são consideradas violentas ou não, e as condutas que devem seguir/atender para assim serem enquadrados como aqueles que ‘cuidam direito’ dos filhos (Siqueira & Lino, 2013). De acordo com a PNAS

A nova concepção de assistência social como direito à proteção social, direito à seguridade social tem duplo efeito: o de suprir sob dado padrão pré-definido um recebimento e o **de desenvolver capacidades para maior autonomia**. Neste sentido ela é **aliada ao desenvolvimento humano e social** e não tuteladora ou assistencialista, ou ainda, tão só provedora de necessidades ou vulnerabilidades sociais. O desenvolvimento depende também de capacidade de acesso, vale dizer da redistribuição, ou melhor, distribuição dos acessos a bens e recursos, isto implica **incremento das**

capacidades de famílias e indivíduos (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2004, p. 16).

A Política, então, surge também como proposta de suprir a proteção desses indivíduos que não são protegidos por suas famílias e, ao mesmo tempo, objetiva ‘qualificar e corrigir’ esses sujeitos, observado/vislumbrado quando a Política afirma que um de seus efeitos é “desenvolver capacidades para maior autonomia”, quando se diz “aliada ao desenvolvimento humano e social” e que “implica incremento das capacidades de famílias e indivíduos”.

Foucault (2011) no Curso *Os Anormais* menciona sobre a emergência do poder de normalização que se ocupa dos sujeitos, lançando mão de práticas de “intervenção positiva do poder”, ou seja, práticas que produzem efeitos no modo como os sujeitos conduzem suas vidas, que apresentam “função de exigência e coerção aos domínios que se aplica” (p. 43). A noção de normalização apresentada pelo autor nos auxilia a questionar o estreitamento entre os discursos de proteção nas Políticas de Assistência e práticas voltadas a corrigir e ‘qualificar’ os indivíduos que são atendidos em seus serviços.

Nesse sentido, a operacionalização das práticas da Política de Assistência com relação aos sujeitos se constitui também pelo atravessamento com certo poder de normalização que faz com que o modo de existência dessas famílias e indivíduos, a maneira como conduzem suas vidas, precisa ser “corrigido” e “qualificado”. Portanto, uma tentativa de dobrar determinadas vidas a um modo de viver fundado e legitimado nos saberes que diagnosticam a não adequação dessas vidas com as exigências para um “desenvolvimento normal e saudável”. Assim, a política de Assistência detém um aparato de estratégias e dispositivos cujos objetivos se referem a tornar os sujeitos “mais capazes”, “mais autônomas” e com “vínculos fortalecidos”.

Observa-se que as estratégias da Política de Assistência que atravessam as vidas das famílias e dos sujeitos, são operacionalizadas a partir de certo poder de normalização que, nesse caso, tem como efeito e condição de exercício saberes que indexam a essas famílias a necessidade de “se desenvolver melhor”, desenvolver melhor suas capacidades, inclusive suas capacidades de função protetiva, desenvolver potencialidades para superar situações de risco pessoal e social.

Parece-me, então, que a Política de Assistência demonstra uma certa controvérsia, visto que se estabelece com o objetivo de atender às necessidades sociais de determinadas populações consideradas vulneráveis, em especial, aquelas que demonstram demandas como fragilidade de

vínculos familiares e comunitários; falta de acesso às políticas públicas e mercado de trabalho formal; uso de substâncias psicoativas; situações de violência, portanto, modos de existir que se constituem enquanto condição de possibilidade para os discursos e práticas de proteção apoiados no risco e nas vulnerabilidades. Ao mesmo tempo que também enfatiza o imperativo de o sujeito ser autônomo, sustentar-se, ser capaz de realizar atividades econômico-financeiras, e de desenvolver melhor suas capacidades a fim de enquadrar-se na ideia de um bom ‘desenvolvimento humano e social’, para se inserir na estrutura econômica e nos modelos sociais (Siqueira & Lino, 2013).

Dedicar-me-ei a explicitar as razões que me levaram a decidir problematizar o governo das vidas que caem na Rede de Proteção, contudo, de maneira distinta da inicial, qual seja aquela que tomava como operadores de análise, as categorias: infância, juventude e família. Tais categorias continuam a aparecer na pesquisa, contudo, são as vidas e suas expressividades – a partir das estratégias de memórias-experiências e memórias-inventadas – que me auxiliam a contar os percursos que se fazem possíveis no campo da Rede de Proteção.

Apesar de a PNAS afirmar em suas diretrizes um princípio ético de não tratar as questões sociais como casos individuais, reforçando a lógica de individualização de questões sociais, e considerar o atravessamento social e coletivo, levando em conta as singularidades e disparidades, as autoras Siqueira e Lino (2013) afirmam em seus estudos que os técnicos/profissionais estabelecem, ao contrário, atendimentos padronizados que produzem como efeito o uso das mesmas condutas para diversas situações e adversidades, sem levar em consideração as singularidades e particularidades que as situações apresentam.

Desse modo, entendo que trabalhar com as categorias (infância, juventude e família) também faz parte de um modo de operar nessa lógica de normalizar modos de existência e transformar vidas em casos, processos e relatórios. Uma vez que essa forma de pensar partia de lugares dados, de grades de inteligibilidade estabelecidas e que reafirmariam a existência de um modo de ser criança, um modo de ser jovem e um modo de ser família.

Além disso, trata-se de, ao realizar o deslocamento das categorias para as vidas, questionar como as ideias de infância e juventude se constituem, assim, enquanto fases ‘naturais’ do desenvolvimento humano, como determinadas características e qualidades são tomadas como próprias de cada fase e passar a tomá-las como produtos sociais e históricos, considerando que diferentes saberes e discursos as produzem como estágios inerentes do desenvolvimento de todo ser humano (Lazzarotto & Nascimento, 2016).

Donzelot (1980) nos ajuda a pensar como a ideia de família é produzida, especialmente, a família nuclear que se constitui entre pais e filhos em um ambiente privado. O autor demonstra que a ideia de família, do mesmo modo, trata-se de uma produção social e histórica e que possui atravessamentos dos saberes desenvolvimentistas. Portanto, trabalhar com essas categorias como operadores de análise para o governo das vidas que caem na Rede de Proteção consistiria na afirmação da infância, juventude e família como categorias universais e a-históricas.

A minha proposta é, justamente, fazer uso das memórias como estratégia metodológica para contar as histórias das vidas que caíram na Rede de Proteção, dando espaço para as

singularidades e sutilezas presentes em seus percursos e as virtualidades que se fazem presentes. As singularidades, especificidades e virtualidades de cada história de vida não são ‘interiores’, não estão pautadas, aqui, na ideia de essência do sujeito, dizem respeito a produções sociais e históricas, portanto, não operaria mais propriamente com categorias *a priori*.

Trabalhar com as categorias é um modo de afirmar modelos universais, de operar na lógica da epistemologia das luzes, no sentido de atuar com aquilo que está no foco das luzes, na luminosidade. Ademais, mesmo que as diferentes estratégias de governo entre família, juventude e infância, fossem discutidas, além das estratégias de gestão para as diferentes infâncias (aquelas que estão dentro e fora da norma), assim como para as diferentes juventudes e diferentes famílias, ainda assim se estaria partindo de um *a priori* sobre a infância, a juventude e a família.

Nas páginas anteriores explicito como pensava o governo das vidas na Rede de Proteção, questionando de que maneiras a infância estava sendo governada na Rede, de que maneiras também a juventude e a família eram governadas, quais elementos estavam em jogo, quais grades de inteligibilidade operavam os dispositivos de captura dessas categorias de vida. Contudo, a partir do encontro com alguns autores da filosofia africana, comecei a pensar a problemática dos percursos na Rede com as vidas, almejando que eles aparecessem e me ajudassem a contar suas trajetórias. Inclusive, minha implicação com as vidas abandonadas que caem na Rede fica mais compreensível, como afirmo no começo deste texto.

O encontro com esses autores me trouxe, por várias vezes, a seguinte pergunta: o que eles têm a ver com a minha questão? A princípio, eu penso que nada, só produziram efeitos em mim com a implicação da vida, no sentido das expressividades e intensividades das vidas tornadas invisíveis e infames/abandonadas que habitam em seus textos. Estabelecendo relações mais estreitas com eles (os autores e as memórias), percebo que algumas discussões me trazem elementos para pensar de outros modos o governo das vidas na Rede, constituindo um movimento em que continuarei a operar com o conceito de governo/gestão das vidas, mas com a ousadia de trabalhar de maneiras diferentes das quais estava habituada.

Eu me mantenho com a questão da gestão das vidas, contudo, esses autores me fazem questionar como é trabalhar com a ideia de governo das vidas, considerando que a produção do conhecimento se dá de modo situado, então, como é problematizar o governo das vidas em um país latino-americano que sofreu processos de colonização, que ainda sofre seus efeitos como o racismo, entre outros atravessamentos como a centralidade do corpo na constituição da cultura

ocidental, e que a questão da morte, do fazer morrer, do investimento em uma política de morte se faz tão presente em nosso cotidiano.

Desse modo, Butler, Mbembe, Yorunke e alguns outros autores da filosofia africana produzem tensionamentos para atualização do conceito de gestão das vidas na direção de produções do conhecimento localizadas e situadas em determinado tempo e espaço. Até um certo momento da pesquisa, considerei que essas leituras teriam aparição tímida no relatório da pesquisa. Agora, no entanto, os efeitos são tamanhos que trago algumas questões discutidas por esses autores para me ajudar a pensar que elementos, dispositivos, discursos e racionalidades estão implicados no governo das vidas que caem na Rede de Proteção à Infância e à Juventude? Para aonde essas formas de governo direcionam as vidas?

3.1 No mercado de corpos, para onde vão os corpos negros, doentes, deficientes e indisciplinados?

Até aqui, já passamos por alguns elementos que atravessam a gestão das vidas que caem na Rede de Proteção, tais como as noções de risco e vulnerabilidade e a racionalidade neoliberal. Esses elementos continuam na problematização da gestão das vidas na Rede, contudo, a partir de agora, outros atravessamentos dividirão cena, especialmente em decorrência do encontro com autores da filosofia africana e Judith Butler.

Desse modo, arrisco-me a explicitar como esses autores me ajudam a operar com o conceito de governo das vidas, em um movimento de atualizá-lo e tensioná-lo. Para fazer esse movimento, dois pontos serão importantes: primeiramente, aciono algumas vidas que me ajudam a problematizar o que está em jogo nos seus percursos a medida que vão se tornando possíveis na Rede de Proteção; posteriormente, as histórias das vidas levam em consideração alguns elementos que dizem respeito a problematizar a gestão das vidas em um país que sofreu processos de colonização e que possui atravessamentos especialmente com questões ligadas ao corpo e a ideia de raça.

Na tarde de mais uma terça-feira agitada e repleta de pilhas e pilhas de processos judiciais, totalmente cercada de certidões e ofícios, e interrompida, de tempos em tempos, por entrevistas e audiências, deparo-me com duas jovens negras, Jéssica e Luiza, na sala de espera do Núcleo de Adoção.

Jéssica tem 12 anos e é irmã de André e Gustavo, crianças negras, e se encontram na sala de atendimento com a psicóloga. Aproximo-me das jovens e me acomodo em uma das cadeiras, pergunto:

Bruna (mulher branca) – Oi meninas! Como estão? Vão falar com a psicóloga hoje?

Jéssica – A tia do abrigo disse que vamos ser adotados!

Bruna – Ah é?! E o que vocês acham disso?

Jéssica – Eu quero ficar junto com meus irmãos, não quero me separar deles. Já fomos separados dos meus pais.

Bruna – E como foi isso?

Jéssica – O juiz, homem branco, disse que foi porque os nossos pais não cuidavam bem da ‘gente’. Falaram que eu e meus irmãos não podíamos ficar andando na rua com eles, e que precisávamos ter uma casa para morar, rotina organizada, comida na ‘hora certa’ e ir para escola. Só que com os meus pais, quase nada disso acontecia, quer dizer já aconteceu quando éramos muito pequenos. Mas as coisas foram mudando, e nos últimos dias que estávamos com eles, quando tínhamos fome, precisávamos pedir comida na casa das pessoas. Quase todos os dias eles bebiam e usavam umas coisas que os deixavam bem esquisitos, a tia do abrigo, mulher negra, disse que eles usavam drogas ilícitas e foi por isso que quando a mulher do Conselho Tutelar viu, resolveu nos levar para o abrigo.

Bruna – Antes de irem para o abrigo vocês conheceram outros lugares como CRAS, CREAS, ou algum outro que tivesse psicólogo ou assistente social, igual tem aqui no fórum?

Jéssica – Eu não fui, não. Lembro que uma amiga da escola me contou que frequentava um lugar assim, mas eu nem sei o que ela fazia lá, mas acho que eram esses nomes aí que você disse, CRAS ou CREAS.

Bruna – Então, esses dois serviços poderiam ter ‘ajudado’ seus pais com esses problemas aí que você me contou. Vou te explicar os programas que têm lá. No CRAS tem pelo menos dois programas, o Programa de Atenção Integral à Família (PAIF) que objetiva apoiar e fortalecer a função protetiva da família, prevenindo a quebra de vínculos familiares e comunitários, bem como proporcionando acesso a direitos. E tem o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) que é articulado ao PAIF e almeja a prevenção e proteção dos usuários com relação a riscos de violação de direitos, utilizando como estratégia o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários (Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário, 2017). E no CREAS tem o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a

Famílias e Indivíduos (PAEFI), cujo objetivo consiste em acompanhar, apoiar e orientar famílias que vivenciam ameaça ou violação de direitos. Ademais, uma parceria entre Secretaria de Assistência Social e Sistema ‘S’¹⁷ permite estabelecer o programa Inclusão Produtiva que consiste em estratégias e ações que tem como objetivo qualificar e promover a inserção e o desenvolvimento do sujeito junto ao mercado formal de trabalho ou como empreendedor (Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário, 2017).

Importante ressaltar que o programa Inclusão Produtiva está entre os dispositivos/estratégias que poderiam ter capturado a família de Jéssica para o Sistema de Proteção Social, captura essa que também poderia ter se dado através de outros programas como PAIF, SCFV, PAEFI, cadastro único, bem como por meio de outras portas de entrada, que não somente as da Assistência Social.

Bruna – E você lembra se seus pais tiveram acesso a RAPS?

Jéssica – RAPS? Quê isso?

Bruna – Significa Rede de Atenção Psicossocial (RAPS)¹⁸, consiste em vários serviços e programas públicos direcionados a atender necessidades como as dos seus pais. Considerando os problemas que eles vinham enfrentando, como uso de substâncias psicoativas e situação de rua, poderiam ter tido acesso a serviços como Unidade Básica de Saúde (UBS), Estratégia de Saúde da Família (ESF), Consultório na Rua (CR), Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF) e CAPS-ad.

Jéssica – Ah tá!! Eles não foram nesses lugares, não. Quando eu era menor, eu acho que eles frequentavam o posto de saúde e só. Mas bem antes de eles começarem a ficarem ‘doidão’, a partir daí não tiveram acesso a nenhum serviço mais. Minha mãe, mulher negra, cuidava de mim e dos meus irmãos, nos levava no médico, fazia comida *pra* gente, limpava as coisas, e meu pai, homem negro, trabalhava de pedreiro, só que aí ele começou a chegar meio diferente em casa, brigava muito com minha mãe. Um dia ele perdeu o emprego, mudamos de casa e aí

¹⁷ “Os Serviços Sociais Autônomos, também chamados de Sistema “S”, são entidades criadas por lei, de regime jurídico de direito privado, sem fins lucrativos, e foram instituídas para ministrar assistência ou ensino a determinadas categorias sociais, tendo autonomia administrativa e financeira” (Ministério da Transparência e Controladoria Geral da União, 2017b, p. 4).

¹⁸ De acordo com a Política Nacional Sobre Drogas, a RAPS se estabelece a partir de níveis de atenção (atenção básica, atenção psicossocial especializada, atenção de urgência e emergência, atenção de caráter residencial e transitório, atenção hospitalar e reabilitação psicossocial) e serviços como Estratégia de Saúde da Família, Unidades Básicas de Saúde, Centro de Atenção Psicossocial, inclusive, Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas, Comunidades Terapêuticas, hospitais e ambulatórios, Hospital-dia, Serviços de emergências, Casas de Apoio e Convivência e moradias assistidas (Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário, 2017).

nesse lugar novo minha mãe também começou a chegar em casa diferente, chegavam os dois assim, ficávamos muito sozinhos, eu cuidava bastante dos meus irmãos. Nessa época eu comecei a faltar na escola, a professora de vez em quando, mandava bilhete no meu caderno perguntando para os meus pais sobre as faltas. Mas psicólogo e assistente social mesmo só fui conhecer depois que fui para o abrigo.

Bruna – Nessa época a situação piorou então?

Jéssica – É, na verdade, a situação nunca foi muito boa, meu pai ganhava pouco, vivia reclamando disso. A mãe até plantava abóbora e outras verduras no quintal *pra vê* se ajudava na comida em casa. Só que, até então, morávamos *numa* casa, íamos na escola, não passávamos fome e meu pai tinha emprego. Só que a situação que já não era tão boa, piorou mais ainda depois que o pai perdeu o emprego, fomos morar em outro bairro, numa casa que nem era casa, era quase uma casa, era uma peça só, bem velha e pequena, algumas vezes dormíamos por lá, outras vezes dormíamos em uns amigos dos meus pais. As vezes a gente comia, as vezes não. As vezes meus pais estavam bem ‘doidão’, as vezes estavam ‘de boa’.

Jéssica – Eu queria voltar a morar com eles, já disse isso para o juiz, mas ele disse que não, eu e meu irmão não podemos, que eles não nos cuidavam direito e que vão conseguir uma família nova ‘*pra gente*’. Estamos no abrigo faz tempo já e nunca mais vi meus pais.

Bruna – E você Luiza, como chegou até aqui?

Luiza – Meu pai fazia ‘coisas’ comigo que não devia. Aí fui para o abrigo, minha mãe me visitava no começo, dizia que iria me levar para casa, mas um dia a assistente social disse que eu não poderia mais vê-la. A tia do abrigo, mulher branca, me contou que o juiz disse que minha mãe, mulher negra, precisava ‘largar’ meu pai e arrumar um emprego para poder ficar comigo, e ela não conseguiu e então eu fui para adoção.

Bruna – E como era sua vida antes de ir para o abrigo?

Luiza – Por vezes, o meu pai batia, homem negro, na minha mãe quando ele chegava do serviço. Tinha uma vizinha lá que vivia falando para ela ‘dar parte’, ‘ir não sei aonde’, ela nunca foi, acho até que ela tinha medo do meu pai bater mais nela. Uma vez eu falei isso para professora, ela disse que minha mãe deveria ir na delegacia, cheguei em casa e fui direto contar para minha mãe, ela ficou triste por alguns momentos e depois me repreendeu afirmando que não tinha que ficar contando nossos problemas para ninguém. Essas coisas de assistente social e psicólogo, igual você perguntou, eu não via também não, só aqui no fórum mesmo e lá no

abrigo. Acontecia tudo isso na minha casa e no fim eu fui para o abrigo e nunca mais vi minha mãe.

Bruna – E ninguém nunca disse *pra* sua mãe que existe uma Rede de Proteção às Mulheres Em Situação de Violência?

Luiza – Não. Nem sabia disso, só sabia que a mãe tinha que ter ido na delegacia, e ela ficou com medo do pai bater mais nela ainda. Se eu soubesse teria pedido para ela ir, queria muito estar com ela, mas agora estou no abrigo e ainda envolvida nessas histórias de adoção.

Bruna – E você já teve experiência com a adoção?

Luiza – *Aham*, eu estava até contando para Jéssica algumas coisas aqui.

Bruna – Que coisas?

Luiza – Eu já vim aqui no fórum para conhecer algumas pessoas que queriam me adotar. Teve até uma vez que foi alarme falso porque apareceu uma madrinha dizendo que queria apadrinhar uma menina mais ou menos da minha idade, porque eu já tenho 13 anos né, então as vezes aparecem pessoas querendo ser madrinha ou padrinho, não adoção logo de imediato. Ligaram no abrigo e disseram para me trazer no dia seguinte no núcleo de adoção, mas quando cheguei a psicóloga explicou que foi alarme falso porque a pretendente a madrinha disse que queria ‘mocinha’ para cuidar dos pais que estavam idosos enquanto ela saía a noite. Ainda bem que eu nem conheci essa madrinha iria ser muito estranho isso, acho que não iria gostar nada dela.

Bruna – E as outras vezes? As outras experiências?

Luiza – Teve um dia também que eu ouvi a assistente social, mulher negra, conversando com a psicóloga, mulher branca, e o juiz e eles disseram que o meu caso era difícil *pra* conseguir adoção. Eles falaram umas coisas que eu nunca mais esqueci: “a Jéssica é negra, já tem 13 anos, e ainda por vezes, é ‘geniosa’, por sorte é menina, se fosse menino aí não teria chances mesmo”. Na hora acho que a assistente social desconfiou que eu pudesse ter escutado aqueles comentários, ela até tentou consertar, mas já estava dito e sacramentado. Agora toda vez que vem essa história de alguém querendo me adotar ou até apadrinhar que seja, eu já me pergunto: “quem vai querer uma adolescente negra e cheia de problemas? ”. E vamos dá o ‘papo-reto’ aqui, as pessoas querem crianças pequenas e clarinhas, a gente vê as coisas acontecendo, a gente vê quem entra, quem sai e quem sempre fica no abrigo. Uma vez me arrumaram uma madrinha, uma senhora, advogada, aposentada, mas era negra, aí pensei: agora vai, vamos nos entender, temos a mesma cor!! Mas também não foi dessa vez, acho até que essa madrinha aí se achava

mais branca que todos os brancos juntos aqui do fórum. E tem umas coisas muito chatas nessa história de conhecer gente que vai querer ou não te adotar, tem que arrumar o cabelo, tem que estar impecável, tem que estar bonita, tem que estar alegre, ser boazinha, um monte de coisas que eu não entendo o porquê, se a pessoa gostar de mim vai ser porque gostou do jeito que eu sou, eu sou negra e do cabelo crespo mesmo, não tem o que fazer, é isso e pronto. Outro dia, eu estava aqui no fórum e o juiz falava sobre um tal de CNA¹⁹, não sei direito o que é isso, acho que é onde ficam gravados nossos nomes e de todas as crianças que estão disponíveis para adoção.

Bruna – E o que o juiz dizia?

Luiza – Ah, primeiro ele ficou dizendo de uma tal conta que não fecha, falou de alguns números que têm 5.007 crianças e jovens esperando ser adotados e 45.688 pessoas querendo adotar, eu fiquei sem entender até faltam crianças *pra* esse tanto de gente que quer adotar filhos!!

Jéssica – Mas ele disse umas outras coisas e uns outros números também.

Luiza – Hum, bem lembrado! Deixa eu pensar um pouco!! Ah, o juiz disse que quase 93% das pessoas que querem adotar aceitam crianças e jovens brancos, mas somente 55% aceitam crianças e jovens negros. Ele ficou repetindo também que de todas as crianças e jovens disponíveis para adoção, menos de 6% têm menos de 5 anos, enquanto mais de 94% tem mais de 5 anos. A tristeza maior é que há muitos pretendentes querendo crianças com menos de 5 anos, 75% segundo o tal CNA lá, e somente 25% aceitam crianças e jovens com mais de 5 anos de idade. Nesse dia também, a assistente social falou de casos como o da Jéssica, de grupos de irmãos para adoção e também de crianças que apresentam algum tipo de doença ou deficiência física e/ou mental. Dentre as crianças e jovens prontos para adoção, perto de 62% são grupo de irmãos, em contrapartida, somente 37% dos pretendentes desejam adotar grupo de irmãos. O juiz falou sobre mais números ainda. Disse que 62% das pessoas que querem adotar não aceitam crianças/jovens com nenhum tipo de doença, e 35% aceitam que se for caso de doença tratável. Do total de pretendentes, 6% aceitam adotar crianças/jovens com deficiência física e 3% com doença mental.

¹⁹ Cadastro Nacional de Adoção, consiste num sistema criado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) por meio da Resolução n. 54, de 29 de abril de 2008, constituindo um banco de dados, nacional e unificado, com informações de pretendentes e crianças/jovens disponíveis para adoção.

Jéssica – Ah eu acho que lembro desse dia, até fiquei pensando em uns amigos meus lá do abrigo, porque ele falou de criança doente e de criança que é ‘especial’. Eu lembrei do meu amigo Henrique, ele era pequeno tinha uns 8 anos, tomava vários remédios, a tia dava sete comprimidos²⁰ para ele. Todo mundo falava que o Henrique era diferente, que dava trabalho, parece que ele tinha *super atividade*, acho que era esse nome, não, era na verdade hiperatividade, isso!! Ele era hiperativo. Lembra Luiza? Todo mês o Henrique ia no psiquiatra, homem branco, lá do CAPSi, no psicólogo também, durante um tempo ele foi também em um lugar chamado CEM (Centro de Especialidades Médicas), acho que era *pra* consultar com médico da ‘cabeça’, neurologista a tia do abrigo disse. Depois disso, mandaram o Henrique, criança negra, para vários lugares. Ele me contou que um dia fez exame que grudaram massinha e vários fios²¹ na cabeça dele. E esse médico aí da ‘cabeça’ disse que era bom ele ir no psicopedagogo, fonoaudiólogo e ainda praticar esporte. Ele andava por um monte de lugar e de gente especialista. Até agora Henrique teve uma tentativa de adoção, e não deu certo. A tia disse que é porque ele não parava quieto e era muito ‘espoleta’, os pretendentes à adoção se assustavam.

Ao que Jéssica continua a dizer:

Jéssica – Lá no abrigo onde eu moro tem uma menina ‘especial’, Mariana, criança branca, é o nome dela, nunca apareceu ninguém querendo adotá-la, a tia do abrigo disse que é porque ela tem ‘necessidades especiais’ e dá muito trabalho cuidá-la. Mariana não anda, quase não fala, passa o dia todo na cadeira de rodas; mas ela pede abraço *pra* gente e quando está feliz fica mandando beijo. Eu gostaria muito que algum dia ela tivesse uma família adotiva. A tia do abrigo até disse que o Gustavo tem sorte de ter alguma família querendo adotá-lo, mas ela falou também que deve ser porque o defeito na mãozinha dele é bem pequeno, a tia disse “é só um ‘defeitinho’, não vai atrapalhá-lo na conquista da adoção”. Eu me preocupo com meus irmãos, eles têm problemas de saúde, Gustavo tem esse problema na mão e André faz tratamento *pra* tentar alcançar a soronegatividade do HIV transmitido pela nossa mãe durante a gestação. A assistente social disse que logo vai encontrar alguma família que o aceite assim e que não é tão difícil por conta da idade, a dona disse que a maioria das pessoas querem crianças com menos de 3 anos de idade. Eu não gostaria que fossemos separados, eu cuido deles desde que chegamos no abrigo, não nos desgradamos, eu sempre quero protegê-los e por mais que, muitas vezes, me

²⁰ A saber, assert, clorpromazina e carbamazepina todos prescritos para serem tomados de duas a três vezes ao dia.

²¹ Exame eletroencefalograma, solicitado pelo médico neurologista.

veja desamparada, tendo somente incertezas sobre nossas vidas, eu sempre tento ser abrigo e amparo para os dois.

Bruna – E o que a assistente social lhe disse sobre isso?

Jéssica – Ela disse que iria tentar. Mas eu não quero me separar deles de jeito nenhum!!

Nesse momento, Jéssica começou a chorar e a psicóloga abriu a porta e a convidou para entrar. Logo depois foi a vez de Luiza estar com a técnica e eu precisei retornar às visitas domiciliares com a assistente social.

A partir de Oyěwùmí (1997) algumas questões são levantadas em relação à gestão das vidas que caem na Rede de Proteção à Infância e à Juventude. Parece-me que há dois pontos importantes a serem discutidos: atravessamentos com o corpo e com a ideia de raça.

Em seu texto *Visualizando o Corpo: Teorias Ocidentais e Sujeitos Africanos* (Oyěwùmí, 1997) discute como o pensamento ocidental moderno mantém relação estreita com o determinismo biológico. Essa relação de proximidade produz efeitos não se restringem apenas ao âmbito da produção de conhecimento científico, estendem-se ao modo como a cultura ocidental se relaciona com o mundo, estabelecendo, inclusive modos de compreensão a respeito de organizações e diferenças no campo social.

A autora menciona que o corpo tem grande dimensão, grande presença na organização do campo social, adquire uma certa centralidade, conforme destaca Oyěwùmí (1997, p. 10) “fisicalidade gritante fundamenta categorias sociais”, e isso tudo em virtude da predominância do sentido da visão no modo ocidental de se relacionar com o mundo. O corpo é visto, observado, esquadrinhado pelo olhar que seleciona, distingue e classifica. De acordo com a autora, ao passo que o corpo se faz central no campo social, o determinismo biológico se ocupa de explicar as diferenças entre os sujeitos.

Desse modo, deparo-me com amarrações em que o determinismo biológico ancorado em epistemologias ocidentais hegemônicas tornam possível a exposição de algumas populações a estratégias que operam na lógica de ‘fazer morrer’, além de produzir subjetividades invisíveis. Isso porque, considerando as discussões da autora, arrisco-me a dizer que o determinismo biológico se constitui como discurso que dá condição de possibilidade para que regimes de verdade sejam engendrados, estabelecendo que as diferenças entre grupos humanos sejam explicadas por meio da ideia de raça, havendo uma superior e outra inferior, como também por diferenças de gênero, havendo um superior e mais forte e outro inferior e mais fraco, dentre

outras categorias e classificações produzidas a partir dessa economia biológica que arquiteta estratégias no campo social.

E como essa ideia de raça atravessa os percursos das vidas? E se constitui como elemento que está em jogo nos caminhos que vão sendo desenhados para determinados corpos? Operando a partir da lógica do determinismo biológico muitas aproximações no campo social se fazem possíveis, algumas populações têm suas vidas coladas às noções de periculosidade e criminalidade, produzindo relação de naturalidade e obviedade como os entendimentos de que ser pobre é ser perigoso e delinquente, ser negro é ser criminoso, morar em periferia é sinônimo de indivíduo perigoso. Constitui-se um movimento que não se trata somente de individualizar e naturalizar questões sociais, trata-se de como essas práticas dão condição de possibilidade para a produção de morte e invisibilidades de determinadas populações.

De acordo com o Atlas da Violência 2018, o risco de um jovem negro ser vítima de homicídio no Brasil é 2,7 vezes maior que o de um jovem branco, além do que 76,2% das vítimas de atuação da polícia são negras (Cerqueira et al., 2018). Mbembe (2015) nos ajuda destacando que não é incomum que a violência contra essas populações seja justificada por meio de uma guerra forjada e da invenção de um inimigo ficcional, um extermínio necessário à sobrevivência daqueles que se encontram em perigo.

Apesar de evocar dados que tratam de violência letal e extermínios do corpo, quando me refiro à produção de morte, refiro-me também a outros modos de suprimir a vida que não somente o encerramento da vida biológica. Vale destacar, ainda, que reconheço a problemática da violência letal no Brasil, especialmente com relação à população negra, muito complexa e com diversos outros atravessamentos, os quais não serão abordados neste trabalho. Meu objetivo ao trazer os dados e a problemática consiste em levantar outros elementos e avizinhamentos que compõem maquinarias de governo da vida e da morte, num país como o Brasil.

As discussões de Oyěwùmí (1997) me trazem memórias a respeito de como aconteciam os processos de habilitação à adoção: durante o estágio protocolei vários processos de habilitação que é composto por documentos pessoais, comprovantes de renda e moradia e um formulário onde é delineado o perfil de crianças e/ou jovens que os pretendentes querem adotar. Nesse formulário são abordadas diversas informações como idade, sexo, cor da pele, estado de saúde da criança/jovem, se possui doença tratável ou não, se possui doenças crônicas, deficiências físicas ou mentais, filhos de pais usuários de drogas, vítimas de abuso sexual.

As histórias das vidas de Jéssica e Luiza nos trazem frases e argumentos que eram frequentemente mencionados na Vara da Infância, da Juventude e do Idoso, em especial quando se referiam ao perfil desejado e almejado pelos pretendentes à adoção, como: “os pretendentes a adoção querem crianças brancas”, “a conta não fecha, tem mais pretendentes disponíveis do que crianças e jovens para adoção”, “tem pessoas que não aceitam crianças/jovens com doença tratável”, “crianças com até cinco anos de idade tem mais chances de serem adotadas”.

Todos esses comentários remetem a um certo perfil de criança ideal e desejada para ser adotada. Perfil cujas características desejadas estão extremamente ligadas ao modo como esses corpos se apresentam, cor da pele, estado de saúde, questões hereditárias, capacidades físicas, se esse corpo se enquadra em padrões de beleza mais desejados. Questões essas que vão de encontro com algumas estatísticas apresentadas pelo Conselho Nacional de Justiça _ CNJ, em que os dados revelam que à medida que os corpos têm mais cor, mais melanina, menos pretendentes os aceitam/desejam para adoção. Os dados também nos mostram que ao passo que esse corpo apresenta deficiências físicas ou mentais, doenças tratáveis ou não, o número de pessoas que desejam se ‘tornarem seus pais’/construir famílias com essas crianças/jovens diminui ou se mostra praticamente escasso.

As histórias de Jéssica e Luiza nos levam a observar que a combinação de duas ou mais questões como essas (cor da pele + doença tratável + idade acima de 5 anos) resulta em mais tempo de permanência nas instituições de acolhimento, possibilidades remotas de adoção e maiores chances de passar anos no acolhimento e depois retornar à família, da qual foram retirados por serem consideradas violadoras de direitos.

Aciono Butler (2015) para me ajudar a pensar os enquadramentos aos quais esses corpos que caem na Rede de Proteção são submetidos, como infância e juventude pobre, corpos negros, filhos de usuários de drogas ilícitas, deficiências físicas e/ou mentais. Considerando todos esses enquadramentos para essas vidas, questiono: quais percursos vão se fazendo possíveis? Trajetórias que a todo tempo estão cruzando as linhas tênues e indiscerníveis da proteção e do extermínio. Como acontece com Luiza e outros jovens e crianças que são retirados de sua família por suposta violação de direitos e permanecem no abrigo por vários anos, correndo o risco de voltarem para suas famílias que muito antes foram consideradas violadoras de seus direitos, em virtude do insucesso de tentativas de adoções.

O quanto esses modos de intervenção do Estado, em nome da proteção social, da proteção dos direitos fundamentais da criança e do jovem, acentuam condições precárias para

essas vidas? Já que a família da qual a criança/jovem foi retirada continua em situações como pobreza, desemprego, vivências de violência dentro de casa, consumo de drogas, permanecendo sem ter acesso a uma série de serviços públicos. Enquanto que as crianças e/ou jovens que foram retirados da família considerada ‘violadora de direitos’ passam a residir no abrigo, lugar que, hipoteticamente, deveria lançá-los para trajetórias onde a precariedade de suas vidas fosse minimizada, porém acabam adentrando em um certo mercado de corpos que nem sempre permitirá trajetórias da proteção, dependendo do enquadre de seus corpos continuarão nas linhas do extermínio, cujas trajetórias são marcadas por condições precárias ao mesmo tempo em que são minimizadas as possibilidades desses corpos serem reconhecidos enquanto vidas.

Como comenta Butler (2015)

A condição precária designa a condição politicamente induzida na qual certas populações sofrem com redes sociais e econômicas de apoio deficientes e ficam expostas de forma diferenciada às violações, à violência e à morte. Essas populações estão mais expostas a doenças, pobreza, fome, deslocamentos e violência sem nenhuma proteção. A condição precária também caracteriza a condição politicamente induzida de maximização da precariedade para populações expostas à violência arbitrária do Estado que com frequência não têm opção a não ser recorrer ao próprio Estado contra o qual precisam de proteção (Butler, 2015, p. 46-47).

A relação do Estado com famílias, como as de Jéssica e Luiza, é marcada especialmente pela manutenção da falta de acesso a bens e serviços e, conseqüentemente, acentuam a precariedade dessas vidas, mantendo-as sob condições precárias. Butler (2015) comenta que

A própria ideia de precariedade implica uma dependência de redes e condições sociais, o que sugere que aqui não se trata da "vida como tal", mas sempre e apenas das condições de vida, da vida como algo que exige determinadas condições para se tornar uma vida vivível” (Butler, 2015, p. 42).

Outra questão que surge é: por que não pensar esses atravessamentos da ideia de raça e do corpo pelo Racismo de Estado, trabalhado por Foucault? Primeiramente, porque se trata de um país periférico e que sofrera processo de colonização, de modo que não me parece suficiente

operar somente com a ideia de ameaça biológica, de que uma raça dita inferior precisaria morrer para que outras se estabelecessem de melhores maneiras. Ademais, parece-me também que a própria produção da ideia de raça está engendrada em maquinarias de produções de morte de determinados corpos, e não somente subjugada à lógica de um deixar morrer.

Não se trata de corpos que não serão investidos pelas estratégias biopolíticas, constituindo populações que serão desinvestidas, é justamente que a ideia de raça está sendo operada como elemento imprescindível em tecnologias que expõem corpos à morte. De modo que tem operado em meio a produção de enquadramentos, nos quais corpos negros, doentes, deficientes, indisciplinados têm suas trajetórias de vidas transformadas em trajetórias de morte.

A ideia de raça e a centralidade do corpo se constituem enquanto elementos em uma racionalidade de governo das vidas em que a proteção desses corpos e o extermínio dos mesmos operam em linhas muito tênues e quase que indiscerníveis, de modo que não é propriamente a vida que entrará nesses cálculos, mas a morte. Os cálculos e análises que determinam os percursos que esses corpos seguirão estão ligados a um certo mercado neoliberal de corpos, entra em questão a cor da pele, idade, sexo, estado de saúde, adaptabilidade do corpo em normativas sociais.

Assim como a ideia de raça e a centralidade do corpo, as noções de risco e vulnerabilidade e a racionalidade neoliberal são elementos que também atravessam o governo das vidas que caem na Rede. E a articulação/operacionalização desses elementos tem produzido percursos que, apesar de acontecerem nos campos da Rede de Proteção, nem sempre se constituem como trajetórias protegidas e potencializadoras/promotoras de vida, por vezes, e nem tão raro assim, as trajetórias que se fazem possíveis são marcadas por pura desproteção, insegurança e supressoras de vida.

3.2 Os caminhos de Maria: entre a proteção e o extermínio

Agora que já me despedi de Jéssica e Luiza, encontrar-me-ei com Maria que também vai contar como sua vida cai na Rede de Proteção à Infância e à Juventude, explicitando os percursos que foram possíveis e os que não foram possíveis. A história consiste em contar a vida da Maria²², que cai na Rede. Trata-se de uma mulher negra de aproximadamente 35 anos,

²² Nome escolhido para referirmos a história de uma família que é tão comum entre milhares de outras famílias brasileiras.

que morava com o pai em um bairro de periferia da cidade. A primeira vez que esbarro com Maria, ela está entrando na Unidade Básica de Saúde da Família (UBSF) então pergunto:

Bruna – Maria o que faz aqui na unidade de saúde?

Maria – Ah, faço tratamento da diabetes, furo o dedo e me dão os remédios. Eu tenho que vir aqui direto, mas às vezes eu bebo e acabo esquecendo.

Bruna – Como assim?

Maria – A dona enfermeira, mulher branca, daqui disse que eu não posso beber nada de bebida alcoólica porque aumenta a minha diabetes. Só que tem uns problemas lá em casa e acontece de tomar umas pingas no bar.

Bruna – Problemas?

Maria – Eu moro com meu pai, ele é adoentado também. Nós não nos damos muito bem, e não é raro ele tentar me agredir quando discutimos. Eu gostaria de sair de casa, mas como você tá vendo, sem uma perna é difícil arranjar emprego e conseguir um outro lugar para morar. Não tenho mais contato com os parentes, não tenho notícias de ninguém mais.

Bruna – Maria você já falou sobre essas coisas com alguém aqui na unidade?

Maria – Então, uma vez falei com uma doutora, mulher branca, que trabalha aqui, depois disso falaram que eu tinha que ir em outro lugar, um tal de CAPS, eu acho que era isso e lembro também que era por causa do álcool. Eu nunca fui, é bem longe de casa, teve um dia que eu decidi ir, mas não tinha o dinheiro do passe de ônibus, a enfermeira daqui disse que lá no CAPS eles dão passe, mas eu não consegui ir nem a primeira vez. Sempre que eu venho a enfermeira diz que eu não posso ficar bebendo pinga por aí porque aumenta muito minha diabetes. Eu bem que tenho tentado parar de beber, mas às vezes acontecem recaídas.

Bruna – E te disseram para procurar a delegacia da mulher?

Maria – *Oxe, tá doida!! Pra quê isso?*

Bruna – Você me disse que em alguns momentos sofreu agressão física praticada por seu pai, o que indica que você está vivendo situações de violência contra a mulher e nesses casos se procura a delegacia da mulher para prestar queixa.

Maria – Sabia disso não, na verdade só falei uma vez com a enfermeira sobre isso e com uns amigos lá do bar. Mas também nem ‘esquentá’, foram só algumas vezes, nem é sempre que acontece.

Bruna – Você não conhece a Penha?

Maria – Penha?

Bruna – É, Lei Maria da Penha. Qualquer conduta que viole sua integridade física e saúde corporal é considerada violência contra a mulher e deve ser denunciada na delegacia especializada, onde medidas serão tomadas. Sabe Maria, duas amigas lá da Universidade do Vale do Taquari, do Rio Grande do Sul me contaram que algumas mulheres vítimas de violência doméstica procuram a delegacia especializada e depois são encaminhadas para outros lugares que conseguem auxiliá-las de alguma forma, teve até uma mulher que recebeu apoio da Coordenadoria da Mulher na busca por emprego e moradia (Kunsler & Detoni, 2016).

Maria – Sabia disso não.

Bruna – Você conhece o CREAS? É uma unidade pública responsável em atender famílias e indivíduos que se encontram em situação de vulnerabilidade e risco com violação de direitos. Em especial, há um programa que poderia te acolher: Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI), o qual tem por objetivo a promoção de direitos, preservação e fortalecimento de vínculos familiares e comunitários (Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário, 2017).

Maria – Nossa você falou tanta coisa que até fiquei confusa. Mas queria saber mais sobre a história das suas amigas do Sul. Como é que essa mulher conseguiu até emprego e moradia?

Bruna – Ah então, são algumas mulheres que moram lá no Sul e elas assim como você vivenciaram situações de violência doméstica, mas conseguiram ajuda de alguns serviços públicos, o que foi muito importante no processo de enfrentamento da violência.

E de repente, uma funcionária da Unidade aparece entrega uns papéis a Maria e diz: suas taxas estão altas, você precisa parar de beber, já falamos disso!

A fala da funcionária marca como se deu a relação da nossa personagem com os serviços de saúde.

Segundo as Diretrizes Gerais e Protocolos de Atendimento da Casa da Mulher Brasileira, a porta de entrada da mulher na Rede de Proteção pode se dar a partir de serviços da Segurança Pública, da Saúde, da Rede Socioassistencial e da Justiça. O documento destaca que a Rede de atendimento à mulher vítima de violência é composta por duas categorias de serviço: serviços não-especializados e serviços especializados (Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário, 2017).

Os serviços não-especializados de atendimento à mulher, os quais constituem a porta de entrada da mulher na rede, em meio a essa categoria de serviços está o programa de saúde da

família e serviços de atenção primária. Enquanto que os serviços especializados consistem naqueles que atendem exclusivamente as mulheres, devendo deter expertise com a temática de violência contra mulheres (Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário, 2017).

Diante dessas informações, uma das questões inquietantes é: por que Maria não caiu na Rede de proteção a mulheres vítimas de violência? Por que os serviços de saúde não a encaminharam?

Conforme observamos os casos discutidos por Kunsler e Detoni (2016), observa-se que muitas mulheres vítimas de violência acessaram a Rede de Proteção por diferentes portas de entrada, percorrendo trajetórias diversas dentro da rede:

Trajetória Maria José

Maria José foi vítima de violência física e verbal provocada por seu companheiro. A mãe de Maria acionou a Delegacia de Polícia que encaminhou Maria para o Fórum e para Casa de Passagem que abrigou Maria José e sua filha mais nova por alguns dias e depois as encaminharam para a Coordenadoria da Mulher, instituição que auxiliou na busca por moradia e emprego durante o processo de separação.

Trajetória Maria de Fátima

Maria é mãe de três filhos e sofria violência moral e psicológica provocadas pelo ex-marido. Na primeira tentativa de ajuda, a Delegacia de Política foi acionada, contudo, informaram que havia outra emergência e Maria de Fátima não foi atendida. Posteriormente, ela buscou uma unidade do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) que a direcionou para o CREAS, de acordo com Maria de Fátima o CREAS lhe ofereceu muito apoio durante o processo de enfrentamento da situação de violência, foi a unidade que orientou que procurasse a Defensoria Pública, bem como registrasse a ocorrência na delegacia.

Trajetória Maria Aparecida

Na história de vida dessa Maria acontecem dois tipos de violência doméstica: contra a mulher e contra criança. Maria Aparecida e sua filha sofriam violência física, moral e psicológica, além de ter ocorrido tentativa de feminicídio provocada pelo ex-marido. A filha de Maria frequentava uma escola pública que, ao identificar os indícios da violência familiar, realizou denúncia junto ao Conselho Tutelar e realizou encaminhamento para o CAPS infantil e CAPS adulto, além de orientar Maria a registrar ocorrência na delegacia de polícia de pronto atendimento (DPPA) a qual a direcionou para Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (DEAM). Maria Aparecida foi encaminhada pela DEAM a Defensoria Pública e ao CREAS.

Trajetória Maria Rita

Maria sofria violência física, psicológica e moral por parte do ex-marido e buscou ajuda na Unidade Básica de Saúde (UBS), relatando as agressões que sofria em casa, Maria Rita foi encaminhada para a DPPA e posteriormente foi redirecionada para a DEAM e para o serviço de assistência jurídica da universidade local. A DPPA também apresentou a Rede Lilás (rede que articula ações da saúde, segurança, educação, assistência social, justiça e trabalho com o objetivo de atender mulheres e meninas vítimas de violência). A Rede Lilás encaminhou Maria para a Secretaria da Mulher, instituição que requisitou acompanhamento da Coordenadoria da Mulher e do Creas.

É claro que estamos falando de Estados diferentes (Mato Grosso do Sul e Rio Grande do Sul) e, conseqüentemente, existem heterogeneidades na organização dos serviços da Rede nos municípios. Mas o que tem me inquietado é: o que acontece até aqui que não permite que a vida de Maria seja capturada pelo Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos tampouco pela Rede de Proteção à Mulher?

Oyèwúmi (2019) comenta, fazendo uma crítica a algumas linhas do movimento feminista, que no ocidente a noção da categoria mulher é colada à ideia de conjugalidade. A noção de mulher vai se constituindo a partir da função de ser esposa e cuidadora da família, a qual também se define por meio da relação de pares, homem e mulher. Segundo a autora, em países da África a ideia de família está mais ligada a parentalidade, assim como a noção de mulher não se define a partir da função de esposa e cuidadora da casa.

Oyèwúmi (2019) afirma que, inclusive, a designação marido em muitos países da África é usada para se referir a homens e mulheres, diz respeito a funções que uma pessoa vai desempenhar como fornecimento alimentar, acumular dinheiro, transações comerciais, e não necessariamente a uma questão de gênero. O mesmo ocorre com 'ser esposa' que tem a ver com desempenhar alguns papéis e simboliza também relação de subordinação entre duas pessoas. Desse modo, em diversos países da África, esposa não se refere a uma identidade de gênero específica, tampouco como algo que constitui a categoria mulher.

A autora critica algumas linhas do feminismo, denominando-os de feminismo branco, que partem de um modelo da categoria mulher (branca de classe média que compõe a família nuclear euro-estadunidense) tomando-o como universal.

O que nos remete a considerar que, partindo da lógica ocidental, pode-se afirmar que para se ter uma família é preciso, necessariamente, existir um casal em que uma das partes é a mulher, parte essa que terá funções bem específicas como cuidar da casa, cuidar dos filhos, ser responsável pela saúde e educação dos filhos, mostrar-se atenciosa e capaz de realizar o papel de mãe, uma série de condutas a serem seguidas. Portanto, temos um modelo de família que se estabelece a partir de modos específicos de existir, e temos a categoria mulher que se constitui dentro desse modelo de família, com funções bem peculiares (Oyèwúmi, 2019).

Retomo essa questão para pensar algumas situações com relação à minha personagem Maria. Ela tinha diabetes, fazia tratamento na UBSF, tinha a perna amputada por agravos da doença. Não tinha filhos, morava com o pai, que a agredia fisicamente.

Parece-me que Maria não se enquadrou nos moldes das políticas nem como família, tampouco como mulher. Como família arrisco a dizer que minha personagem não atendia o modelo de família esperado, não tinha marido e não tinha filhos. Mas e como mulher? Trata-se de uma questão ontológica? Visto que a mulher ocidental é entendida como sinônimo de esposa e gestora de um lar com filhos. O que acontece com Maria seria também um efeito da universalização da categoria mulher? Certamente. Inclusive a universalização/normalização

dos modos de ser mulher e dos modos de ser família que permeiam as Políticas Públicas, especialmente as de Assistência Social, colocam-nos diante da necessidade de discutir os atravessamentos das questões de raça e gênero com as políticas de Assistência, pois me parece que os caminhos de Maria são também marcados por esses enquadres, tentarei explicar melhor nas próximas linhas.

Uma questão levantada por Oliveira et al (2019) corrobora com a necessidade de dar mais espaço para essas discussões de raça e gênero na Assistência, as autoras mencionam que apesar de existir diversas produções da Psicologia a respeito das políticas de Assistência Social, boa parte são apoiadas a partir de autores europeus, brancos e homens, o que acaba tomando as problemáticas de um país latino-americano, que sofrera processos de colonização e ainda sofre com os efeitos do racismo, a partir da concepção de um sujeito universal, desracializado e masculino.

Autores como Costa (2017) e Souza (2009) mencionam que as situações de dizimação, violência, pobreza e injustiça que envolveu a população negra durante o período da escravidão não se restringiram somente a esse período. A escravidão foi abolida, porém iniciaram períodos não mais de privação de liberdade, mas privações de acesso a recursos e mecanismos de mobilidade social, ao mercado de trabalho e a condições dignas de vida, inicia-se uma série de estratégias e dispositivos de produção da condição precária da população negra que apesar de não ser mais escrava permanece exposta a condições de desproteção e violação de suas vidas/corpos.

Portanto, temos aqui um Estado onde uma população deixou de ser escravizada e passou a constituir as camadas mais pobres da sociedade, assim emerge um projeto incipiente de Assistência com objetivo de ‘normalizar’ essas famílias pobres e negras. Portanto, um país que escravizou uma população, depois a libertou, não permitindo sua entrada no mercado de trabalho e acesso a outros recursos que pudessem superar as condições de pobreza e miséria que a cercavam logo após abolição, além de lançar mão de estratégias para mascarar o racismo. A medida que um projeto incipiente de Assistência Social emerge, abordando as mulheres dos segmentos da população pobre e que é em sua maioria descendente de uma população escravizada, e conforme nos aproximamos da história do Brasil, deparamo-nos com a questão de que a desigualdade social e a racial caminham juntas (Costa, 2017).

Portanto, as autoras Costa (2017) e Oliveira et al (2019) nos indicam que a relação da Assistência com as questões de raça e gênero têm suas aproximações muito antes de se

constituir como política pública e direito constitucional. Ademais, também não nos deixa escapar de sentir as marcas do período colonial/escravocrata sobre essa relação.

Nas discussões de Costa (2017) em seu artigo que objetiva discutir as relações etno-raciais e de gênero no SUAS, a autora destaca como no período colonial, o lugar da mulher branca era dentro de casa, uma vida limitada ao espaço doméstico e gerida pelo poder da família patriarcal. Enquanto recaía sobre a mulher negra e escravizada a condição de objeto de trabalho bárbaro e desumano, além de objeto de satisfação de desejos sexuais dos senhores brancos, colando à mulher negra os atributos de promiscuidade, sensualidade e suprimindo a possibilidade de constituir uma família conforme os moldes estabelecidos da família patriarcal.

A autora nos chama a atenção para os marcadores racistas e sexistas existentes mesmo após a abolição e como se estendem por vários períodos, atualizam-se e se diferenciam, porém, de certa maneira sempre produzindo regimes de verdade em que legitimavam a ideia de uma raça superior (brancos) e uma raça inferior (não-brancos), bem como a ideia de inferioridade nata das mulheres.

Ao passo que de acordo com Costa (2017) a Assistência Social, quando ainda nem era considerada um direito garantido por uma constituição, mas ainda muito colada e confundida com a filantropia e caridade, emerge no Brasil, em meio a contextos de tentativas de mascarar/negar o racismo, quando se utilizava de estratégias/símbolos como a mulata, e projeto de miscigenação da população. O primeiro esboço do que viria a ser as Políticas de Assistência consiste em um movimento onde mulheres de classe média que se aproximavam de mulheres pobres para ensinar práticas de cuidado e maternidade sob o intuito de construir uma certa feminilidade que tem a maternidade como natural das mulheres.

Alguns dados do IPEA apontam que 70% das famílias usuárias das políticas de Assistência são chefiados por uma pessoa negra e dessa porcentagem 68% são mulheres negras e, apesar das estatísticas, Costa (2017) menciona em sua pesquisa realizada em unidades do Cras e Creas, como as questões de raça e gênero não têm espaço para discussão e acolhimento nos serviços. A autora relata que em alguns grupos realizados nas instituições essas questões aparecem, mas são tratadas pelos profissionais como questões que estão saindo da proposta de trabalho para o dia e o manejo se resume em voltar para o tema proposto e estabelecido pelos profissionais (IPEA, 2018).

Oliveira et al (2019) nos desperta sensibilidade quando trazem discussões acerca de questões de raça/racismo e a Política Nacional de Assistência Social - PNAS. As autoras

denunciam que os modos como os serviços da política de Assistência se organizam atualmente é tributário dos primeiros esboços da Assistência (quando nem era política pública ainda) em período pós-abolição, como nos recordou Costa (2017) quando mulheres brancas de classe média se voltavam a mulheres pobres - e os pobres tinham cor, eram negros, especialmente, como vimos foram libertos mas continuaram em condições precárias - para ensinar-lhes práticas de cuidado e maternidade, formarem boas mães e donas de casa.

Oliveira et al (2019) alerta que as políticas de Assistência, no momento, são arrançadas da seguinte forma: usuárias que em sua maioria são mulheres negras, conforme já fora mencionado atendidas e orientadas por mulheres brancas de classe média e que se formaram em universidades cujas discussões teóricas e bases epistemológicas são oriundas de autores homens, brancos e europeus, especialmente de países como França, Itália, Inglaterra, Alemanha e Estados Unidos.

O que nos sugere amarrações entre colonialidade, epistemicídio e necropolítica (produções de morte/extermínio de corpos). Não se trata de uma transposição direta de conceitos e de contextos, das primeiras décadas pós-abolição para agora, mas de certo modo, alertar e discutir as atualizações e novos arranjos que acontecem e dão condição de possibilidade para que mulheres negras ainda sejam protagonistas de situações de pobreza e condições precárias de vida e precisem da assistência operada por brancos de classe média, agora também munidos e ocupando lugares de saber.

E a questão problemática não se trata somente de serem as mulheres negras maioria como usuárias do SUAS, a questão maior é a desproteção que muitas vezes são expostas, caminhos de extermínio desenhados como acontece com Maria.

Seria esse outro enquadramento também que impede que Maria ingresse em alguma rede que poderia proteger sua vida? Além de não ser reconhecida enquanto mulher e enquanto família (sob o modelo esperado/estabelecido pela política), trata-se de uma mulher de pele parda, rodeada por condições que acentuam a precariedade de sua vida? Maria José, Maria de Fátima, Maria Rita e Maria Aparecida são brancas, pretas, amarelas, pardas? Não sei. Mas sei que Maria tem a pele parda. E sei que sua vida é marcada por constantes arranjos e condições que acentuam sua precariedade.

Interrogando sobre os enquadramentos que recaem sobre a vida de Maria e que, de uma forma ou de outra, fazem-se distintos com relação às vidas das outras Maria's - já que as mesmas encontram trajetórias de proteção nas Redes, seja na Rede de Proteção Social ou na

Rede de Proteção à Mulher – a cor de pele importa mais do que as condições precárias as quais sua vida estava exposta? Digo, realmente a cor de sua pele importa diante de tantas outras adversidades enfrentadas? Maria carrega em seu corpo as inscrições de ser mulher e de ser negra.

No entanto, parece-me que não é essa a ordem das coisas, é justamente como alguns autores nos ajudam a discutir que a cor da pele em muito está envolvida e sendo determinante na produção de condições precárias que envolvem essas vidas (Oliveira et al, 2019; Butler, 2018; Souza, 2009).

Butler (2018b, p. 147) afirma que “alguns segmentos populacionais sofrerão as consequências da deterioração de suas redes de apoio tanto sociais como econômicas, ficando expostos à violência, morte e outros danos”. De acordo com Oliveira et al (2019), na realidade brasileira é a população negra a escolhida para sentir de perto a pobreza, vulnerabilidade, falta de acesso a bens e serviços, situações violentas, especialmente, a violência policial. E dessa forma, em meio a todos esses elementos compondo diversos arranjos que acentuam a precariedade da vida, a população negra se torna a maior vítima dos índices de violência e desigualdade social. Vale salientar que não pretendo defender que somente a população negra sofre com falta de acesso a serviços e violência. Ainda segundo as autoras, “no Brasil, a distribuição da vulnerabilidade é atravessada pelo racismo que pauta nossas relações e pelo mito da democracia racial que incitou o pensamento de que não somos uma nação racista” (p. 146).

As discussões de Hüning e Oliveira (2019) vão ao encontro com Costa (2017) quando comentam a respeito de um certo modelo de família produzido e mantido pelas Políticas Públicas, em que a mulher é tomada como figura protagonista. Acontece, simultaneamente, a exigência de um modelo de ser mulher, aquela que é mediadora e gestora da família e que cuida dos filhos.

As inferências de Hüning e Oliveira (2019), juntamente com Butler (2015), ajudam-me a refletir sobre a indagação das razões pelas quais Maria não teve sua vida capturada pela Rede de Proteção à Mulher? Tampouco pela Proteção Social?

Se tomarmos o modelo de boa família mencionado pelas autoras, a esse tipo de existência são lhes apresentadas algumas exigências que devem ser cumpridas, como se autogerir financeiramente, garantir que as crianças sejam assíduas na escola, garantir higiene e bons hábitos de autocuidado, alimentação e vestimenta, não promover situações de violência,

não cultivar vícios, uma série de condutas que são prescritas pelas próprias políticas públicas, em especial as de Assistência Social. Prescrições essas que compõem formas de enquadramentos, os quais estabelecerão alguns corpos como vidas, enquanto outros não serão reconhecidos como tal (Butler, 2015).

Maria até então, não tinha filhos, logo já não era possível que exercesse uma série de ações exigidas para atender ao modelo de boa família. Além do agravante do uso de álcool, prática que é muito facilmente engendrada em um processo de culpabilização do sujeito.

Portanto, outras peculiaridades no caso de Maria nos aproximam do que Hüning e Oliveira (2019) discutem a respeito de como a racionalidade neoliberal opera nas Políticas de Assistência Social. São engendrados dispositivos e estratégias para produzir o sujeito que precisa se autogerir, sustentar-se, ser produtivo, forjar existências que estejam conforme os limites da normalização. E apesar da PNAS se referir constantemente a um sujeito dito de direitos, a ideia de desenvolvimento da autonomia e independência atravessa todas as estratégias e dispositivos que compõem a Política.

Portanto, temos algumas formas de enquadramento atravessando a vida da Maria: universalização da categoria mulher, modelo de família, questões de racismo e lógica neoliberal que atravessa as Políticas de Assistência. Maria teve sua vida capturada nas Políticas Públicas por esses enquadres, os quais em um movimento de reconhecimento e não reconhecimento, em meio a enquadramentos que produzem ontologias específicas, Maria caiu ao lado dos vivos, daqueles e daquelas cujas vidas não são passíveis de luto como já dizia Butler (2015).

Os vivos não contam histórias de vida, contam histórias de morte, e não narram somente o enredo final que envolve a morte do seu corpo físico, como também narram todos os caminhos percorridos e que são marcados pela desproteção, pelo abandono, pelo desamparo e constantemente acompanhados pela exposição à morte, como vimos nos caminhos de Maria na Rede até o momento, ou melhor fora da Rede, já que a personagem está sempre querendo passar para o lado de dentro (na fronteira) de alguma Rede de Proteção Social e, inevitavelmente, é expulsa, lançada para fora, antes mesmo de ser incluída, até que a Rede de Proteção à Infância e à Juventude o faz com mais impulso, depois que captura a criança que Maria carregava em seu corpo. Salvo o *spoiler* que já foi dado, continuamos com a história de Maria.

A exigência de se ajustar a um modelo de família específico e um modo de ser mulher que se encaixa nesse modelo se constituem enquanto enquadramentos, produzindo ontologias específicas e operando, como Butler (2015, p. 20) nos fala “como normas operam para tornar

certos sujeitos pessoas reconhecíveis e tornar outros mais difíceis de reconhecer”. Desse modo, certos enquadramentos aumentam as possibilidades da vida de Maria não ser reconhecida enquanto vida. Mbembe (2016, p. 146) também nos ajuda a pensar sobre a vida de Maria quando afirma que “formas novas e únicas da existência social, nas quais vastas populações são submetidas a condições de vida que lhes conferem o *status* de “mortos-vivos”.

A questão é que a relação de Maria com esses serviços que poderiam tê-la capturado de diferentes modos, e no sentido de minimizar as condições precárias que envolvem sua vida, acabou direcionando-a a trajetórias que a expuseram e a mantiveram sob os domínios da desproteção e do extermínio de sua vida. Como afirma Mbembe (2016) vidas que circulam em espaços onde a violência emana de todos os lados.

Até então os trajetos de Maria se constituíram somente entre os serviços da unidade de saúde, digo o que poderia ter funcionado como uma porta de entrada a abrir diferentes caminhos dentro das redes de proteção, caminhos que, inclusive, atravessariam mais de uma rede, constituindo articulações e comunicações entre diferentes serviços, em um sentido de atender os princípios de integralidade e intersetorialidade preconizados pelo Sistema Único de Saúde (SUAS) e pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

O SUS tem a integralidade como um de seus princípios doutrinários, é este princípio que compreende que cada indivíduo tem distintas necessidades de saúde e que estas estão situadas, localizadas em razão das condições e redes que o compõe no cotidiano. Do mesmo modo, as ações da saúde devem funcionar de maneira articulada, promovendo atenção integral, o que demanda ainda a articulação dos serviços de saúde com as demais Políticas Públicas (Lei nº 8. 069, 1990).

A intersetorialidade se encontra nos princípios organizativos do SUAS e pressupõe articulação, integração e comunicação da rede socioassistencial com demais serviços das Políticas Públicas. Contudo, apesar das políticas afirmarem práticas articuladas e integradas, garantindo possibilidade para que os sujeitos percorram trajetos que atravessam serviços de saúde, assistência, justiça, educação como se deram os percursos de algumas mulheres vítimas de violência mencionadas no texto de Kunsler e Detoni (2016), os caminhos que se tornaram possíveis na trajetória de Maria a partir da entrada na UBSF se resumem em percursos lineares, escuros, assombrados pelo abandono e desamparo.

Minha intenção não é discutir o que as políticas trazem em seus textos e o que acontece em suas operacionalizações. A questão é colocar em discussão o que está em jogo e que faz

com que Maria percorra somente os caminhos da invisibilidade, permanecendo sempre fora das tecnologias ditas de proteção para as vidas. Por isso a importância do encontro com diferentes vidas (filósofos, epistemólogas, ativistas, dentre outros)

Acompanhando o Guia de Políticas e Programas da Assistência Social, cujo objetivo consiste especialmente em apoiar o trabalho realizado diariamente nos Estados, Distrito Federal e municípios, deparei-me com algumas tecnologias da política que se voltam especialmente para capturar vidas que se encontram em situação de risco e vulnerabilidade social (Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário, 2017).

A política de Assistência detém um instrumento de identificação e caracterização socioeconômica de famílias de baixa renda e que se encontram em situação de vulnerabilidade, o Cadastro Único. Todas as famílias com renda mensal até meio salário mínimo por pessoa ou renda familiar total de no máximo três salários mínimos têm o direito de serem incluídas no cadastro único (Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário, 2017).

O Cadastro Único opera como porta de entrada dos usuários nos serviços da Assistência Social, já que os sujeitos que vivem em extrema pobreza são cadastrados e começam a ter acesso a diversos programas sociais. Do mesmo modo que opera como ponto de intersecção entre as ações da Política, visto que muitos programas sociais fazem uso do Cadastro Único para conhecer a população usuária e desenvolver estratégias direcionadas a demandas identificadas (Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário, 2017).

Essas informações nos sugerem que a trajetória de Maria poderia ter se constituído a partir de outros caminhos. Se tomarmos o Cadastro Único como porta de entrada para indivíduos que vivem em situação de extrema pobreza e vulnerabilidade, Maria poderia ter sido cadastrada e a partir de então acompanhada pelo CREAS, especialmente como participante do programa PAEFI, visto que o mesmo é um dos que utiliza informações do Cadastro Único. A unidade do CREAS também poderia acionar outros serviços a fim de atender necessidades específicas do caso de Maria como A Rede de Proteção à Mulher Vítima de Violência e programas de qualificação profissional e inserção no mercado de trabalho.

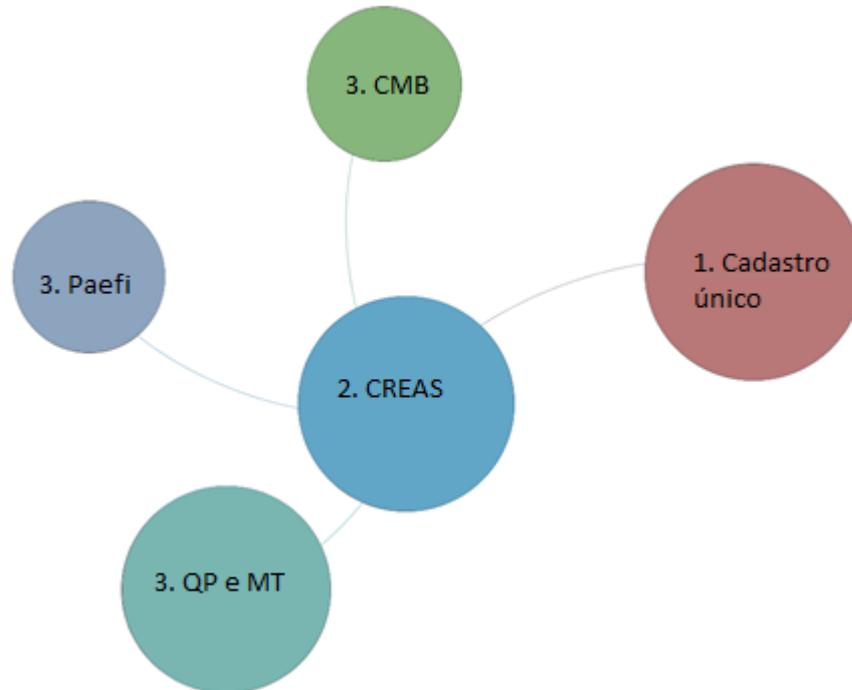


Figura 7. Trajetória possível tendo como porta de entrada, o cadastro único

Fonte: Elaborado pela autora.

Legenda:

CMB - Casa da Mulher Brasileira

QP – Programas de qualificação profissional

MT – Programas de inserção no mercado de trabalho

Tomando a UBSF como porta de entrada e conjeturando trajetórias possíveis, Maria poderia ter sido encaminhada para unidade do CREAS, o qual poderia ter realizado acompanhamento da história de Maria e também acionado a Casa da Mulher Brasileira, que poderia ter disponibilizado diversas intervenções e atendimentos à nossa personagem como encaminhamentos para o sistema de justiça e oferta de apoio psicossocial.

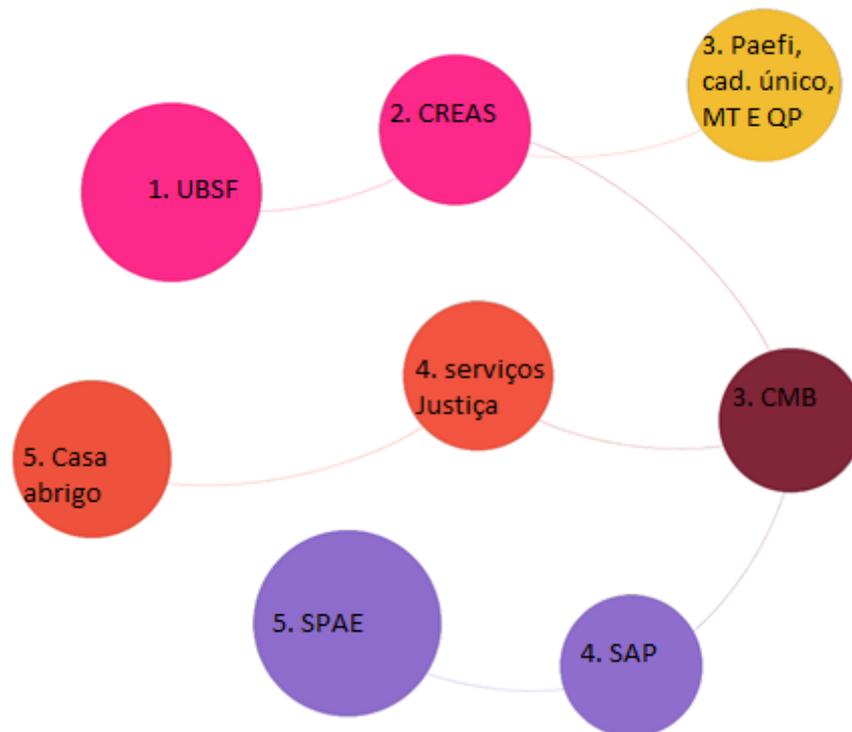


Figura 8. Trajetória possível tendo como porta de entrada, a UBSF

Fonte: Elaborado pela autora (2019).

Legenda:

CMB - Casa da Mulher Brasileira

MT – Programas de inserção ao mercado de trabalho

QP – Programas de qualificação profissional

SAP – Serviço de Apoio Psicossocial

SPAPE – Serviço de Promoção da Autonomia Econômica

Ainda tomando a UBSF como porta de entrada, pois de acordo com as Diretrizes Gerais e Protocolos de Atendimento da Casa da Mulher Brasileira (CMB) a Rede de Saúde compõe uma das portas de entrada das mulheres à casa. Do mesmo modo que a CMB também fará encaminhamentos aos serviços de saúde, socioassistenciais, de abrigamento e de promoção de autonomia econômica conforme demandas e no intuito de atender à integração dos serviços da Rede. Desse modo, Maria poderia ter sido encaminhada direto da UBSF para CMB e a partir de então teria acesso aos serviços de proteção à mulher, inclusive aos serviços socioassistenciais (Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário, 2017).

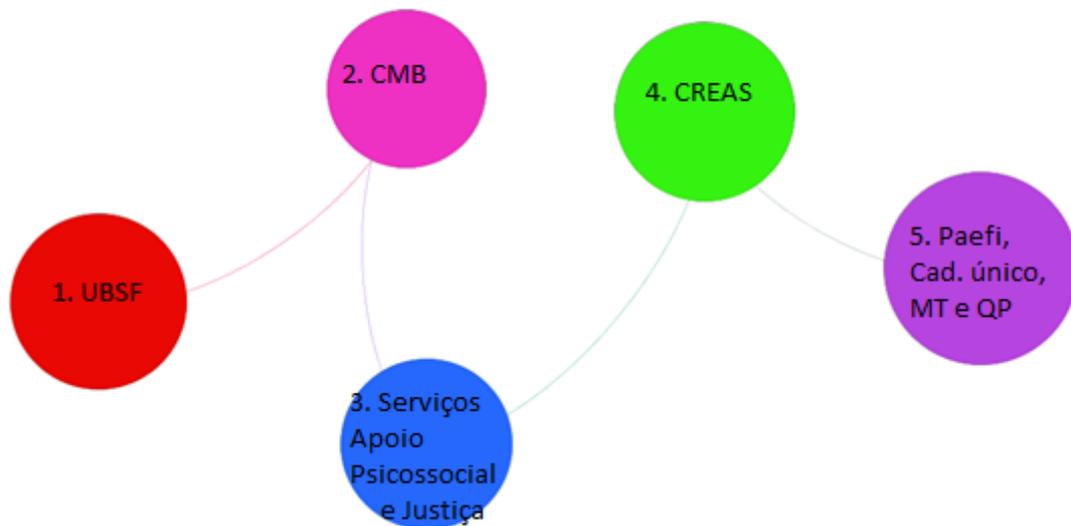


Figura 9. Trajetória possível tendo como porta de entrada, a UBSF

Fonte: Elaborado pela autora (2019).

Legenda:

CMB - Casa da Mulher Brasileira

MT – Programas de inserção ao mercado de trabalho

QP – Programas de qualificação profissional

Maria cai na Rede de Proteção à Infância e Juventude

Outro dia, encontro Maria no corredor do Fórum, buscando pelo setor de adoção e pergunto: O que faz aqui, Maria?

Maria - Estou procurando a Assistente Social do setor de adoção, me disseram para vir conversar com ela. Acredita que engravidei?! Agora não sei o que eu vou fazer para cuidar de uma criança. Tem o problema da diabetes, tem meu pai, eu não tenho emprego. Não sei como será tudo isso.

Nesse dia, Maria é inserida no “Projeto Dar à Luz”, o qual é conduzido pela equipe do Núcleo de Adoção da Vara da Infância da Comarca de Campo Grande/MS, e tem por objetivo acompanhar as gestantes que chegam à Vara expressando desejo em entregar o filho para adoção, o acompanhamento se dá até o nascimento da criança.

Maria se despede e me deixa questionando: Por que ela caiu na Rede de Proteção à Infância e à Juventude? Maria poderia ter caminhado por outros trajetos que talvez a desviassem do caminho da proteção à infância e juventude. E se Maria tivesse caído na Rede de Proteção a mulheres vítimas de violência? Como teria sido? Ou ainda, se ela tivesse sido inserida junto ao Serviço de Proteção e Atendimento a Famílias e Indivíduos (PAEFI).

Os encontros com Maria me colocaram de frente com uma questão: as Políticas de Assistência trabalham com indivíduos e famílias em situação de risco pessoal ou social, situação de vulnerabilidade e violação de direitos. A Rede de Proteção à mulher trabalha em prol da assistência e proteção aos direitos das mulheres que vivenciam situações de violência e a saúde? Contudo, os caminhos percorridos por Maria só permitiram que ela caísse na Rede de Proteção à Infância e à Juventude.

O último encontro com Maria, digo último por estar me referindo a encontros de corpos presentes, já que desde então, apesar de nunca mais ter esbarrado com Maria por aí, até porque esse é o momento em que ela é arremessada da Rede de Proteção e só passa a existir nesse espaço como mais um processo transitado e julgado, permaneço sempre me encontrando com Maria e outras Marias, pois depois dos esbarrões entre corpos, essas e outras vidas ficaram morando em minhas memórias, fazendo da minha existência uma diversidade e multiplicidade de vidas, rastros, traços, fragmentos de coletividades que habitam um único corpo.

Maria desce da sala de audiência, onde compareceu para confirmar em juízo que não ficaria com sua filha, reafirmando que a mesma poderia ir para adoção²³, e pede para ser levada em casa, justificando que em decorrência de sua deficiência física tem muitas dificuldades em utilizar o transporte coletivo. A assistente social concede, e ao chegarem no Núcleo de Adoção, solicita que eu acompanhe Maria, juntamente com o motorista, homem branco.

No caminho para casa, Maria começa a falar:

Maria – Não queria ter dado minha filha para adoção. Mas eu não tinha como cuidar dela. Como iria cuidar? Não tenho emprego, morando na casa do meu pai, tenho um monte de problemas com ele. Tive medo de deixá-la passar fome, melhor ficar com uma família que vai conseguir cuidar direitinho dela. Mas me dói muito não poder ficar com ela, é minha primeira filha e por causa da diabetes, a enfermeira disse que eu não posso mais ter filhos, seria muito arriscado.

²³ Procedimento estabelecido pelo ECA em que depois de 10 dias, a mãe precisa ir em audiência e confirmar que não assumirá os cuidados do filho (a).

Maria desce do carro, se despede e retorna para a desproteção e invisibilidade que sempre envolveu sua vida. Os percursos que foram possíveis na vida de Maria nos remetem a questionar/inferir que os atravessamentos dos elementos – ideia de raça, centralidade do corpo, noções de risco e vulnerabilidade e racionalidade neoliberal – com as vidas que caem na Rede produzem algo a mais que os percursos, produzem ontologias distintas, aquelas vidas que são passíveis de luto e as que não são passíveis de luto, como Butler (2015, p. 32) menciona “o fato de ser passível de luto é uma condição do surgimento e da manutenção de uma vida”.

Uma certa de amarração entre ontologias e trajetórias acontece, ou seja, dependendo de como esses elementos se articulam, de quais arranjos e enquadramentos são produzidos, as vidas se constituem enquanto passíveis de luto ou de morte. As articulações dos elementos são observadas em comentários como “é só um defeitinho na mão, não vai atrapalhar a adoção não”; “Ah é negra, adolescente e ainda é geniosa, desse jeito não vai conseguir adoção”; portanto, diferentes arranjos se tornam possíveis e produzem certas existências passíveis de morte e, inevitavelmente, certas trajetórias de morte/extermínio.

Os percursos das vidas de Maria, Jéssica e Luiza nos remetem a algumas situações emblemáticas/controversas. Quando Maria entrega sua filha em adoção e volta para o mesmo lugar onde sofria violência física por parte do pai, somados aos problemas crônicos de saúde e uso de bebida alcoólica, além da condição de desemprego e sem rede de apoio familiar e social, reifica-se a condição do abandono e do desamparo. Quais são as chances dessa mulher se afastar das condições precárias que a envolvem? Mas é claro que a lógica neoliberal está pronta para dizer que Maria precisa ter interesse ‘em melhorar’ de vida, precisa se esforçar e parar de ingerir bebida alcoólica e, assim, seguir corretamente o tratamento de diabetes, procurar alguma atividade rentável, e mais uma gama de argumentos que seguem na culpabilização e responsabilização do sujeito pelas condições precárias em que se encontra.

Da mesma forma, quando Jéssica e Luiza são institucionalizadas, suas famílias nem chegam a entrar na Rede, são capturadas pela racionalidade neoliberal de questões que devem ser atendidas para ter os filhos de volta, quando não conseguem atendê-las, são responsabilizados e perdem o direito de exercer o poder familiar sobre os próprios filhos. As crianças e jovens vão para adoção, se as tentativas são fracassadas começam as análises e justificativas que recaem sobre os sujeitos que não são educados, que não sabem se comportar, que têm doenças, que são negros e várias outras inscrições que operam sobre seus corpos. Então, novamente, eu questiono: quais as chances que as famílias de Jéssica e Luiza teriam de se afastar

das condições precárias que as envolviam? Sem auxílio da Rede de Proteção? E demais serviços das Políticas Públicas? Quais chances de acontecer percursos potencializadores e de proteção na vida dessas pessoas?

As histórias de Maria, Luiza e Jéssica me remetem à compreensão de que quanto maiores os movimentos de precarização da vida, maior o abismo entre o poder da vida e o poder da morte. Apesar de considerar que Mbembe (2016) quando discute sobre produção de morte e mundos de morte, em seu texto *Necropolítica*, está tratando do extermínio de corpos, quando nos deparamos com os percursos e trajetórias que se fazem possíveis na Rede de Proteção, remetemo-nos a muitas controvérsias, em especial, uma controvérsia que tem me atravessado desde o início da pesquisa, mesmo na fase que ainda não tinha encontrado com a filosofia africana e ainda estava pensando em categoria de vidas, a controvérsia, na lógica da proteção, entre a captura que gere a precariedade da vida a fim de salvaguardar a existência, e o abandono da vida à sua precariedade que produz extermínio, seja ele efetivamente biológico ou político/subjetivo.

Aqui tomo extermínio como tudo aquilo (ações, estratégias, intervenções, discursos, conexões, articulações) que suprime a vida (a vida biológica, política, virtualidade). Se por um lado as vidas que caem na Rede não necessariamente têm seus corpos exterminados em massacre policial, como acontecem nas favelas dos grandes centros do país, mas muitas dessas vidas voltam para o mesmo lugar de onde saíram, para a mesma precariedade. Ou até mesmo aquelas que, apesar de não voltarem para o mesmo lugar de precariedade, tomam trajetórias que as expõem a lugares de morte. A morte, assim, não está fora da própria gestão da vida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar das duras críticas com relação à Rede de Proteção à Infância e à Juventude, a intenção desta pesquisa não é afirmar que a Rede não funciona, é justamente discutir e colocar em questão alguns elementos que atravessam a gestão das vidas que caem nessa Rede e que, por ventura, operam maquinarias de produção de morte sobre algumas vidas em detrimento de outras, em espaços onde a proteção deveria acontecer para todas. Desse modo, durante o exercício de problematizar os percursos que se fazem possíveis na vida dos sujeitos que caem na teia da Rede de Proteção; questionando quais articulações entre distintos serviços da Rede acontecem, quais as conexões, amarrações e aproximações são arranjadas, de modo a estabelecer diferentes trajetórias, deparei-me com elementos muito importantes que atravessaram e determinaram destinos nas trajetórias das vidas na Rede. Dentre tais elementos estão as noções de vulnerabilidade e risco, racionalidade neoliberal, ideia de raça e centralidade do corpo na cultura ocidental e estratégias de produção de morte.

A articulação desses elementos nos remetem a trajetórias que a todo tempo cruzam as linhas tênues e indiscerníveis da proteção e do extermínio, visto que a articulação desses elementos tem produzido trajetórias que, apesar de acontecerem nos campos da Rede de Proteção à Infância e à Juventude, constituem condição de possibilidade para percursos marcados por desproteção, insegurança e produção de morte. O que é possível de se acompanhar é que algumas as trajetórias protegidas e de promoção à vida são destinadas a poucas e raras existências. O objetivo da presente pesquisa consistiu em problematizar as diferentes formas e estratégias de governo que capturam as vidas que caem na Rede à Infância e à Juventude, de modo que algumas implicações ético-políticas de maior cuidado com as vidas que habitam lugares invisíveis sejam produzidas. Essa preocupação se dá, especialmente, porque não é incomum o encontro da Psicologia com essas vidas nos diversos serviços que compõem as Políticas Públicas.

Assim, os esforços aqui realizados se dão em razão de que este trabalho contribua com reflexões que se dirijam na contramão da lógica de que as histórias de vidas que são atendidas pelos serviços públicos sejam contadas somente por profissionais, por especialistas, pelos donos do saber. No sentido de que os saberes que compõem a Rede de Proteção, em especial a Psicologia, consigam produzir trajetórias junto com os usuários das políticas, que os encaminhamentos sejam pensados e construídos entre usuários e profissionais, que estes, juntos, consigam criar novas possibilidades de vidas, em constante movimento de coparticipação e coprodução.

O que difere de uma lógica onde profissionais dirão como os usuários devem conduzir suas vidas, o que devem e não devem fazer, e ao final responsabilizá-los por fracassos caso seus modos de viver não se enquadrem nas normalizações dos modelos hegemônicos. Portanto, trata-se de que as vidas que caem nas Políticas Públicas tenham vozes, visibilidades e espaços para contar suas próprias histórias e que consigam serem escutadas sem simplesmente serem transformadas em relatórios, laudos, documentos e processos de casos errantes e fora da norma.

Empresto algumas interrogações lançadas por Battistelli e Cruz (2019, p. 23) para explicitar os tipos de reflexões e indagações que gostaria de produzir com esta pesquisa: “Conseguimos lidar com a pobreza do outro? Com vidas que se desenvolvem de maneiras distintas das nossas? Acolhemos as narrativas construídas pelos usuários? ” E ainda complemento, permitimo-nos conhecer e acolher os contextos, as condições e as relações que envolvem os sujeitos que atendemos? Sejam elas, condições de pobreza, vulnerabilidade, violência ou racismo. Nós senhores da Psicologia conseguimos lidar com a precariedade que assombra as vidas outras?

De qualquer forma, os sujeitos resistem, encontram caminhos e contra muitas exposições à morte, sobrevivem, uma espécie de negociação do sujeito com todo o investimento necropolítico ao qual é submetido. E a vida, de alguma forma, continua, como menciona Emicida em seu álbum novo AmarElo, a vida sempre encontra um jeito e continua. Assim como a vida de Maria que continua apesar de esbarrar constantemente com as linhas tênues da proteção e do extermínio e apesar de não cair em nenhuma Rede dita de Proteção e perder a filha para uma delas (a Rede de Proteção à Infância e à Juventude).

A vida de Maria sobrevive, resiste, indaga sobre a possibilidade de emprego, reclama no carro após entregar a filha, volta à UBS, vai no bar, volta para casa, briga, sai de casa. A vida de Maria continua quando ela resiste diante das engrenagens da maquinaria de produção de morte que envolve seus caminhos, continua quando sua filha nasce e apesar de serem separadas carrega um pouco da vida de Maria, também continua quando me ajuda a escrever esta dissertação, quando outros sujeitos têm conhecimento da sua existência, quando se sensibilizam com seus trajetos, quando eu sinto no corpo as afetações incômodas diante dos caminhos de Jéssica, Luiza, Anderson, Jhonatan, Dona Marlene, Sara, Sofia e muitas outras vidas encontradas por aí. As vidas que caem na Rede de Proteção à Infância e à Juventude de alguma forma continuam, e como Emicida completa: “a vida sempre vence, pode não ser a sua, mas a vida vence ”.

- Alvarez, J. & Passos, E. (2015). Cartografar é habitar um território existencial. In E. Passos. *Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade* (pp. 131 – 149). Porto Alegre: Sulina.
- Amaral, A. J., & Vargas, M. C. S. (2019). Necropolítica, racismo e sistema penal brasileiro. *Revista de Direito*, 11(1), 103-143. Recuperado de <https://periodicos.ufv.br/revistadir/article/view/7194>
- Azambuja, M. A. & Guareschi, N. M. (2010). As contribuições de Henri Bergson para a invenção de uma psicologia bárbara. In N. M. F. Guareschi, A. C. C. Scisleski, C. Reis, M. A. Azambuja, (Orgs). *Psicologia, Formação, Políticas e Produção em Saúde* (pp. 13 – 28). Porto Alegre: EDIPUCRS.
- Barros, L. P. & Kastrup, V. Cartografar é acompanhar processos. In E, Passos. *Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade* (pp. 52-75). Porto Alegre: Sulina, 2015.
- Bergson, H. (1974). Introdução à Metafísica. In H. Bergson. *Os Pensadores*. São Paulo: Abril Cultural.
- Bernadino-Costa, J., Maldonado-Torres, N. & Grosfoguel, R. (2018). Introdução Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico (pp. 08 – 26). In J. Bernadino-Costa, N., Maldonado-Torres. (Orgs). *Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico*. Belo Horizonte: Autêntica.
- Bicalho, P. P. G. Uma Carta endereçada à Proteção Integral. (2014). In A. G. Bernardes, G. M. Tavares & M. Moraes. *Cartas para pensar: políticas de pesquisa em Psicologia* (pp. 33 – 42). Edufes: Vitória.
- Butler, B. (2018b). *Corpos em aliança e a política das ruas: Notas para uma teoria performativa da assembleia*. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira.
- Butler, J. (2018). Introdução: Vida precária, vida passível de luto. In J. Butler. *Quadros de Guerra: Quando a vida é passível de luto?* (pp. 13 – 55). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Carneiro, S. (2011). *Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil*. São Paulo: Selo Negro.
- Castel, R. (1987). *A gestão dos riscos: da antipsiquiatria à pós-psicanálise*. Rio de Janeiro: Francisco Alves.
- Cerqueira, D., Bueno, S., Lima, R. S. D., Cristina, N., Helder, F., Paloma Palmieri, A., & Pacheco, D. (orgs.). (2019). *Atlas da violência 2019*. Rio de Janeiro: Ipea e FBSP.

- Recuperado <http://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/19/atlas-da-violencia-2019>
- Cerqueira, D., Lima, R. S., Bueno, S., Neme, C., Ferreira, H., Coelho, D., Alvez, P. P., Pinheiro, M., Astolfi, R., Marques, D., Reis, M. & Merian, F. (orgs.). (2018). *Atlas da Violência 2018*. Rio de Janeiro: Ipea e FBSP. Recuperado de http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/180604_atlas_da_violencia_2018.pdf
- Chadarevian, P. C. (2009). *Existe uma teoria econômica da discriminação?* Universidade Federal de Juiz de Fora, Programa de Pós-graduação em Economia Aplicada. Juiz de Fora, 2009. Recuperado de <http://www.ufjf.br/poseconomia/files/2010/01/TD-023-Chadarevian.pdf>
- Conselho de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU). (2014). *Elaboração de Planos de Ação contra a Discriminação Racial*. Nova Iorque e Genebra. Recuperado de https://www.ohchr.org/Documents/Publications/HR-PUB-13-03_sp.pdf
- Costa, G. (2017). Assistência Social, no enlace entre a cor e gênero dos (as) que dela necessitam. *O Social em Questão, Rio de Janeiro*, 38(38), 227-246. Recuperado de http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/OSQ_38_art_12_Costa.pdf
- Costa, P. H. A., Ronzani, T. M., Colugnati, F. A. B. (2017). “No papel é bonito, mas na prática...” Análise sobre a rede de atenção aos usuários de drogas nas políticas e instrumentos normativos da área. *Saúde Soc*, São Paulo, 26(3), 738 – 750. Recuperado de http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-12902017000300738&script=sci_abstract&tlng=pt
- Cruz, L. R., Rodrigues, L. & Santos, N. L. (2014). Políticas Públicas de Assistência Social: o que dizem as psicólogas? *XI Seminário Internacional de demandas sociais e Políticas Públicas na sociedade contemporânea*. Recuperado de <https://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/sidspp/article/view/11837>
- Decreto nº 14.164 (2015). Legislação de RH – Estrutura Básica dos Órgãos e Entidades do Poder Executivo Estadual. *Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (SEJUSP)*. Campo Grande: Estado de Mato Grosso do Sul. Recuperado de http://www.sad.ms.gov.br/legislacao/indice/legis_estrutura/
- Deleuze, G. (2008). Sobre a filosofia. In G. Deleuze. *Conversações* (pp. 169 – 193). São Paulo: Editora 34.

- Donzelot, J. (1980). *A polícia das famílias*. Rio de Janeiro: Graal.
- Em Tempo. (2020, janeiro 20). Presos estão sendo ‘comidos vivos’ em presídio de Boa Vista. Recuperado de <https://d.emtempo.com.br/cotidiano-pais/186783/presos-estao-sendo-comidos-vivos-em-presidio-de-boa-vista>
- Fanon, F. *Os condenados da terra*. 1ª. Edição 1961. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2005.
- Foucault, M. (1966/2007). *As Palavras e as Coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. (9. ed., S. T. Muchail, Trad.). São Paulo: Martins Fontes
- Foucault, M. (1992). A vida dos homens infames. In M. Foucault. *O que é um autor?* (pp. 89 – 128). Lisboa: Passagens.
- Foucault, M. (1999). *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Edições Graal.
- Foucault, M. (2005). *Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)*. São Paulo: Martins Fontes. (Coleção tópicos).
- Foucault, M. (2008a). *Segurança, Território, População: curso dado no Collège de France (1977-1978)*. São Paulo: Martins Fontes. (Coleção tópicos).
- Foucault, M. (2008b). *O nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979)*. São Paulo: Martins Fontes. (Coleção tópicos).
- Foucault, M. (2011). *Os anormais: curso no Collège de France (1974-1975)*. São Paulo: Martins Fontes.
- Hüning, S. M. & Oliveira, E. C. S. (2019). Ortopedias políticas e a produção de “mulheres universais” da política nacional de Assistência Social (PNAS). In L. R. Cruz, N. M. Guareschi, & B. M. Battistelli. *Psicologia e Assistência Social: Encontros possíveis no contemporâneo* (pp. 232 – 248). Editora Vozes: Petrópolis.
- Hüning, S. M. *Ordinário, marche!: a constituição e o governo do risco social em crianças/adolescentes*. 2003. 119f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) - Faculdade de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- Hüning, S. M., Scisleski, A. (2018). A noção de vulnerabilidade da Política Nacional de Assistência Social. In M. P. Cordeiro, Svartman, B., L. Vilela e Souza. (Orgs). *Psicologia na Assistência Social: um campo de saberes e práticas* (pp. 133 – 143). São Paulo: Psicologia/USP.

- Kunzler, G. & Detoni, P. P. (2016). Os caminhos da Penha: redes de proteção às mulheres em situação de violência. *Gênero&Direito*, 5(01), 112 - 137. Recuperado de <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ged/article/view/26353/15299>
- Lazzarotto, G. D. R. & Nascimento, M. L. (2016). Infância e Cidade: inventar espaços e modos de viver. *Fractal: Revista de Psicologia*, 28(2), 257-265. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/1984-0292/1509>
- Lei nº 8.069 (1990). Estatuto da Criança e do Adolescente de 13 de junho de 1990. Brasília - DF.
- Lobo, L. F. (2008). As classes perigosas: naturalização do perigo social na pobreza. In L. F. Lobo. *Os infames da história: pobres, escravos e deficientes no Brasil* (pp. 228 – 237). Lamparina: Rio de Janeiro.
- Luna, L. (2009). Fazer viver e deixar morrer”: a má-fé da saúde pública no Brasil. In J. Souza. *A ralé brasileira: quem é e como vive* (pp. 305-328). Belo Horizonte: Editora da UFMG.
- Machado, A. F. (2014). Filosofia Africana para Descolonizar Olhares: Perspectivas para o Ensino das Relações Étnico-Raciais. *Tear: Revista de Educação Ciência e Tecnologia*, Canoas, 3(1), 1 - 20. Recuperado de <https://periodicos.ifrs.edu.br/index.php/tear/article/view/1854>
- Mbembe, A. (2016). Necropolítica. *Arte & Ensaios*, Rio de Janeiro. Recuperado de <https://revistas.ufrj.br/index.php/ae/article/viewFile/8993/7169> .
- Mbembe, A. (2018). Entrevista realizada em Bergen, Noruega, em dia 30 de novembro de 2018 por Torbjørn Tumyr Nilsen para o jornal norueguês Klassekampen. Recuperado de <http://afita.com.br/outras-fitas-descolonizacao-necropolitica-e-o-futuro-do-mundo-com-achille-mbembe/>
- Ministério da Saúde. (1990). ABC do SUS: doutrinas e princípios. Secretaria Nacional de Assistência à Saúde. Recuperado de http://www.pbh.gov.br/smsa/bibliografia/abc_do_sus_doutrinas_e_principios.pdf
- Ministério da Transparência e Controladoria Geral da União. (2017). *Entendimentos do Controle Interno Federal sobre os Principais Temas de Gestão do Sistema “S”*. Brasília: CGU. Recuperado de <https://www.cgu.gov.br/Publicacoes/auditoria-e-fiscalizacao/arquivos/sistemas.pdf>
- Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. (2017). *Guia de Políticas e Programas*. Brasília: MDSA. Recuperado de

https://www.mds.gov.br/webarquivos/pecas_publicitarias/banner/guiaepoliticassocial/DSA_online.pdf

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. (2004). Política Nacional de Assistência Social PNAS/ 2004 - Norma Operacional Básica NOB/SUAS. *Secretaria Nacional de Assistência Social*. Brasília. Recuperado de http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS_2004.pdf

Nogueira, R. (2018). Dos condenados da terra à necropolítica: Diálogos filosóficos entre Frantz Fanon e Achille Mbembe. *Revista Latinoamericana do Colégio Internacional de Filosofia*, 1(3), 59-73. Recuperado de <http://www.revistalatinoamericana-ciph.org/wp-content/uploads/2018/02/RLCIF-3-Dos-condenados-da-terra.pdf>

Oliveira, É. C. S., Rodrigues, L., Battistelli, B. M., & Cruz, L. R. D. (2019). Raça e Política de Assistência Social: Produção de Conhecimento em Psicologia Social. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 39(SPE2). Recuperado de <http://www.revistalatinoamericana-ciph.org/wp-content/uploads/2018/02/RLCIF-3-Dos-condenados-da-terra.pdf>

Oyèwùmí, O. (1997). Visualizing the Body: Western Theories and African Subjects. In O. Oyèwùmí *The invention of women: making an African sense of western gender discourses* (pp. 1 – 30). Minneapolis: University of Minnesota Press. Recuperado de <https://filosofia-africana.weebly.com/textos-africanos.html> .

Passos, E. & Eirado, A. (2015). Cartografia como dissolução do ponto de vista do observador. In E. Passos. *Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade* (pp. 109 – 130). Porto Alegre: Sulina.

Rocha, A. M. (2014). *Pensar o invisível: as mulheres negras como produtoras de pensamento filosófico*. Monografia, Licenciatura em Filosofia, Universidade de Brasília, Brasília – DF. Recuperado de <http://bdm.unb.br/handle/10483/10019>

Rodrigues, L., Guareschi, N. M. & Cruz, L. R. (2013). A centralidade do vínculo familiar e comunitário nas políticas públicas de assistência social. In: L. Rodrigues, N. M. Guareschi & L. R. Cruz (Orgs). *Interloquções entre a Psicologia e a Política Nacional de Assistência Social* (pp. 11 – 22). Edunisc: Santa Cruz do Sul.

Scisleski, A. C. C., & Hüning, S. M. (2016). Imagens do escuro: reflexões sobre subjetividades invisíveis. *Ver. Polis e Psique*, 6(1), 8-25. Recuperado de <http://seer.ufrgs.br/index.php/PolisePsique/article/view/61374>

Secretária Especial de Políticas para as Mulheres. (s/d). Diretrizes gerais e protocolos de atendimento. Programa Mulher viver sem violência – Casa da Mulher Brasileira. Brasília. Recuperado de http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/cao_civel/acoes_afirmativas/inc_social_mulheres/Diversos_Mulheres/diretrizes-gerais-e-protocolo-de-atendimento-cmb.pdf

Siqueira, K. O. M. & Lino, M. V. (2013). Assistência social e biopoder: produzindo “vulnerabilidades”, prevenindo “riscos” e normalizando as formas de viver. *Mnemosine*, 9(2), 35-53. Recuperado de https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/mnemosine/article/viewFile/41526/pdf_273

Souza, J., & Grillo, A. (2009). *A ralé brasileira: quem é e como vive*. Belo Horizonte: editora UFMG.

Tavares, G. M., Capelini, T. C. & Guidoni, J. P. (2013). O risco de programas governamentais para a infância empobrecida: uma análise do PETI em Vitória (ES). In A. S. Nascimento, L. Z. Avellar & P. V. Barbosa (Orgs.). *Infância e juventude: promovendo diálogos e construindo ações* (pp. 47-68). Vitória, ES: GM Ed.